

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC/GO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA

DYMILLA FRANCYELLA FREITAS MENEZES

**CONQUISTAS E RESISTÊNCIAS: HISTORICIZANDO AS EXPERIÊNCIAS DAS
MULHERES EM ARAGARÇAS E BARRA DO GARÇAS (1970 A 1990)**

GOIÂNIA-GO
2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC/GO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA

DYMILLA FRANCYELLA FREITAS MENEZES

**CONQUISTAS E RESISTÊNCIAS: HISTORICIZANDO AS EXPERIÊNCIAS DAS
MULHERES EM ARAGARÇAS E BARRA DO GARÇAS (1970 A 1990)**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em História, da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás, para
obtenção do título de Mestre em História.**

**Orientadora: Profa. Dra. Maria do Espírito
Santo Rosa Cavalcante.**

GOIÂNIA-GO
2012

Menezes, Dymilla Francycella Freitas.

M543c Conquistas e resistências [manuscrito] : historicizando as experiências das mulheres em Aragarças e Barra do Garças / Dymilla Francycella Freitas Menezes. – 2012.
115 f. ; il. ; grafs. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de História, 2012.

“Orientadora: Profa. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante”.

1. Mulheres. 2. Feministas - Movimento. 3. Identidade de gênero. I. Título.

CDU: 392.37-055.2(043)

Dedico este trabalho, inicialmente, aos meus pais, Divino e Francisca, que me possibilitaram uma existência fundamentada no respeito e no amor ao próximo, ao meu irmão Wamberdeen, que sempre ilumina os meus dias com gestos de carinho e me estimula no sonho de um mundo mais igualitário e, por fim, ao meu esposo Alex que esteve comigo durante essa caminhada me encorajando em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

A concretização deste projeto pessoal e profissional exigiu a renúncia de certos sonhos e força para enfrentar algumas limitações, as quais foram superadas com a contribuição de várias pessoas. Aproveito o momento para demonstrar que reconheço a importância delas nesse projeto de vida e agradecer-lhes sinceramente.

Agradeço...

À Força Criadora, que se fez presente em todos os momentos da minha existência me intuindo e amparando.

Aos meus pais, que sempre me estimularam a lutar pelos meus sonhos e ao meu irmão, pelo seu carinho.

Ao meu esposo, por estar sempre disposto a me ensinar que das dificuldades brotam possibilidades.

A minha orientadora e professora, Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, por quem guardo profunda admiração e respeito. Agradeço pela confiança, incentivo e dedicação.

Aos professores que estiveram ao meu lado, durante a minha trajetória escolar, em especial, aos meus Mestres das Faculdades Unidas do Vale do Araguaia e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Às professoras da banca de qualificação, Maria José Pereira Rocha e Ana Carolina Eiras Coelho Soares, que, sabiamente, suscitaram questões de suma importância para o progresso da pesquisa que ainda estava em percurso.

A todas (os) entrevistadas (os) que contribuíram com a execução deste trabalho, relatando suas alegrias, medos, angústias, dificuldades e conquistas, por meio de histórias, bem como àquelas que confiaram a mim obras e documentos do seu acervo pessoal.

Às minhas amigas, Aulene de Sousa Soares, Eloisa de Oliveira Lima, Maria de Lourdes Soares, Neide de Souza Almeida Rodrigues e Nereida de Oliveira Soares, pelos gestos de carinho e de estímulo.

À professora Maria Celeste Saad Guirra, que se dedicou à leitura e revisão do texto.

À Camilla Di R. Barbosa, escriturária do Mestrado em História da PUC/GO, por sempre estar disposta a nos auxiliar.

À Universidade Federal de Mato Grosso, por me conceder licença parcial por doze meses, período fundamental para a concretização do trabalho.

Enfim, aos meus colegas da Universidade Federal de Mato Grosso que me incentivaram nessa caminhada, em especial, Lana Rosi Sales Castro e Silva, Valdeci Soares da Silva e Elizabeth Cordeiro de Oliveira.

Seria necessário, entretanto, não esquecer as mulheres em meio a todos esses homens que (...) clamavam o que tinham feito ou o que sonhavam fazer. Fala-se muito delas. Mas o sabemos sobre elas?

Georges Duby, 1981.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender as transformações ocorridas nas relações de gênero, nas cidades de Barra do Garças e Aragarças, entre as décadas de 1970 e 1990, bem como visibilizar e historicizar as vivências das mulheres da região e avaliar as implicações das ideias do movimento feminista, nesses dois municípios. A escolha das décadas se justifica, porque, conforme a literatura, a primeira é o período em que se propalam as ideias do movimento feminista no Brasil, e o intervalo até a segunda, por ser um espaço temporal razoável para se compreender as implicações do referido movimento na região do Médio Araguaia. O fio condutor da pesquisa foram as experiências de moradores da região, o que se conseguiu por meio de entrevistas gravadas e transcritas, acerca dos temas: movimento feminista, sexualidade, contracepção, aborto, educação, violência física e psicológica contra as mulheres, família e profissão. Para maior embasamento, dialogou-se com estudos relativos à categoria de análise gênero, que norteou todo o trabalho. Constatou-se que as mulheres da região questionaram, em diversas instâncias, as relações de desigualdade, a naturalização do domínio masculino e o desrespeito a sua integridade física e psicológica, na busca de mais isonomia, nas relações de poder. Contudo essa postura não foi de enfrentamento, pois não pretendiam nitidamente um rompimento com as relações patriarcais, mas, sim, alçar um lugar de respeito em que suas vozes pudessem ser ouvidas.

Palavras-chave: Gênero. Movimentos feministas. Experiências.

ABSTRACT

This study aims to understand the changes occurred in gender relations in Barra do Garças and Aragarças, between the 1970s and 1990s, as well as visualize and historicize the women experiences in the region and evaluate the implications of the ideas of the feminist movement in these two towns. The choice of decades is justified because, according to the literature, the first decade is the period in which disclose ideas of the feminist movement in Brazil, and the interval until the second, because it is a reasonable timeline to understand the implications of the movement in the Médio Araguaia region. The mainly thing of the research was the experiences of local residents, which was achieved by recorded transcribed and interviews, about the themes: feminist movement, sexuality, contraception, abortion, education, physical and psychological violence against women, family and carrier. To obtain more knowledge, the experiences were combined with studies relating to the category of gender analysis, which guided all the study. It was found that women in the region asked, in several instances, relations of inequality, the naturalization of male dominance and disrespect their physical and psychological integrity, in the search for more equality in power relations. However this behavior was not confrontation, once they did not intend a break with patriarchal relations, but reach a place of respect where they can get their voices heard.

Keywords: Gender. Feminist movements. Experiences.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BASA – Banco da Amazônia
BB - Banco do Brasil
BEG – Banco do Estado de Goiás
BEMAT – Banco do Estado de Mato Grosso
BIMtz – Batalhão de Infantaria Motorizado
BNH – Banco Nacional de Habitação
BO – Boletim de Ocorrência
CAPH – Centro de Apoio à Pesquisa Histórica
CEF – Caixa Econômica Federal
CESMA – Centro de Ensino Superior do Médio Araguaia
CEVAM – Centro de Valorização da Mulher
CIM – Centro de Informação da Mulher
CONDEL – Conselho Deliberativo
COOPERCANA – Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda
COOPERCOL – Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda
CUA – Campus Universitário do Araguaia
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DIU – Dispositivo intrauterino
DOU – Diário Oficial da União
FAB – Força Aérea Brasileira
FBC – Fundação Brasil Central
FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICLMA – Instituto de Ciências e Letras do Médio Araguaia
ICM – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
IUNIARAGUAIA – Instituto Universitário do Araguaia
NUFEM – Núcleo Feminino da Metago
OEA - Organização dos Estados Americanos
ONGs - Organizações não governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PROTERRA – Programa de Redistribuição de terras e de Estímulo à Agricultura do Norte e Nordeste

QPPM – Quadro de Praça da Polícia Militar

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UNB – Universidade de Brasília

UNIVAR – Faculdades Unidas do Vale do Araguaia

LISTA DE IMAGENS E ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Mosaico com imagens de mulheres na região do Médio Araguaia.....	24
FIGURA 2 – Choupanas em que residiam garimpeiros, em Aragarças	36
FIGURA 3 – Residências da Fundação Brasil Central, em Aragarças	36
FIGURA 4 – Residências em Barra do Garças durante a Fundação Brasil Central	37
FIGURA 5 – Enfermeiras assistindo pacientes, no Hospital de Aragarças	39
FIGURA 6 – Assistência odontológica, em Aragarças	39
FIGURA 7 – Pontes que ligam as cidades de Aragarças, Pontal do Araguaia e Barra do Garças.....	40
FIGURA 8 – Avião do Correio Aéreo Nacional, em Caiapônia.....	42
FIGURA 9 – Homenagem da APAE para as integrantes do clube LIBEL	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. MULHERES DO MÉDIO ARAGUAIA: UMA CONSTRUÇÃO SOCIOCULTURAL..	24
1.1. MOVIMENTO FEMINISTA E SUAS VOZES NO MÉDIO ARAGUAIA	53
2. GÊNERO E PODER: RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS NO MÉDIO ARAGUAIA.	72
2.1. SEXUALIDADE, CONTRACEPÇÃO E ABORTO.....	72
2.2. APONTAMENTOS ACERCA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.....	83
2.3. VOZ E AUTONOMIA: UMA CONQUISTA DO DIA A DIA	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
REVISTAS	115
WEBBIBLIOGRAFIA	115
ANEXO	116

INTRODUÇÃO

[...] questionar as representações já naturalizadas e cristalizadas de mulheres, para “recuperar diferentes verdades e sensações; promover a descentralização dos sujeitos e permitir a descoberta das novas experiências, procurando articular experiências e aspirações de agentes aos quais se negou lugar e voz dentro das análises convencionais” (MATOS, 2002, p. 1049).

Visibilizar é a expressão chave do presente trabalho. Historicizar as vivências das mulheres de Aragarças/Go e Barra do Garças/MT, preservando suas memórias; proporcionar a elas lugar e voz; desconstruir concepções centradas no masculino; e, ainda, avaliar as implicações das ideias do movimento feminista, na região, compreendem os principais objetivos deste estudo. O nosso argumento perpassa pela concepção de que as mulheres da região questionaram, em diversas instâncias, as relações de desigualdade, a naturalização do domínio masculino e o desrespeito a sua integridade física e psicológica, na busca de mais isonomia, nas relações de poder. Observamos que a postura adotada por elas não foi de enfrentamento, haja vista que não pretendiam, nitidamente, um rompimento com as relações patriarcais, mas, sim, alçar um lugar de respeito em que suas vozes pudessem ser ouvidas.

Ao longo do estudo, nos posicionamos entre as décadas de 1970 e 1990. A primeira (1970), por que conforme a literatura, é o período em que se propalam as ideias do movimento feminista no Brasil, e o espaço até 1990, por ser um lapso temporal razoável para compreendermos as implicações das concepções do referido movimento na região do Médio Araguaia.

Levando-se em consideração que a atividade do pesquisador é norteadas pelas indagações por ele realizadas acerca do seu objeto de investigação, nos dedicamos, no desenrolar deste projeto, a responder os seguintes questionamentos: Como foi caracterizado o processo dos movimentos feministas ocorridos no Brasil? Podemos constatar impactos das ideias dos movimentos feministas, ocorridos no Brasil, nas sociedades interioranas de Barra do Garças e Aragarças, de 1970 a 1990? E, se a resposta for sim, de que forma eles influenciaram os municípios em análise? Como as mulheres se articularam, no sentido de questionar as relações patriarcais? Em quais ambientes podemos identificar as mulheres visibilizadas e em posições de

poder igualitárias? As mulheres que atingiram cargos de decisão tinham autonomia? Quais fatores contribuíram com a visibilidade das mulheres na região? O fato de essas mulheres terem adquirido espaço e voz possibilitou à sociedade regional um olhar diferenciado acerca das relações de gênero?

Para atendermos nossos propósitos, respaldamo-nos em literatura reconhecida academicamente, em documentos históricos e, principalmente, nas memórias das mulheres da região. Quanto ao uso da entrevista oral e dos documentos escritos, Paul Thompson em “A voz do passado: História Oral” cita Jan Vansina, a qual diz que “[...] *toda* evidência, escrita ou oral, que remonte a uma *única* fonte deve ser encarada com reserva; deve-se buscar uma corroboração para ela” (1974 apud THOMPSON, 2002, p. 307).

E Thompson, comentando Vansina, pondera:

[...] essa máxima é de relevância maior no caso de tradição oral transmitida através de várias gerações, do que em relação à evidência imediata da história de vida. Quando houver discrepância entre evidência escrita e oral, não se segue que um dos relatos seja necessariamente mais fidedigno que o outro. A entrevista pode revelar a verdade que existe por trás do registro oficial. Ou, então, a divergência poderá representar dois relatos perfeitamente válidos a partir de dois pontos de vista diferentes, os quais, em conjunto, proporcionam pistas essenciais para a interpretação verdadeira (2002, p. 307).

No que tange à utilização da evidência oral, nas pesquisas relativas às mulheres, Thompson contribui, mencionando:

Também neste caso é enorme o potencial da evidência oral, e suas possibilidades mal começam a ser exploradas. Até bem pouco tempo, a história das mulheres foi ignorada pelos historiadores, em parte porque a vida delas, ligada ao lar ou ao trabalho desorganizado ou temporário, muito frequentemente transcorreu sem ser documentada (2002, p. 134).

Michelle Perrot, em “Práticas da Memória Feminina”, ratifica o posicionamento de Thompson, argumentando que, em função da invisibilidade feminina, nos registros escritos, ao longo da história, fez-se necessário o uso do testemunho oral. Perrot (1989, p. 17) ainda pontua que é por conta da ausência de evidências escritas das mulheres que “[...] o desenvolvimento recente da história dita ‘oral’ é, de certo modo, uma revanche das mulheres” (PERROT, 1989, p.16).

Diante das limitações impostas pelos escassos registros históricos que visibilizam as mulheres da região, no período em análise, optamos por adotar, como fio condutor do presente estudo, as vozes de mulheres que atuaram nos espaços que estamos pesquisando. As entrevistas realizadas foram estruturadas dentro das temáticas: movimento feminista, sexualidade, contracepção, aborto, educação, violência física e psicológica contra as mulheres, família e profissão.

As memórias, aqui apresentadas, pertencem a oito moradoras e a um morador dos municípios de Aragarças e Barra do Garças. São: a professora aposentada pela Universidade Federal de Mato Grosso, Brulina Silva Morbeck; a professora aposentada pelo Estado de Goiás e escritora, Zélia dos Santos Diniz; a parteira, Dorina da Cruz Silva; a delegada aposentada pela Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, de Barra do Garças, Marina Bernardes Guimarães Prudente; a acadêmica do Curso de Licenciatura em História e professora do Ensino Fundamental da Escola Estadual Sales Pompeu de Pina, Neusa Auxiliadora Sales Pereira; a integrante do Clube do Livro, Ana Maria Carvalho; a integrante do Círculo de Leitura, Leila Roseli S. Moraes; a senhora Margô Silva e, por fim, o 2º Sargento do QPPM¹ de Aragarças, Dayan Carlos dos Santos Gomes.

Esclarecemos que são verdadeiros os nomes aqui apresentados, exceto o da senhora Margô Silva, para a qual, em respeito à privacidade de sua família, adotamos um nome fictício. Tal preocupação se deu, pelo fato de ela ter apresentado assuntos delicados de seu cotidiano familiar. E, por serem estes acontecimentos, algo ainda, não discutido, abertamente, entre os membros da família. Apesar de haver a concessão para a exposição dessas informações, acreditamos, por questões éticas, que devemos omitir o nome real dessa entrevistada. Tal decisão nos levou, também, a não apresentar a sua profissão, nem os nomes de familiares que ela citou, durante a entrevista.

Entendemos aqui que memória, conforme menciona Le Goff “[...] é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]” (1992, p. 476). Portanto, a memória coletiva não é, simplesmente uma conquista, mas, sim, instrumento de poder.

¹ Quadro de Praça da Polícia Militar

Por intermédio da oralidade, obtivemos a percepção de cada entrevistado, acerca do tema em reflexão. Esforçamo-nos para não adotar essas experiências, de forma ingênua, sem analisá-las, cuidadosamente, ou aceitá-las como verdades absolutas. Por conseguinte, as experiências foram adotadas como o “ponto de partida” das discussões levantadas, na pesquisa, e não como o “ponto de chegada”.

A categoria de análise “gênero” norteou as discussões realizadas, neste estudo. No que se refere a essa categoria, Linda Nicholson assevera no artigo “Interpretando o gênero” que o termo “gênero” tem sido utilizado de duas formas distintas e discrepantes:

De um lado, o "gênero" foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a "sexo", para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado. Aqui, "gênero" é tipicamente pensado como referência a personalidade e comportamento, não ao corpo; "gênero" e "sexo" são portanto compreendidos como distintos. De outro lado, "gênero" tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos "femininos" de corpos "masculinos". Esse último uso apareceu quando muitos perceberam que a sociedade forma não só a personalidade e o comportamento, mas também as maneiras como o corpo aparece. Mas se o próprio corpo é sempre visto através de uma interpretação social, então o "sexo" não pode ser independente do "gênero"; antes sexo nesse sentido deve ser algo que possa ser subsumido pelo gênero (NICHOLSON, 2000, p. 8 e 9).

Posta essa consideração, cabe questionar: em que momento se iniciou o emprego do termo gênero, como categoria de análise? Em resposta a essa indagação, Joana Maria Pedro, no artigo “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica” assinala:

[...] foi do interior da categoria mulheres que surgiu a categoria gênero, foi também entre as historiadoras que estavam escrevendo sobre história das mulheres que a categoria de análise “gênero” passou a ser utilizada. Estas foram inspiradas, em sua maioria, pelo texto, muitas vezes citado, de Joan Wallach Scott: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” publicado no Brasil em 1990. Neste artigo, Joan Scott retoma a diferença entre sexo e gênero, já empregada na década de 60 por Robert Stoller; entretanto, ela o articula com a noção de poder (2005, p.86).

Joan Wallach Scott, historiadora norte-americana, se classifica, conforme entrevista concedida à Revista de Estudos Feministas, “[...] como uma pós-

estruturalista foucaultiana que adotou a *linguistic turn*” (GROSSI; HEILBORN; RIAL, 1998, p. 123).

Scott, inicialmente da história social, transitou para o pós-estruturalismo, por acreditar que a história social não mais contemplava as interrogações da categoria gênero. Categoria essa que já era objeto de investigação nos campos da antropologia e da sociologia, e foi trazida por ela para a história, no intuito de historicizar a categoria mulheres (GROSSI; HEILBORN; RIAL, 1998, p. 116 e 117).

Scott, no artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, que, conforme Joana Pedro, inspirou e, acrescentamos, ainda inspira as reflexões que envolvem a categoria gênero, inicia sua análise problematizando as definições adotadas em dicionários para o termo “gênero”. A posteriori, Scott, no intuito de apresentar a utilização mais recente do termo, argumenta que:

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O “gênero” sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado (SCOTT, 1995, p.1).

Joana Pedro, por sua vez, objetivando demonstrar a intenção das mulheres em questionar a concepção de que as diferenças entre homens e mulheres eram resultado do biológico, menciona que:

Em português, como na maioria das línguas, todos os seres animados e inanimados têm gênero. Entretanto, somente alguns seres vivos têm sexo. Nem todas as espécies se reproduzem de forma sexuada; mesmo assim, as palavras que as designam, na nossa língua, lhes atribuem um gênero. E era justamente pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero mas não têm sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra “gênero” no lugar de “sexo”. Buscavam, desta forma, reforçar a idéia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas sim eram definidos pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura (PEDRO, 2005, p.78).

Para referendar essa discussão, utilizemos a análise de Thomas Laqueur em “Da linguagem e da carne”: “O gênero para Joan Scott, não é uma categoria mediadora entre a diferença biológica fixa de um lado e as relações sociais historicamente contingentes de outro. O gênero inclui tanto a biologia quanto a sociedade (...)” (LAQUEUR, 2001, p.24).

Scott, todavia, questiona a utilização da categoria gênero pelas (os) estudiosas (os). Segundo ela, por mais que algumas historiadoras e alguns historiadores se propusessem a realizar uma leitura da história das mulheres com um caráter relacional, a maioria permanecia no campo da descrição com visões generalizantes e essencialistas. No artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” vemos, ainda, a posição de Scott a respeito das (os) historiadoras (es) de gênero:

Na sua maioria, as tentativas das (os) historiadoras (es) de teorizar sobre gênero não fogem dos quadros tradicionais das ciências sociais: elas(es) utilizam as formulações antigas que propõem explicações causais universais. Essas teorias tiveram, no melhor dos casos, um caráter limitado por tenderem a incluir generalizações redutoras ou simples demais, que minam não só o sentido da complexidade da causalidade social na forma proposta pela história como disciplina, mas também o engajamento feminista na elaboração de análises que levam à mudança. Um exame crítico destas teorias mostrará os seus limites e permitirá propor uma abordagem alternativa (1995, p.3).

No mesmo artigo, Scott ressalta que as reflexões da maioria dos estudiosos da categoria gênero, podem ser separadas em dois grupos diferentes. A primeira, por não se preocupar em explicar, mas, simplesmente, descrever, Scott a define como sendo “[...] essencialmente descritiva, refere-se à existência de fenômenos ou realidades sem interpretá-los, explicá-los ou atribuir-lhes uma causalidade (1995, p.3)” e a segunda em que o “[...] uso é de ordem causal: ela elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando como e porque assumem a forma que têm” (1995, p.3).

Acompanhando as pontuações de Scott, acerca da forma descritiva, é que algumas e alguns historiadoras (es) escrevem a história das mulheres, Louise A. Tilly no artigo “Gênero, História das Mulheres e História Social” apoia as críticas de Scott, mencionando que “Joan Scott lamenta, com razão, que a maior parte da

história das mulheres não 'coloca em discussão' o uso dos conceitos dominantes da disciplina, explicando isto pelos 'limites da abordagem descritiva'"(1994, p. 40).

Continuando, Tilly, estudiosa do campo da história social, evidencia a necessidade de abordagens analíticas e relacionais nos trabalhos que envolvam a História das mulheres. Nessa perspectiva, manifesta seu pensamento:

Agora que os fatos da vida das mulheres se tornaram "fatos da história", é importante analisá-los e discutir explicitamente aquilo que eles permitem modificar, nos outros domínios da história. Os melhores trabalhos sobre história das mulheres, dos quais citei uma parte, não estudam a vida das mulheres de uma maneira isolada: eles se esforçam por vincular estas vidas a outros temas históricos, como o poder das idéias ou as forças que governam as transformações estruturais. Procedendo desta maneira, a história das mulheres já mudou nossa percepção do que é importante na história (1994, p. 41).

E, insistindo na ideia de que os (as) historiadores (as) das mulheres devem adotar uma abordagem analítica, em suas pesquisas, problematizando as questões que estão analisando, Tilly argumenta que:

Entretanto, trato aqui de um outro tipo de relação com a problemática atual da história, a questão da explicação. A fim de obter mais do que o simples reconhecimento das suas descobertas como "fatos históricos", os (as) historiadores(as) das mulheres devem tornar sua metodologia mais analítica na sua própria perspectiva e mostrar como seus resultados contribuem para a explicação de problemas mais gerais, estejam eles já na agenda da história, ou sejam eles facilmente compreensíveis do ponto de vista dos principais conceitos da disciplina. Ambas as abordagens, a descritiva e a analítica, deveriam figurar no campo da história das mulheres. O que entendo por uma abordagem que resolva problemas analíticos? Não que os(as) historiadores(as) devam colocar questões "mais amplas" - as questões que são também colocadas nos outros domínios da história (ainda que eu também pense isto, tal não é o meu propósito aqui)-, mas que os(as) historiadores(as) das mulheres devem problematizar suas questões (1994, p. 41 e 42).

É interessante lembrarmos, nesse momento, que Scott e Tilly apresentavam, também, alguns desacordos no que tange à construção do conhecimento histórico acerca das mulheres. Como já mencionado, enquanto Scott se coloca como pós-estruturalista e defende que não é possível historicizar as mulheres dentro da história social, pois esse campo de estudo é "marcado pelo determinismo econômico", Tilly, por sua vez, se posiciona de forma contrária defendendo os métodos da história social. Esse interessante debate é elucidado por Eleni Varikas,

também pesquisadora da história social, no artigo “Gênero, Experiência e Subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott”, conforme trecho a seguir:

As duas historiadoras lamentam o uso excessivamente descritivo da noção de gênero na história das mulheres e concordam sobre a necessidade de torná-la uma verdadeira categoria de análise através de uma conceitualização que possa questionar os conceitos dominantes da disciplina histórica. Uma tal conceitualização não é possível, segundo Joan Scott, no domínio da história social, *maracado* [sic] intensamente pelo determinismo econômico; ela enfatiza a necessidade de uma "epistemologia mais radical", que julga encontrar no âmbito do "pós-estruturalismo (ou pelo menos em certas abordagens geralmente associadas à Michel Foucault e Jacques Derrida)", as quais "podem fornecer ao feminismo uma perspectiva analítica poderosa". Tilly, pelo contrário, considera que os métodos da história social são os mais apropriados para o desenvolvimento das categorias de análise e dos questionamentos que possam interpelar todos(as) os(as) historiadores(as). Mas, esclarece Tilly, "de uma história social que respeite a iniciativa humana como a história social das mulheres chegou a fazer com tanto sucesso". É precisamente o uso "mais literário e filosófico" do gênero proposto por Scott e a abordagem desconstrutivista enaltecida por ela que, segundo Tilly, "superestima(m) o peso da coerção social" e tornam "triviais as condições nas quais as relações de poder mudam e se transformam" (VARIKAS, 1994, p. 65 e 66).

Essa polêmica nos remete, ainda, às palavras de Rachel Soihet, no artigo “História das mulheres e história de gênero: um depoimento”, em que ela reflete acerca dessas duas concepções que envolvem o estudo de gênero. Nesse sentido, Soihet pontua que Varikas concorda com Tilly, quando aquela afirma que:

[...] a vontade política de conceder às mulheres o estatuto de sujeitos de história contribuiu para o encontro das historiadoras feministas com as experiências históricas das mulheres. E, para muitas, este encontro teve lugar no terreno da história social, do que resultaram análises notáveis de relações de gênero e classes sociais. Também, Tilly e Varikas manifestam seu ceticismo quanto ao potencial de epistemologias situadas no âmbito do pós-estruturalismo para elaborar uma visão não determinista da história e uma visão das mulheres como sujeitos da história (SOIHET, 1998, p.79).

E, por fim, Soihet, no mesmo artigo, menciona que, no que tange à influência da linguagem na história das mulheres, Varikas se opõe aos argumentos de Tilly. Nessa perspectiva, pontua Soihet:

Critica, porém, Varikas as restrições de Tilly ao que denomina “uso mais literário e filosófico do gênero”, atentando para a importância de se refletir com mais precisão, acerca da influência do paradigma lingüístico sobre a história das mulheres. Acentua Varikas a importância das abordagens no âmbito da história das idéias e das mentalidades, que concederam um lugar privilegiado para a análise das representações, dos discursos normativos, do imaginário coletivo; as quais chamaram a atenção para o caráter

histórico e mutante dos conteúdos do masculino e do feminino, reconstruindo as múltiplas maneiras pelas quais as mulheres puderam re-interpretar e re-elaborar suas significações (1998, p.79).

O nosso arcabouço teórico contou, ainda, com as contribuições de Margareth Rago, em “Epistemologia feminista, gênero e história”, a qual elucida que nos estudos das mulheres, elas não deveriam ser pensadas “[...] como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes” (1998, p.27).

Norteamos a nossa discussão também pelos conceitos de Tereza de Lauretis, a qual em “A tecnologia do gênero” defende um conceito de gênero que não esteja tão vinculado à “diferença sexual”. Assim, propõe que o gênero “[...] é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (1994, p. 208).

Adotamos a literatura de Céli Regina Pinto, Cynthia Andersen Sarti, Elizabeth Bicalho, Gisele Justiniano de Faria, Maria José Pereira Rocha e Vera Soares, objetivando compreender o cenário histórico em que se estruturaram os movimentos feministas no Brasil e no Estado de Goiás, e Yasmine Ergas, para entendermos a articulação do referido movimento, internacionalmente.

Recorremos, também, a outras autoras, pretendendo nos apropriar dos conceitos pertinentes à categoria de análise gênero, dentre as quais evidenciamos Joana Maria Pedro, Lia Zanotta Machado, Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, Maria Izilda S. de Matos, Rachel Soihet e Tânia Navarro Swain.

O conceito de identificação, aqui adotado, amparou-se nas teorizações de Stuart Hall, e nos apontamentos relativos à história regional que se respaldaram nas produções científicas de Alessandro Matos do Nascimento, Hidelberto de Sousa Ribeiro, Luciene de Moraes Rosa, Manuel Ferreira Lima Filho, Marilene Marzari Ribeiro, Maurides Macedo, entre outros.

Estruturamos o presente trabalho em dois capítulos. O primeiro, que intitulamos de “Mulheres do Médio Araguaia: uma construção sociocultural”, explora a

construção histórica das cidades de Aragarças e Barra do Garças, evidenciando os processos de migração ocorridos e como esse cenário social, econômico, cultural e político influenciou, as relações sociais e de gênero, na região. O capítulo apresenta, também, um breve panorama do movimento feminista nacional e internacional. Discute seus impactos na região, destacando a organização de movimentos de mulheres, nos municípios em análise.

No último, “Gênero e poder: resistências e conquistas no Médio Araguaia”, adentramos as relações sociais das mulheres, entre as décadas de 1970 e 1990, analisando como elas se articularam, na busca de espaço e voz. Por meio de suas experiências, avançamos nas discussões pertinentes à sexualidade, à contracepção, ao aborto, às mulheres em situação de violência, à família, ao trabalho e à educação. O objetivo é perceber como as mulheres lidaram com essas questões, uma vez que pertenciam a uma sociedade estruturada a partir da noção de superioridade natural masculina, nas relações sociais.

É, num cenário de garimpo, Fundação Brasil Central, processos migratórios, instalação da UFMT que perpassa a pesquisa. Toma por base: documentos escritos e experiências de mulheres que compõem diferentes grupos sociais do “Médio Araguaia”. Mulheres que, como muitas outras do nosso país, padeceram com a discriminação, com a cristalização das relações patriarcais. Mulheres que atuaram, no sentido de romper com as relações desiguais de poder e, assim, avançaram na conquista da autonomia, da independência e da voz.

Confessamos que a proposta aqui apresentada é, para nós, um tema muito instigante, haja vista que discutimos questões presentes na comunidade em que residimos, desde 1990, e acerca de algumas instituições, com as quais estamos, ou já estivemos envolvidas profissional, ou academicamente.

Com esse estudo, certamente, não conseguimos exaurir as discussões que abordam as mulheres, na região em análise. Contudo, acreditamos que colaboramos com a construção de material científico, que apresenta e discute as relações de gênero, nessa localidade, bem como assegura a preservação das vivências e experiências dessas mulheres permitindo que outros possam trilhar esse caminho de valorização da memória feminina na região em estudo.

MULHERES DO MÉDIO ARAGUAIA: UMA CONSTRUÇÃO SOCIOCULTURAL



2

Historicamente, as mulheres estiveram ausentes, ou à margem da historiografia tradicional, que lhes negava lugar e voz, embora seja fato que grupos de mulheres, tanto em nível mundial, quanto nacional, há décadas, se articulam, no sentido de se fazerem ouvir. Essas ações contribuíram com as conquistas que possibilitaram e possibilitam a uma parcela da população atual de mulheres, espaço, autonomia e voz. Em âmbito regional, também é perceptível a importância das mulheres para o desenvolvimento sócio-histórico; apesar disso, elas raramente protagonizam a memória escrita ou a historiografia regional. Oportunizar que as vivências de Marias, Anas, Joanas... sejam ouvidas e lembradas foi a maior preocupação para realizarmos nosso mister.

Ao longo de todo este trabalho, tivemos a certeza de que não encontraríamos mulheres idênticas, haja vista que nós, mulheres, somos singulares, com interesses,

² As fotografias que compõem o mosaico de abertura do capítulo representam diversas realidades das mulheres da região do Médio Araguaia. Vemos uma mulher Xavante e sua filha fotografadas no ambiente de sua aldeia; em outra foto, observamos mulheres reunidas, em família, na porta de uma residência, visualizamos ainda as “lavadeiras” em seu cotidiano de trabalho. Em outro momento, notamos mulheres no cotidiano profissional, como a enfermeira da FBC e a professora com sua turma alinhada. Em outra imagem, identificamos uma reunião na qual a presença feminina é quase que total e, por fim, no centro do mosaico, temos uma foto em que duas mulheres aparecem, ladeando um comandante de avião da FBC, possivelmente, no Aeroporto de Aragarças. As imagens utilizadas pertencem ao acervo do Centro de Apoio à Pesquisa Histórica das Faculdades Unidas do Vale do Araguaia e ao acervo particular da senhora Vanda de Oliveira Marques.

sonhos e vivências únicas. As imagens retratadas no início deste capítulo são capazes de comprovar essa afirmativa. Portanto, se alguém perguntasse quem são as mulheres do Médio Araguaia³, étnica e fisicamente não poderíamos estabelecer um padrão, definindo-as como indígenas, como loiras, ou mesmo, como afrodescendentes, porque elas são a mistura de todos esses grupos. Suas atribuições são muitas: elas são lavadeiras, professoras, parteiras, enfermeiras, raizeiras, prostitutas, médicas, empregadas domésticas, donas de casa. Elas ocuparam e ocupam diferentes posições profissionais e historicamente, vêm acumulando dupla, ou, até, tripla jornada de trabalho. Suas concepções, sonhos, ideais e valores expressam as experiências e os saberes que Aragarças e Barra do Garças fizeram-nas, protagonistas.

Em função disso, no presente estudo, analisaremos as experiências de mulheres da região, observando-as no meio em que estão inseridas, tendo em vista que nós, mulheres, não estamos solitárias no universo. Estamos convivendo com homens, e sendo influenciadas por inúmeras questões sociais, políticas, econômicas e culturais. Acerca dessas temáticas, Maria Izilda S. de Matos em “Estudos de Gênero: Percursos e Possibilidades na Historiografia Contemporânea” alerta:

Igualmente difícil de analisar é a relação entre o particular e o geral, de modo que constitui grande desafio para o historiador mostrar como os gêneros fazem parte da história, abordá-los mais de modo analítico que apenas descritivo, relacioná-los aos acontecimentos mais conjunturais, estabelecendo relações e articulações mais amplas, inserindo-os na dinâmica das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, o que propicia a reinvenção da totalidade histórica dentro do limite do objeto pesquisado (1998, p. 74 e 75).

Levando todas essas questões em consideração, observaremos, nas páginas que se seguem, que o modo de viver e pensar das mulheres do Médio Araguaia foi, significativamente, influenciado por diferentes fatores. Alguns são peculiarmente relevantes. Exemplo disso, são os fluxos migratórios recebidos por esses municípios, tais como a instalação de instituições e empresas, na região, e até mesmo, a sua posição geográfica.

³ “O Médio Araguaia se estende ao longo da Serra do Roncador fazendo divisa com o estado de Goiás ao leste e ao norte com o Pará.” (ROSA, 2008, p. 17). Nessa pesquisa especificamente estamos mencionando os dados coletados nos municípios de Barra do Garças situado no Estado de Mato Grosso e Aragarças localizado no Estado de Goiás que estão na região definida como Médio Araguaia.

Pensando, inicialmente, na questão dos processos migratórios, temos a resposta concedida pela professora Zélia dos Santos Diniz, migrante do Paraná para a cidade de Aragarças, quando questionada a respeito da sua impressão acerca das mulheres das cidades de Aragarças e Barra do Garças quando aqui chegou em 1967 acompanhando o marido que na época trabalhava no IBRA⁴ – Instituto brasileiro de reforma agrária –, atualmente INCRA – Instituto nacional de colonização e reforma agrária. A informante Zélia Diniz, conta-nos numa linguagem informal e conduta descontraída:

Eu parava nessas pontes e ficava encantada olhando as mulheres de roupa... tudo, dentro, dentro do rio. Quando eu vi passar o cardume, as mulheres entrando pelo meio dos peixes, erguia as saias e levantavam aquelas *saiadas* [sic] de peixe... isso nunca tive, nunca tive, nunca tive assim um impulso de ir pro rio para pescar. Nunca entrei no rio pra tomar banho, mas caminho pelas beiradas da praia... areia, eu amo esse rio. Mas assim chegar e tomar banho no rio, mergulhar, não, nunca tive esse impulso, aliás que eu nunca aprendi a nadar. (risos) Eu nunca! Mulheres, mulheres do rio, nas pedreiras lavando roupas com as crianças brincando ao redor, baciadas de vasilhas, de louças sujas, os meninos, meninas lavando ali no rio enquanto as mulheres lavavam a roupa batendo nas pedras. Os baldes d'água na cabeça na volta pra casa, todo mundo carregando água, não tinha água encanada, trazendo baldes, panelas grandes cheias de água, crianças pequenas traziam panelinha de acordo com o seu tamanho (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

Percebemos, nessa fala, a estranheza da entrevistada em encontrar mulheres, pescando com suas saias, para auxiliar na renda doméstica, ou seja, um traço cultural, até então, por ela desconhecido. Traço que, ao longo dos anos, se incorporou às suas vivências, ao mesmo tempo em que ela influenciava com suas ideias e posturas, também a vida daquelas mulheres, na região em que residiam.

A escritora, ainda, destaca práticas corriqueiras da região, naquela época, como as de lavar roupa no rio, e banhar nas águas do Araguaia e do Garças. É comum, ouvirmos de antigas moradoras da região, relatos como esse. As mulheres levavam os filhos para brincarem no rio, enquanto auferiam renda, lavando roupas de famílias com melhores condições econômicas que elas. A atividade de lavar roupas, nos rios e córregos da região, perdura até os dias de hoje. Constatamos isso, no córrego denominado Lajedo, onde algumas senhoras mantêm viva essa

⁴ Segundo o site oficial do INCRA o Decreto-lei nº 1.110, de 09/07/70 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o qual absorveu as atribuições do Ibra e do Inda. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/historico-do-incra>. Acesso em: 10 abr. 2012.

prática. A prática de carregar água do rio para as residências também era cotidiana, haja vista que a maioria das moradias não possuía “cisterna”, nem água encanada.

Destacamos, ainda, a importância do “Rio”, no imaginário das pessoas da época. Em toda essa narrativa, a professora Zélia enfatiza a vivência das mulheres em práticas e afazeres realizados no Araguaia. É interessante perceber que o trabalho desenvolvido por essas mulheres parecia ser realizado com descontração e alegria e, hoje, é lembrado, por muitas delas, com certa nostalgia e saudade. Observamos, na fala da professora Zélia, que o Rio era um ambiente de encontros, descontração e diversão. Lugar de lazer, com dimensão lúdica que proporcionava momentos de sociabilidade entre as mulheres e as crianças que as acompanhavam. Os filhos que acompanhavam suas mães, no cotidiano de trabalho, no Rio Araguaia e, como disse Zélia Diniz, nadavam e brincavam nas águas, hoje, são homens e mulheres, e carregam em suas memórias as impressões felizes daqueles tempos.

A sociedade dos municípios de Aragarças e Barra do Garças é formada por mulheres Bororo, Xavante, Mineiras, Baianas, Paranaenses, Goianas, Mato-Grossenses, dentre outras. Atualmente, essa sociedade é o resultado da miscigenação entre indígenas e migrantes de diferentes estados do Brasil. De acordo com a historiografia analisada, depreendemos que, na região do Médio Araguaia, ocorreram processos migratórios estimulados por diferentes fatores, como a economia pecuarista, o ciclo de mineração e ações governamentais. Estas estiveram presentes na instalação da Fundação Brasil Central, na realização da Expedição Roncador Xingu, no estabelecimento da SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – da SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Também, por ações não governamentais, tais como a organização e execução das colônias dirigidas.

Certamente, não é sensato desprezar a influência promovida por esses movimentos e instituições, haja vista que eles não fomentaram apenas a migração de pessoas. Corroboraram, também, com a “migração” de ideias, condutas e valores, contribuindo, assim, com a formação econômica, social, política e cultural das duas cidades que, como disse o professor Hidelberto Ribeiro, estão “umbilicalmente” interligadas por questões de ordem econômica e cultural (RIBEIRO, 2001, p. 39).

Muitas mulheres que compõem o número de habitantes desses dois municípios participam das estatísticas de migrantes. A maioria é constituída por mulheres que vieram acompanhando seus esposos ou pais. Mulheres que ali se estabeleceram, trazendo ideias e valores culturais próprios, e/ou dos locais em que viviam. Valores distintos daqueles da população que ali residiam. Entendemos que o primeiro contato entre migrantes e antigos moradores é um momento de estranhamento. Contudo, é perceptível que as características culturais foram, aos poucos, se mesclando e é nesse emaranhado cultural, com suas práticas disciplinadoras e seus discursos instituintes, que se construiu e se constrói o que poderíamos dizer: identificação social e cultural das mulheres aragarcenses e barra-garcenses.

No que tange aos conceitos de identificação e identidade, Stuart Hall em “A identidade cultural na pós-modernidade” assinala:

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formulada’. As partes ‘femininas’ do eu masculino, por exemplo, que são negadas, permanecem com ele e encontram expressão inconsciente em muitas formas não reconhecidas, na vida adulta. Assim em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar da identificação, e vê-la como um processo em andamento (HALL, 2006, p. 38 e 39).

Nessa perspectiva, Margareth Rago em “Epistemologia feminista, gênero e história”, ainda pontua:

[...] as teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserindo em um campo de complexas relações sexuais e étnicas. Portanto, em se considerando os “estudos da mulher”, esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes. Como se vê, a categoria do gênero encontrou aqui um terreno absolutamente favorável para ser abrigada, já que desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais (1998, p.27).

Por, justamente, partirmos do pressuposto de que as identificações das mulheres são uma construção sociocultural, o nosso primeiro passo, aqui, será o de

compreender o cenário histórico-regional em que se desenvolvem as vivências pesquisadas por nós. Para tanto, relembremos, brevemente, como se constituíram, historicamente, os municípios em análise, destacando alguns fatores que suscitaram a migração pós década de 1920 para essa região.

A ocupação branca da região do Médio Araguaia, que comporta as duas cidades já mencionadas, remonta a meados do século XIX, quando se instalaram presídios para receber homens detidos, durante a Guerra do Paraguai. Naquele período esse território já era ocupado pelas nações indígenas: Bororo⁵ e Xavante⁶.

A efetiva ocupação branca se deu, entretanto, com a vinda de criadores de gado do sul goiano, em busca dos varjões nativos daquelas paragens. Concomitantemente, descobriram as primeiras jazidas de diamante, nos locais Barra Goiana e Barra Cuiabana que, posteriormente, foram denominadas por Aragarças e Barra do Garças.

Em Barra Cuiabana, a garimpagem ocorreu em diferentes localidades, como, na mancha diamantífera da Voadeira, no monchão do Aroeira e na “Virada do Zeca Costa”. Essa última mancha diamantífera foi descoberta, em função da construção de uma pequena barragem, durante o período de estiagem, no Rio Garças. Isso ocorreu, um pouco antes de este Rio desaguar no Rio Araguaia. A descoberta se deu por alguns padrões do garimpo, dentre os quais podemos destacar o senhor Antônio Cristino Côrtes. Esse período de exploração de pedras preciosas na região ficou marcado pela chegada maciça de muitos migrantes, em especial, das regiões Norte e Nordeste.

⁵ Com relação aos Bororo, especificamente os orientais, Manuel Ferreira Lima Filho afirma que “Os dados históricos dos *Bororo* orientais, assentados no rio São Lourenço e Rio das Garças (Wüst, 1998), afluente do Araguaia, datam do final do século XIX, quando, em 1891, três soldados que protegiam a linha telegráfica, a qual ligava Cuiabá ao Araguaia, são mortos pelos Bororo. Depois, os mesmos Bororo do Rio das Garças ajudaram Rondon a construir a linha telegráfica de Coxim (VIERTLER, 1990, p. 68)” (2001, p.25).

⁶ Quanto aos Xavantes, Luciene de Moraes Rosa menciona: “É importante lembrar que os estudos feitos nos mostraram que as primeiras referências aos A’uwê Uptabi na historiografia oficial aparecem em 1762. A partir dessa data, há inúmeros registros sobre seus encontros e desencontros, feitos pelos presidentes da província de Goiás, recomendando ações cujo principal objetivo era a submissão desse povo para disponibilizar o acesso à região em que viviam para as atividades de mineração e navegabilidade dos rios. Isso culminou com a migração do grupo durante a metade do século XIX, aproximadamente por volta de 1820.

Em Mato Grosso, os A’uwê conseguiram se manter relativamente isolados até a década de 1930. Segundo Ravagnani (1978), a partir dessa década, as terras dos A’uwê Uptabi começaram a ser invadidas por povoados, garimpeiros e fazendeiros. Os salesianos João Fuchs e Pedro Sacilotti chegaram à região em 1932, para contatar os A’uwê Uptabi” (2008, p. 17).

Maurides Macêdo, em sua pesquisa de doutorado, comenta como foi que o garimpo, ao atrair pessoas de diferentes localidades do Brasil para a região do Médio Araguaia, corroborou para a formação das cidades Aragarças e Barra do Garças:

As jazidas foram sendo descobertas, e os núcleos urbanos, como Baliza, Aragarças, Torixoréu e Barra do Garças, foram se formando, à medida em que estes locais viraram notícia. O fluxo de aventureiros para esses lugares foi grande. Jornais e revistas do País publicavam constantemente informações sobre estes garimpos, e essas reportagens funcionavam como atrativo para as pessoas de toda a nação, que chegavam a Baliza em busca de enriquecimento rápido (MACÊDO, 2011, p. 19).

Macêdo também destaca que, entre os anos de 1924 até 1955, as regiões que comportam os garimpos do Araguaia “[...] tiveram uma fase áurea. Para estas regiões chegaram inúmeras pessoas oriundas, principalmente do Norte, fugindo da queda da borracha, e do Nordeste do País, fugindo da seca, ou provenientes das lavras diamantíferas, já esgotadas, da Bahia” (MACÊDO, 2011, p. 19).

A migração, para muitos, representava a possibilidade de se melhorar às condições socioeconômicas, de fugir da pobreza, ou, até mesmo, de enriquecer, embora a decisão de mudar para a região, nos casos pesquisados por nós, também pudesse estar associada a alguma situação embaraçosa, ou de sofrimento familiar. Nascimento pondera que “Segundo estudiosos da migração como Boris Fausto, a iniciativa de migrar, também é motivada pela vontade de melhorar o padrão de vida do indivíduo e de sua família” (2010, p. 84) O autor complementa que, com relação à região do Araguaia “[...] foi a busca por uma vida melhor, a grande motivação que trouxe para o Vale do Araguaia, migrantes de todo o Brasil” (2010, p. 84).

A professora aposentada da UFMT, Braulina Silva Morbeck, relata que sua família residia na Bahia e mudou-se para o Médio Araguaia, a convite de um irmão de seu pai, quando ela tinha apenas alguns meses de vida. Ela especifica que um de seus tios se mudou, primeiro, para a região e o fez por conta da tristeza que sentia, em função do falecimento de sua esposa. Somente depois, com as notícias de que o garimpo oferecia melhores possibilidades de vida é que os outros familiares transferiram residência para o Mato Grosso:

Meu pai... a gente morava na Bahia e um dos meus tios, tio Vitorio perdeu a esposa muito cedo e ele ficou totalmente desgostoso e aí ele veio embora pro Mato Grosso. Em chegando aqui, ele viu que a região oferecia, assim, condições melhores, é... retorno melhor e escreveu uma carta dizendo pro meu pai como que era e o garimpo aqui estava muito bom. Foi por essa questão (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Dona Dorina da Cruz Silva, que desempenhou a função de parteira, durante várias décadas, menciona que seu pai se mudou da Bahia para trabalhar nos garimpos do Araguaia, mas, não levou a família. Em função disso, ele retornava a Bahia, a cada seis meses. Quando a mãe de Dona Dorina da Cruz Silva faleceu, o pai trouxe os filhos, definitivamente, para Torixóreu. Anos mais tarde, ela se mudou, agora casada, com o esposo para Barra do Garças (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Margô Silva comenta que chegou em Aragarças, por volta de 1948, aos 11 anos, acompanhando os pais. O fator motivador para a mudança dessa família também foi o sonho de melhorar de vida, por meio do trabalho no garimpo e, também devido a um “desgosto familiar”. A informante narra:

Eu vim pra região por causa do meu pai, por causa do garimpo né. E o povo dele veio tudo prá cá. Então ficou só ele lá e ele tinha uma filha e a filha dele, a mais velha, foi embora, fugiu com um homem e ele ficou muito desgostoso, então vendeu os trem dele tudo e veio embora pra cá (Entrevista realizada em Aragarças, 2012).

Interessante que, durante o ciclo do garimpo, notamos a migração de muitas famílias economicamente vulneráveis que, como já mencionado em várias obras, migravam para fugir da pobreza e buscar melhores condições financeiras. Acreditamos ser relevante ressaltar que, coincidentemente, ou não, nos casos de migração, durante o garimpo, pesquisados por nós, dilemas familiares contribuíram para que houvesse a decisão pelo deslocamento de uma região para outra.

Nesse período, ocorre um interessante fator que motiva o desenvolvimento populacional de Barra Goiana, atualmente Aragarças, conforme menciona o memorialista Valdon Varjão⁷ (1980, p. 18):

⁷ Valdon Varjão é um escritor local responsável por diferentes obras acerca dos municípios de Aragarças, Barra do Garças, Baliza entre outras. É considerado um memorialista que desenvolve sua narrativa com base em suas vivências e na oralidade dos moradores da região.

Maior desenvolvimento do núcleo garimpeiro foi se verificar no ano de 1933 com a descoberta da “mancha” da Praia, quando a povoação de Barra Goiana, (hoje Aragarças-GO) surgiu motivada pela proibição de Construção na Vila Barra Cuiabana somente de barracas, e para as novas construções exigia-se alinhamento de ruas e casas com a altura mínima de 3 metros, em vez de ranchos, como sempre procedem os garimpeiros.

Outro processo migratório para a região do Médio Araguaia ocorreu com o surgimento do projeto Marcha para o Oeste, a qual deveria atender a necessidade de ocupação dos “espaços vazios”. Na década de 1930, as chamadas potências do eixo criaram o conceito de espaço vital em que defendiam a anexação de territórios que não fossem explorados por suas nações de origem.

Dessa forma, o primeiro ministro do Japão, em discurso na Liga das Nações afirmou que, onde houvesse terra não habitada e não explorada, seria lícito aos japoneses explorarem-na. Em função disso, o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, temendo perder o imenso território “desocupado” no coração do Brasil criou um projeto de “ocupação branca” do Centro Oeste, denominado A Marcha para o Oeste. Tal informação pode ser compreendida com mais propriedade a partir do texto extraído de uma das publicações da Fundação Brasil Central pertinente ao plano de urbanização de Aragarças:

Em 1937, em Genebra, por iniciativa do representante do Japão junto à Sociedade das Nações, agitou-se, naquele organismo, a idéia de que as nações que dispusessem de grandes áreas inexploradas, como é o caso do Brasil, deveriam cedê-las a outros países, mais densamente povoadas e capazes de explorá-las, em proveito próprio e no dos outros povos civilizados do mundo.

Logo em seguida, sob o auspício do nazi-fascismo, triunfante então na Itália e na Alemanha, ganhava corpo e se constituía no principal fundamento do pretexto ideológico da maior e mais sangrenta guerra da história, a doutrina da necessidade de “espaço vital”, a tão celebrada *Lebensraum* da delirante propaganda nazista.

Mais modernamente, na própria ONU, tem voltado o tema, sob disfarces outros, é verdade, ao terreno da discussão. A ideia da Hyléia Amazônica, por exemplo, que a UNESCO propõe e está na ordem do dia, na imprensa e nos concertos internacionais, é, em nossa opinião, uma revivescência daquela perigosa concepção doutrinária, não obstante suas características culturais e aparente afinidade, sob outros aspectos, com os melhores desígnios e interesses nacionais.

Com a transformação que sofre, ao sabor das conveniências da política internacional, o conceito de soberania dos povos, representa, para o Brasil, grande, senão iminente perigo, a recrudescência, possível de um momento para outro – não importa sob que novas formas ela se apresente – da doutrina do “espaço vital”.

Daí a necessidade que temos de ocupar, quanto antes, o território nacional, incorporar, sem tardança, à civilização, uma área imensa, “esse vácuo que

se formou entre a costa povoada e as linhas demarcadoras de outras soberanias”, e que é o Brasil Central.

Não seria possível que continuássemos, após os quatro séculos que decorrem do descobrimento, aguardando, estáticos, que as forças imanentes da História, no seu desenrolar lento e natural, conseguissem, por si, independente de nossa intervenção, esse objetivo.

(...)

É preciso que essas extensas áreas territoriais, tão vastas e virgens hoje como há 400 anos, sejam efetivamente ocupadas, exploradas, povoadas, e apagada, para sempre, de nossas cartas, a humilhante legenda “zonas inexploradas”, que constitui, a esta altura da civilização, verdadeiro opróbrio para os nossos brios de civilizados.

Devemos, sem tardança, como bem preconizou o Presidente Getúlio Vargas, em discurso, recente, “eliminar os espaços potencialmente ricos e desocupados que despertam apetites perigosos, num mundo de crescentes pressões demográficas”.

Se o não fizermos, estaremos, sempre, à mercê das vicissitudes históricas, e sujeitos a vermos, um dia, aplicada, em nosso país, a perigosa doutrina responsável pela última guerra mundial (p. 11 e 12)⁸

Lembremos que, para atender ao conceito de região “desocupada” fez-se necessário desconsiderar as diferentes nações indígenas, garimpeiros e sertanejos que já viviam na região, nessa época, ou seja, embora o Médio Araguaia já fosse ocupado por esses grupos o discurso oficial disseminava a ideia do “espaço vazio”.

Marilene Marzari lembra que a Marcha para o Oeste foi fundamental para a integração do sertão aos outros estados brasileiros. Tal integração acabou interferindo na “[...] vida do sertanejo que, para viver, precisava se condicionar ao trabalho rotinizado, com o cultivo de produtos em área restritas e, bem demarcadas” (2004, p. 58) o que provocou “[...] mudanças dos costumes, da mentalidade, dos modos de vida dos sertanejos e da domesticação e demarcação da terra bruta e deserta” (2004, p. 58).

A consideração de Marzari vem ratificar aquilo que já havíamos mencionado, na medida em que, com a implementação dos objetivos da Marcha, também era introduzida uma nova dinâmica nas relações daqueles que já viviam no Centro do Brasil. É impossível que, com a chegada de tantas pessoas de regiões tão distintas, não fossem chegar, também, pensamentos e modos de vida diferentes, de maneira que, aos costumes e à mentalidade dos sertanejos foram incorporados valores daqueles que, para a região do Médio Araguaia, vieram e vice-versa.

⁸ Texto extraído da publicação da Fundação Brasil Central “Aragarças: Plano de urbanização” que pertence ao acervo documental da Senhora Vanda de Oliveira Marques. Não identificamos a data de publicação na obra.

A Expedição Roncador-Xingu, por sua vez, conforme a Portaria nº 77, de 3 de junho de 1943, documento oficial existente na obra do memorialista Valdon Varjão, surgiu com quatro objetivos básicos:

Organizar a Expedição Roncador-Xingu com os seguintes objetivos:

I - partindo da cidade de Leopoldina, sobre o rio Araguaia, em Goiás, seguir na direção geral de noroeste rumo a Santarém, sobre o Amazonas;

II - procurar o ponto mais favorável sobre o rio das Mortes e fundar um estabelecimento de colonização;

III - continuar a marcha galgando a serra do Roncador e fundar no ponto mais conveniente, que ofereça condições de clima, terras próprias para agricultura e facilidade para estabelecimento de um campo de aviação, um núcleo de civilização que servirá de ponto de apoio para o prosseguimento da Expedição e exploração do território;

IV - invernar nesse local preparando o campo de aviação e iniciando trabalhos agrícolas e de construção (VARJÃO, 1989, p.60).

Observamos que, na referida portaria, havia a preocupação com o espaço geográfico onde seriam instaladas as bases da Expedição. Nessas localidades, deveriam ser realizadas atividades de agricultura, e construções diversas. Também, o estabelecimento de campos de aviação para a efetiva comunicação com os grandes centros. A mesma preocupação foi observada, no momento do estabelecimento da sede da Fundação Brasil Central. Identificamos essa inquietação na obra “Fundação Brasil Central”⁹, na qual está relatada a entrevista concedida ao jornal do Brasil pelo Ministro João Alberto Lins de Barros. No referido documento, o Ministro menciona que “As condições de salubridade foram a principal determinante da escolha do local para a nova Base” (p. 13) e complementa: “[...] atingimos a confluência do rio Garças com o Rio Araguaia, ponto geograficamente favorável. Os estudos sôbre o terreno confirmaram as informações da exploração aérea e foi assim fixado o local da fundação da futura cidade de Aragarças” (p. 13).

Para ratificar a relevância da questão geográfica para o desenvolvimento da região do Médio Araguaia, mencionamos reportagem publicada na Revista Gazeta Magazine pelo Sr. Valdon Varjão, a respeito de Barra do Garças, o qual afirma que o desenvolvimento da região é resultado de diferentes fatores a saber:

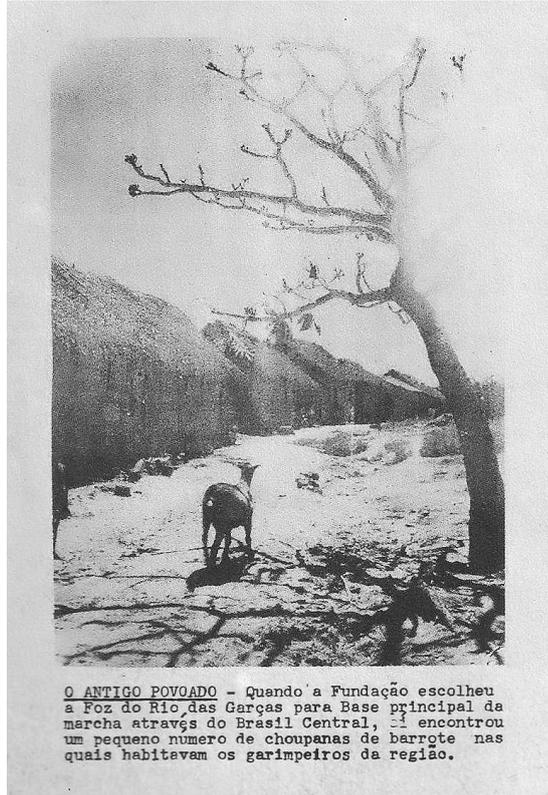
⁹ Informação extraída da publicação da Fundação Brasil Central “Desbravando o Planalto Central além da Serra do Roncador: Entrevista concedida ao jornal do Brasil pelo Ministro João Alberto Lins de Barros” que pertence ao acervo documental da Senhora Vanda de Oliveira Marques. Não identificamos a data de publicação na obra.

[...] sua localidade, dentro da Amazônia Legal, dos incentivos fiscais proporcionados pelo Governo Revolucionário; da rentabilidade econômica na aplicação de investimentos em terras e imóveis; pela migração gaúcha (...) e pela ação das iniciativas particulares (1978, p. 5).

A realização da Expedição Roncador-Xingu, por sua vez, ficou a cargo da Fundação Brasil Central, órgão responsável pela implantação da estrutura física da Marcha para o Oeste, bem como, pela logística e execução da expedição.

Entre as décadas de 1940 e 1960, em razão do funcionamento da Fundação Brasil Central, muitas famílias fixaram residência em Aragarças. Exemplo disso é o da professora Zélia dos Santos Diniz. Como já foi dito acima, a referida professora veio acompanhando seu esposo, o qual se mudou para a referida cidade com o objetivo de trabalhar na Fundação. Zélia Diniz diz: “Meu marido era funcionário público federal, do IBRA que hoje é o INCRA. Ele foi transferido para Aragarças, veio trabalhar para a Fundação Brasil Central e, em seguida a Fundação Brasil Central foi extinta e nós já estávamos aqui e ficamos” (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

Outra família que fixou residência em Aragarças, nesse período, foi a da Senhora Neusa Auxiliadora Sales Pereira, nascida em Aragarças, em 1959. Segundo ela, seu pai, que é natural da cidade de Pedro Afonso, no Tocantins, mudou-se, a princípio, para Torixoréu, com o intuito de trabalhar, no garimpo, e, depois, para Aragarças, para desenvolver suas atividades profissionais, no Aeroporto, cuidando dos aviões da Fundação Brasil Central. Acumulou as funções de cuidador de aviões e de mecânico de aviões. Casou-se com a mãe de Dona Neuza, que já era moradora da região. E, em função do trabalho na Fundação, fixaram residência em Aragarças.



10

Aragarças. Fonte: Acervo documental da Senhora Vanda de Oliveira Marques.



11

Aragarças. Fonte: Acervo documental da Senhora Vanda de Oliveira Marques.

¹⁰ Imagem retirada do livro "Fundação Brasil Central", publicação nº 3. Desbravando o Planalto Central além da Serra do Roncador: Entrevista concedida ao jornal do Brasil pelo Ministro João Alberto Lins de Barros. p.4.

¹¹ Imagem retirada do livro "Fundação Brasil Central", publicação nº 3. Desbravando o Planalto Central além da Serra do Roncador: Entrevista concedida ao jornal do Brasil pelo Ministro João Alberto Lins de Barros. p.12.



Imagem do município de Barra do Garças, no ano de 1943, período da Fundação Brasil Central.
Fonte: Acervo do Centro de Apoio à Pesquisa Histórica do Curso de Licenciatura em História das Faculdades Unidas do Vale do Araguaia (UNIVAR).

Na primeira imagem, temos algumas choupanas que serviam de residência para os garimpeiros e sertanejos, na região do Médio Araguaia. Na segunda imagem, visualizamos um grupo residencial construído pela Fundação Brasil Central em Aragarças. Notamos, nesses registros, o quanto a instalação da Fundação modificou a vida das pessoas da região. Conforme informações obtidas por meio de entrevistas, alguns moradores da cidade passaram a residir nas casas da Fundação, quando começaram a trabalhar para essa instituição. O pai de Dona Neusa Auxiliadora Sales Pereira é exemplo disso.

Na terceira imagem, retratamos o núcleo urbano da Barra Cuiabana, na década de 1940. Embora a Fundação Brasil Central tenha sido instalada na Barra Goiana, ela influenciou significativamente o desenvolvimento da região que, atualmente é denominada: Barra do Garças.

A família da entrevistada, Neusa Auxiliadora Sales Pereira, residiu em uma das casas da Fundação, quando seu pai trabalhou no Aeroporto. Ela menciona, que uma das vantagens de se obter isso, é o fato de ela nunca ter precisado “[...] carregar água na cabeça nem lavar roupa no rio” (Entrevista realizada em Aragarças, 2012), posto que, nas casas da Fundação havia água encanada.

As mulheres, mencionadas até este momento, são algumas das entrevistadas que colaboraram com a execução deste trabalho, por meio do relato de experiências que as constituíram. Compreendemos que a experiência deve ser o ponto de partida da reflexão ao que nos propomos. Deverá ser analisada e questionada, a partir das relações em que foi construída e, de modo algum, deve ser adotada como evidência autorizada, como uma constatação. Nessa perspectiva, Scott alerta:

Tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressivos, mas não sua lógica ou seus funcionamentos internos; sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituída em relação mútua. Por isso precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências. Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz (1998, p. 304).

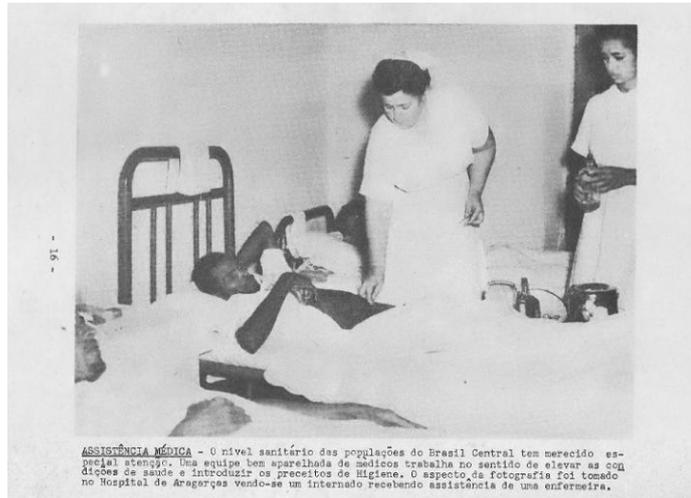
No período da Fundação Brasil Central, o governo criou estruturas físicas fundamentais para o desenvolvimento regional. Fez construir pontes sobre os rios Garças e Araguaia, e, em Aragarças; o Grande Hotel – hotel presidencial que recebeu Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart¹² –; o Aeroporto – local onde ocorreu uma das manifestações contra o Governo Juscelino, denominada Revolta de Aragarças, também, conhecida por Revolta de Veloso –; o Hospital Getúlio Vargas; a olaria; escolas; oficinas; calçamento de ruas; moradias entre outras.

O Hospital Getúlio Vargas possibilitou aos moradores da região uma assistência médica que, até então, era muito limitada. No livro “Fundação Brasil Central”, publicação nº 3, temos, no que tange à assistência médica oferecida pela Fundação, a seguinte informação: “Se é dever nosso construir a cidade (...) devemos cuidar com igual empenho do problema de assistência hospitalar, mais complexo sem dúvida que a assistência médica ou sanitária, já organizadas” (p. 21). Outro dado interessante, também apresentado nesse material, é que “O trabalhador

¹² João Goulart quando esteve na cidade de Aragarças foi na condição de Ministro de Estado no governo de Getúlio Vargas.

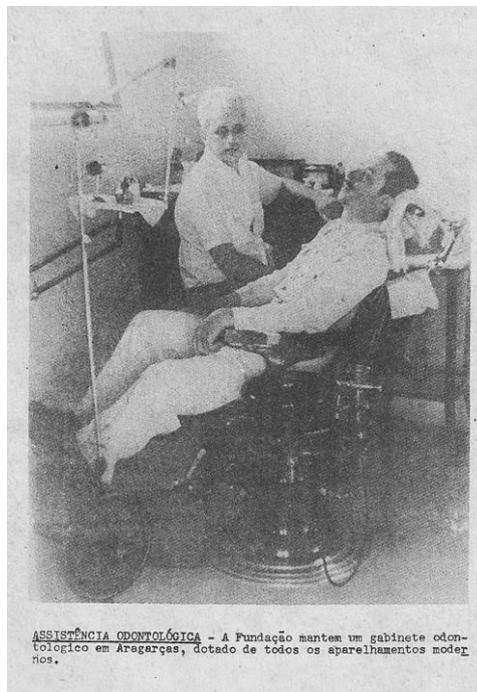
rural só recorre ao hospital quando se invalidado. Enquanto lhe restam forças para cuidar da própria subsistência não se recolhe” (p. 21).

Nas imagens abaixo, retratamos o atendimento médico e odontológico ofertado pela Fundação à comunidade.



13

Fonte: Acervo documental da Senhora Vanda de Oliveira Marques.



14

Fonte: Acervo documental da Senhora Vanda de Oliveira Marques.

¹³ Imagem retirada do livro “Fundação Brasil Central”, publicação nº 3. Desbravando o Planalto Central além da Serra do Roncador: Entrevista concedida ao jornal do Brasil pelo Ministro João Alberto Lins de Barros. p.16.

¹⁴ Imagem retirada do livro “Fundação Brasil Central”, publicação nº 3. Desbravando o Planalto Central além da Serra do Roncador: Entrevista concedida ao jornal do Brasil pelo Ministro João Alberto Lins de Barros. p.24.

Em função da interação existente entre as cidades de Aragarças e Barra do Garças, faz-se de fundamental importância ressaltarmos, ainda, a dinâmica promovida na região, em razão da construção das pontes que ligam as cidades de Aragarças a Pontal do Araguaia¹⁵ e Pontal do Araguaia a Barra do Garças. Levando-se em consideração que, antes, esse percurso era realizado por canoas. Com a construção das pontes, esse trânsito ficou mais livre e tranquilo. Assim, viajantes, garimpeiros, comerciantes, entre outros, que necessitavam atravessar de um Estado para outro, faziam-no mais rapidamente, e com maior constância, o que acelerou o desenvolvimento da região. Tais afirmações são ratificadas por Macêdo, quem explicita o quanto a construção dessas duas pontes alterou as relações sociais e econômicas na região do Médio Araguaia:

Mas a ponte sobre o Rio Araguaia só foi concluída em 1956, quando o garimpo já se encontrava em decadência. Apesar de ser uma antiga aspiração da população da cidade, ela não foi construída em Baliza. Segundo vários entrevistados, as lideranças políticas de Baliza foram contra a transferência da capital para Goiânia, fato que, segundo parece, determinou a construção da ponte em outro local. Isso se deu na década de 1940, com a chegada da Fundação Brasil Central ao local onde se encontram atualmente as cidades de Aragarças e Barra do Garças. Em consequência, o eixo comercial, que passava por Baliza e a tornava tão importante, foi transferido para Barra do Garças e Aragarças (MACÊDO, 2011, p. 56).



Imagem das duas pontes que ligam as cidades de Aragarças, Pontal do Araguaia e Barra do Garças.

Fonte: Acervo do Centro de Apoio à Pesquisa Histórica do Curso de Licenciatura em História da UNIVAR.

¹⁵ Pontal do Araguaia obteve sua emancipação em meados da década de 1990, sendo que até então fazia parte do território da cidade de Torixoréu.

As atividades aéreas da FAB, em Aragarças, também proporcionaram uma interessante dinâmica na cidade de Aragarças e, conseqüentemente, em Barra do Garças, conforme pondera a professora Zélia Diniz:

Agora, tinha uma coisa curiosa, com o movimento da Fundação Brasil Central, nós tínhamos as linhas de aviação permanente, as linhas do correio aéreo nacional, o avião da FAB saía... era a FAB que prestava serviço para o correio aéreo, saía do Rio vinha fazendo escalas, uma escala obrigatória era em Aragarças, daqui subia até o Amazonas. Voltava... Rio de Janeiro. Então, trazia o quê? Trazia mercadorias, remédios, livros escolares e sempre descarregava e voltava meio vazio e levava o pessoal daqui tranquilamente, tanto que em 67 quando eu cheguei aqui, do jeito que eu via as mulheres no rio de roupa e tudo, pegando peixes, lavando roupas nas pedras, também se via as meninas de biquíni, último tipo Rio de Janeiro banhando nas prainhas. Havia um certo contra-senso? Não, era natural, a moda chegava, chegava com revistas, chegava com os folhetins, né? E... traziam as esposas, iam, vinham... doentes. Tinha um hospital aqui, mas casos graves iam pro Rio de Janeiro (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

Dona Neuza, acadêmica do curso de história da UNIVAR e professora do ensino fundamental em Aragarças, também recorda que sua mãe recebia revistas das capitais por meio dos aviões da FAB. “[...] tinha as revistas Cruzeiro, mamãe gostava de ler, encomendava essas revistas e vinha pelos aviões da FAB (...)” (Entrevista realizada em Aragarças, 2012). Mas, quando questionada acerca do conteúdo das revistas, Dona Neuza relata: “Eu não posso te falar as informações porque na época que vinha, eu não vou mentir pra você, minha mãe guardava essas revistas. Ela lia, ela não tinha aquele hábito de ler pra nós, ela lia e guardava pra emprestar pro cumpade e pra cumade e pronto” (Entrevista realizada em Aragarças, 2012).

Ao repassar as revistas para as pessoas próximas, as informações ali contidas eram proliferadas, atingindo um número ainda maior de pessoas. Temos, aqui, mais uma demonstração de como as atividades da Fundação contribuíram para que as ideias e comportamentos, presentes nos grandes centros, chegassem até a região estudada por nós. Evidenciamos a questão das revistas porque, pelo que constatamos, a televisão, até por volta da década de 1970, atingia apenas uma parcela pequena dos moradores da região. De maneira que até aquele momento, os meios de comunicação se restringiam ao rádio e à imprensa escrita. Os rádios, pelo que observamos, eram um tanto comuns. Já, a revista, por exemplo, era um veículo

de comunicação de acesso mais limitado, assim como a televisão. Entretanto, entendemos que as revistas tiveram significativa importância para a região.

A professora Braulina Morbeck também contribui para essas constatações, destacando como a existência do Aeroporto, quando em funcionamento, influenciou a linguagem, as vestimentas, os penteados dos moradores da região:

Aragarças era o centro assim... cultural mesmo. Por quê? Porque tinha o Aeroporto. E a gente ia passear no Aeroporto, enfeitava toda, se preparava pra passear no aeroporto porque desciam aqueles aviões e dos aviões desciam aquelas pessoas diferentes. Então, essa questão da moda, a influência foi muito grande. A questão que hoje a gente fala ditado, eles chegavam sempre com uma linguagem diferente e aquilo a gente sentia bem de ir pra ouvir alguma coisa diferente pra você levar adiante. Eu mesma participei muito disso, de passear no aeroporto, de passear no Grande Hotel, fazer os penteados daquelas mulheres e aí que foi começando... as roupas encurtando... outra época a roupa lá em baixo. Cabelo curtinho, cabelo... (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

No livro “Fundação Brasil Central”, temos a seguinte imagem que demonstra a existência de trânsito aéreo frequente do Rio a Aragarças, conforme já identificado por meio das memórias relatadas acima:



16

Fonte: Acervo documental da Senhora Vanda de Oliveira Marques

¹⁶ Imagem retirada do livro “Fundação Brasil Central”, publicação nº 3. Desbravando o Planalto Central além da Serra do Roncador: Entrevista concedida ao jornal do Brasil pelo Ministro João Alberto Lins de Barros. p.32.

De fato, o que notamos é que a instalação da Fundação Brasil Central possibilitou aos moradores o contato com ideias distintas, as quais, por vezes, eram vistas como extravagantes, mas que, certamente, movimentaram a forma de pensar e de agir de muitas mulheres e homens, na época. Era a moda ditada por aqueles que chegavam dos grandes centros. Eram as informações que vinham pelas revistas ou, ainda, as ideias, comportamentos e valores daqueles que ali desembarcavam.

Em 1966, o Governo Federal criou a SUDAM¹⁷, que, juntamente com a SUDECO e com o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), instituído em 1975 pela SUDECO possibilitou mais recursos financeiros para a região do Médio Araguaia. Essas instituições e programas estimularam a criação de grandes empresas, na área da agricultura e pecuária e de latifúndios, no Estado de Mato Grosso.

É interessante destacar neste momento da nossa pesquisa o posicionamento de Alessandro Matos do Nascimento, na dissertação “Barra do Garças, das pedras aos grãos: uma história de migrações e ocupações (1960-1980)” acerca do Projeto Sudam e da instalação do 58º Batalhão de Infantaria Motorizado do Exército Brasileiro:

É importante destacar que para alguns pesquisadores o Projeto SUDAM, tinha por trás da propaganda oficial, outros motivos, que consideramos importante citar. Um destes motivos seria a mudança do foco migracional de “famílias pobres” das regiões Norte e Nordeste para os grandes centros no Sudeste, para o Centro-Oeste. Outro, de ordem política, lembrando que a partir da virada dos anos sessenta para os setenta, temos a ocupação capitalista na região. Ocupação esta que estava interessada em impedir que grupos de esquerda se instalassem nessa imensa região, a Amazônia Legal, para fomentar a revolução socialista. Percebemos isto a partir dos acontecimentos conhecidos pelo nome de “Guerrilha do Araguaia”, acontecidos na divisa pouco habitada entre Pará e Mato Grosso. Segundo alguns historiadores da região este “movimento revolucionário”, teria sido um dos motivadores para o grande aporte de investimentos acontecidos nos

¹⁷ A SUDAM foi instalada em 30 de novembro de 1966. O primeiro superintendente foi o General Mário de Barros Cavalcante. Já o primeiro superintendente da SUDAM civil, assumiu no início de abril de 1974. Hugo de Almeida era engenheiro civil e industrial. Teve a missão de implantar a Zona Franca de Manaus e foi quem introduziu o sistema de reunião mensal do CONDEL. A SUDAM atuou principalmente na atração de investimentos para a Amazônia, por meio do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e dos incentivos fiscais. Atuou ainda na coordenação e supervisão, outras vezes mesmo elaboração e execução de programas e planos de outros órgãos federais. Em 24 de agosto de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso, na medida provisória nº. 2.157-5, criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e extinguiu a SUDAM. Esta decisão foi tomada após várias críticas quanto à eficiência dessa autarquia, passando a ser a responsável pelo gerenciamento dos programas relativos à Amazônia Legal. Disponível em: http://www.sudam.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=2&Itemid=2 Acesso em: 10 abr. 2012.

projetos SUDAM no início da década de 1970 e ainda resultado na construção de várias bases militares na região. Esta teoria está fundamentada, por exemplo, na fundação em 13 de junho de 1973 do Quinquagésimo Oitavo Batalhão de Infantaria (58º BIMtz) em Aragarças (NASCIMENTO, 2010, p.66).

Assim, como o Projeto Sudam, a instalação em Aragarças do 58º Batalhão de Infantaria Motorizado do Exército Brasileiro, no início da década de 1973, dinamizou a vinda de novos moradores para a região. Tal instalação está relacionada ao governo militar, e atendia ao interesse de proteger a região de atividades “subversivas”. Conforme o site oficial do 58º BIMtz.:

A necessidade de fortalecer a presença militar na extensa região do Vale do Araguaia foi marcante para que o Comando do Exército decidisse instalar uma Organização Militar naquela Área. A Portaria Ministerial Reservada nº 19, de 13 de junho de 1973, determinou que o então 16º Batalhão de Caçadores, de Cuiabá-MT, hoje 44º Batalhão de Infantaria Motorizado, designasse uma subunidade para cumprir essa missão.

Em 27 de setembro de 1973, a 2ª Companhia de Fuzileiros, sob o comando do então 1º Tenente JOEL CAJAZEIRA, instalou-se em Aragarças-GO, ocupando dependências escolares cedidas pela Prefeitura Municipal.

Em 15 de janeiro de 1975, por meio do Decreto nº 75.219, foi criado o 58º Batalhão de Infantaria, subordinado a 2ª Brigada Mista.

Em 31 de março de 1975, o 58º BI iniciou a instalação em seu aquartelamento atual, ainda em construção.

A ocupação efetiva só ocorreu em 31 de dezembro de 1975, sendo o Major de Infantaria LAERTE FLORES PANIZZI seu primeiro Comandante.

Em 27 de julho de 1978, por intermédio do Decreto nº 82.044, o 58º BI teve sua denominação alterada para 58º Batalhão de Infantaria Motorizado, a qual perdura até os dias de hoje, tendo sua subordinação também alterada, com a criação da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada em Cuiabá-MT. Disponível no site <http://www.58bimtz.eb.mil.br/site58bimtz/?pag=pags/historico.php&type=img>. Acesso em: 03 mar. 2012.

Entre as décadas de 1960 e 1980, o então “Maior Município do país”¹⁸, recebeu levas de migrantes, atraídos, inicialmente, pelos projetos financiados pela SUDAM e, logo em seguida, pelas Colônias Agrícolas Dirigidas, oriundas da Região Sul do Brasil que, entre 1970 e 1980, trouxeram mais de três mil famílias de colonos sulistas para a região da Grande Barra. As colônias dirigidas foram “(...) projetos baseados na criação de Cooperativas de Colonização no interior do Rio Grande do Sul, que por meio de apoio governamental adquiriu terras financiadas na região” (NASCIMENTO, 2010, p. 68).

¹⁸ O Município Barra do Garças, à época, 1970, era considerado o maior do país e possuía cerca de 170.000 Km². Com sua fragmentação, o município, passou a contar com 8.761 Km² de área (RIBEIRO, 2001, p. 47).

Cabe ressaltar, neste momento, que, tanto os Projetos financiados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), quanto as colônias dirigidas, tinham por trás da propaganda oficial de “interiorização, investimento na região Centro-Oeste, e da “ocupação e desenvolvimento do Cerrado”, um objetivo nacionalista. Estes foram pensados pelo governo militar, com o intuito de “ocupar para não entregar”, e ainda proteger a região de grupos denominados pelo regime militar, como “terroristas comunistas”, como por exemplo, ficou conhecida a “Guerrilha do Araguaia”.

A primeira cooperativa originada das colônias dirigidas, na região da Grande Barra, foi a “Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda – Coopercol”, fundada em março de 1971. Contava com quatrocentos associados em seu quadro. Essa região foi escolhida pela Cooperativa porque estava contemplada para receber os investimentos públicos, capitaneados pelo Programa de Redistribuição de terras, e de Estímulo à Agricultura do Norte e Nordeste (PROTERRA).

Em 1975, foi criada a Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda. (Coopercana), o que representou um marco no desenvolvimento econômico da região. A referida Cooperativa foi responsável por grandes resultados agrícolas e, conseqüentemente, financeiros, no final da década de 1970. Obteve os maiores índices de produtividade de arroz de sequeiro do Brasil. Foi, ainda a maior arrecadadora de ICM do Estado de Mato Grosso, na época (NASCIMENTO, 2010, p. 77)

A década de 1970 ficou marcada como a “era de ouro” da região. Afluíram para ela, muitos recursos e investimentos, bem como chegaram pessoas de diferentes localidades, com culturas distintas e com muitas ideias inovadoras. Os habitantes das duas cidades aumentaram expressivamente. Ao mesmo tempo, expandiram-se o comércio, a mão de obra especializada e a oferta de serviços públicos e privados.

Lembremo-nos, que aquele cenário de crescimento econômico e pujança produtiva da região, teve como grande incentivador o governo militar. Tinha este, como uma de suas diretrizes, a ocupação daquela imensa região, promovendo a sua “proteção”, dirimindo conflitos de terra, na região sul do Brasil. E, abria, efetivamente, uma nova fronteira agrícola para o sistema capitalista de exploração da terra. No entanto, não podemos ser simplistas em acreditar que outros fatores

motivadores para a migração, no referido período tenham tido menos importância que a chamada política oficial de “ocupação e exploração da terra”, desenvolvida pelos militares, na época.

Isso pode ser percebido, por exemplo, pelo fato de que, se, no início da década de 1970, havia apenas uma agência bancária para atender as duas cidades – Banco do Brasil – no início da década seguinte, eram em torno de 12 agências, tais como o Banco do Estado de Mato Grosso – BEMAT –, Banco do Brasil – BB –, Banco da Amazônia – BASA –, Caixa Econômica Federal – CEF – e, em Aragarças, o Banco do Estado de Goiás – BEG. Além disso, surgiram as primeiras indústrias. O frigorífico SUDANISA e a fábrica de uísque Drury’s. Instalaram-se concessionárias de veículos leves e pesados como a Ford Vascovel, a Fiat, a Mercedes-Benz, a Massey Ferguson. Grandes lojas atacadistas surgiram. As Casas Pernambucanas, dentre várias outras empresas e comércios diversificados que também contribuíram para o desenvolvimento da região. Observamos isso na reportagem presente na revista *Gazita Magazine*:

Para a estabilidade da vida econômica e começo de seu complexo *industrial* [sic], está sendo terminado o frigorífico SUDANISA, com capacidade para o abate de 1.000 reses diárias, com possibilidade empregatícia de 500 operários; a fábrica de uísque Drury’s que implantará uma fabricação de álcool de cereais para o fabrico do produto em suas destilarias de São Paulo, esses empreendimentos oferecerão uma estrutura estável que possibilitará a revigoração da vida econômica. Ao lado dessas empresas, a silagem e industrialização do produto orizícola, através da Cerealista e Fundação Pérola D’Oeste, firma que vem investindo somas astronômicas no aproveitamento do sub-produto, beneficiamento e armazenamento do arroz na região (1978, p. 7).

Somado a isso, uma significativa quantidade de advogados, dentistas, médicos, farmacêuticos, engenheiros, professores, entre outros profissionais liberais, visualizaram a possibilidade de crescerem em suas profissões. A região se desenvolvia a passos largos. Precisava de mão de obra especializada para atender a demanda socioeconômica existente. Essas informações podem ser comprovadas:

Em se tratando de vida econômica, Barra do Garças na década de 1970 era considerada o “Eldorado” brasileiro, como já vimos algumas falas de nossos entrevistados, aqui “era a terra onde corria dinheiro”, o “Maior Município do Mundo¹⁹”, na época Barra era ainda o Centro Geodésico do Brasil, (dizemos

¹⁹ Os dados geográficos comprovam que nesse período Barra do Garças era o maior município do Brasil, contudo, segundo Nascimento, durante as entrevistas vários moradores mencionaram a região

na época por que geógrafos divergem desta informação na atualidade), o Portal da Amazônia Legal. Os Projetos Governamentais de incentivo ao desenvolvimento “despejavam” dinheiro na região, levam e levam pessoas chegavam proporcionando um enorme fluxo de construções, o território enorme fazia com que pessoas a 800 quilômetros de distância viessem a Barra organizar suas vidas, seja nos cartórios, nos bancos ou nos mercados. Havia efetivamente uma pujança evidente e havia também, mesmo que de forma tímida atividades relacionadas ao garimpo e a pecuária. Um dado interessante e que representa a idéia de centro em desenvolvimento é quantidade de aviões estacionados no Aeroporto de Aragarças, Joaquim Manzano lembra que, *“No aeroporto de Aragarças contávamos no chão entre setenta e oitenta aviões”* (NASCIMENTO, 2010, p. 95).

Ainda, no final da década de 1960, a região recebeu um projeto singular denominado Rondon²⁰. Esse projeto²¹ possibilitou a vinda de acadêmicos da UNB – Universidade de Brasília – para realizarem residência/estágio, nas cidades de Aragarças e Barra do Garças. O projeto contribuiu para o desenvolvimento da região e, especialmente, instigou o surgimento de Instituições de Ensino Superior para atenderem às demandas educacionais e profissionais dos moradores das cidades em estudo. Tal afirmação pode ser observada, no depoimento abaixo, feito pela professora Zélia Diniz:

Não posso precisar data, mas a UFMT... Veja, nesse período que acabou a Fundação em 67, ficou tudo fechado, fechou o Grande Hotel que estava deteriorando. Em 68 foi instalado aqui o projeto Rondon, 68, o Projeto Rondon e veio a UNB pra cá, pra Aragarças, aqui foi em 68, foi instalado o campus da UNB, aí já foi outro sistema de vida diferente porque a UNB trouxe os residentes para esse hospital. Medicina, enfermagem, psicologia, veio a turma de engenharia, de pedagogia, de tudo, psicologia. Aqui houve o processo de interiorização. O projeto Rondon interiorizava, mandava os residentes, aqui eles se estruturavam, praticavam e já saíam, já arrumavam emprego e ficavam por aqui mesmo. Muitos ficaram, tem muita gente que foi da UNB que está até em Cuiabá na secretaria da educação, em altas escalas do governo (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

como “maior município do mundo”, em razão disso o autor reproduziu em sua obra o termo citado pelos entrevistados.

²⁰ O Projeto Rondon foi criado em 1967 e durante as décadas de 1970 e 1980, permaneceu em franca atividade, tornando-se conhecido em todo Brasil. No final dos anos noventa, o Projeto deixou de receber prioridade no Governo Federal, sendo extinto em 1989. Em 2005, já com uma nova roupagem, o Projeto Rondon voltou a figurar na pauta dos programas governamentais, sendo atribuída a sua coordenação ao Ministério da Defesa. Disponível em <http://projektorondon.pagina-oficial.com/portal/index/pagina/id/9718/area/C/module/default>. Acesso em: 10 abr. 2012.

²¹ O Projeto Rondon, coordenado pelo Ministério da Defesa, é um projeto de integração social que envolve a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população. Disponível em <http://projektorondon.pagina-oficial.com/portal/index/pagina/id/343/area/C/module/default>. Acesso em: 10 abr. 2012.

Observamos, então, que é nesse cenário de desenvolvimento, na virada dos anos de 1960 para 1970, que surgem cidadãos residentes nessas cidades, com ideais que, já no início da década de 1980, farão surgir instituições de ensino superior, como a UFMT²² e, ao final da década, a UNIVAR. Tais ideais partem da premissa de que a sociedade local necessitava de instituições que proporcionassem aos moradores formação profissional em nível de graduação. Na revista Gazita Magazine, verificamos a preocupação do Sr. Valdon Varjão com relação à ausência de instituição de ensino superior, na cidade de Barra do Garças. Segundo ele, a cidade já possuía uma “[...] estrutura educacional altamente significativa” (1978, p. 14), contudo, ainda faltava: “[...] um esforço dos Governos municipal, estadual e comunidade para que sejam alcançados cursos de nível superior a fim de evitar-se o êxodo da juventude barragarcense à procura de complementação de estudos [...]” (1978, p.14).

No que se refere à instalação do Centro Pedagógico de Barra do Garças²³, esta se deu por iniciativa de um grupo de profissionais da área de ensino. A prof.^a Braulina Morbeck evidencia a importância do engajamento do prof. Albérico Rocha Lima. Ele era morador de Barra do Garças e se mudou para Goiânia para trabalhar na Universidade Federal de Goiás – UFG. Após ter sido admitido como Técnico da UNB passou a residir em Brasília. Retornou à região onde morava para atuar, na Administração do Projeto Rondon do Campus Avançado da UNB, em Aragarças. O início de seu funcionamento foi no Grande Hotel – hotel presidencial. Isso pode ser comprovado, considerando o depoimento que a professora Braulina Morbeck concede para esta pesquisa. O nascimento do Campus da UFMT, em Barra do Garças surgiu:

O Campus da Universidade aqui, eu acho que nasceu graças ao esforço do Albérico, eu acho que é mérito dele, do prof. Albérico; alguns não

²² Ao ser criado, por Resolução 013/81 do Conselho Diretor da UFMT, o Centro Pedagógico situava-se na cidade de Barra do Garças, que lhe deu o nome, e tinha o objetivo de preparar recursos humanos para a educação, para atender às necessidades da região do Médio Araguaia, dentro das áreas de Letras (Licenciatura Plena) e de Ciências (Licenciatura Curta), desdobrando-se este, posteriormente, em dois Cursos, o de Matemática e o de Biologia. Disponível em: <http://189.11.214.36/?pg=historico>. Acesso em: 10 abr. 2012.

²³ O Campus da UFMT na região do Médio Araguaia foi denominado inicialmente de Centro Pedagógico de Barra do Garças, posteriormente Centro de Ensino Superior do Médio Araguaia – Cesma –, Instituto de Ciências e Letras do Médio Araguaia – ICLMA –, Instituto Universitário do Araguaia – IUniAraguaia – e atualmente Campus Universitário do Araguaia – CUA.

reconhecem, mas se você for observar, a fundo, foi ele que chegou aqui, que ele morava em Brasília, estudioso e muito, não sei se é pesado falar, bairrista, porque ele sempre demonstrou esse carinho especial pela região onde vive e eu acredito que essa ideia foi dele, pelo menos, pelo que eu conheço a ideia foi dele, e como politicamente ele tinha representatividade e foi naquela época, que poderia se dizer, que era a época das vacas gordas, inclusive para o ensino, eu não sei falar o nome porque eu esqueci tudo isso... porque tem o projeto lá que tinha a ver com a UNB, com a expansão da UNB, então, eu acredito que por esses meios aí o Albérico criou essas negociações políticas para trazer a Universidade pra cá (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Identificamos, ainda, uma iniciativa política do deputado, na época, Gastão de Matos, no sentido de reivindicar uma ação do Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, para criar uma extensão da UFMT, em Barra do Garças. Em que pese o apelo político presente na reportagem, acreditamos, ainda assim, ser interessante destacarmos a cobrança da sociedade em se conquistar para a região uma instituição de ensino superior. A notícia presente na revista Gazita Magazine relata que Gastão de Matos “[...] endereçou ao Magnífico Reitor da Universidade de Mato Grosso, Dr. Gabriel Novis Neves, um pedido por intermédio da Câmara Federal, um expediente para que seja extensão da Universidade matogrossense em Barra do Garças [...]” (1978, p. 18).

Inicialmente, a UFMT não possuía uma estrutura física própria para receber seus acadêmicos. Em função disso, as atividades da Universidade eram realizadas em diferentes prédios, em localidades, que poderíamos até dizer, distantes umas das outras, para a época e para o porte de Barra do Garças. Quando indagada a respeito desses polos universitários, a professora Braulina Morbeck menciona:

Ah!! Esse era o grande problema porque não tinha local, não tinha estrutura física para o funcionamento da Universidade. Aí ficou assim: funcionou numa escola do Estado no BNH, funcionou no mercado municipal na Vila Santo Antônio. Eu sei que quando ela estava funcionando no mercado de lá é que ela passou para o Pontal do Araguaia. Ah! Funcionou na Escola São João Batista. Quando funcionou no BNH, as aulas, as salas de aula eram numa Escola Estadual e toda a estrutura administrativa funcionava num outro prédio assim... distante de lá, tanto que quando a gente tinha que resolver alguma questão de secretaria, a gente tinha que sair de lá e ir (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Em se tratando da estrutura física da UFMT, a professora Zélia Diniz ratifica o comentário da professora Braulina Morbeck, quando diz que “Botou uma sala de aula lá no BNH na escola Dourado, Francisco Dourado, botou a biblioteca e

administração no mercado. Desalojou o mercado municipal da Vila Santo Antônio, botou uma sala de aula na Escola São João Batista” (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

No que tange à composição do quadro docente da Universidade, a professora Braulina Morbeck contribui dizendo:

E aí vinha a questão: e os professores? Professores de Cuiabá para vir para cá, não iam conseguir. Aí eles formaram um grupo. José Nogueira, a professora Celeste, professor Eliel, não sei se já a professora Rosa Tomico, professora Selma. Eu sei que eles fizeram um grupo e foram para Cuiabá e lá eles passaram, uma palavra antiga, mas eu não sei outra, por uma reciclagem, sei lá se a gente ainda pode dizer isso. Sei que eles ficaram fazendo um estudo com os professores de lá, fizeram curso mesmo, assim, fazendo prova e tudo e vieram e assumiram e com muita capacidade (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Na concepção da professora Braulina Morbeck, as mulheres não eram excluídas do cargo de docência, na UFMT, tanto que, conforme apresentamos na citação anterior, o primeiro grupo que compôs o quadro de professores da Universidade, naquele momento sediada em Barra do Garças, era formado tanto por mulheres quanto por homens. Essa concepção de igualdade pode ter ocorrido em função da mentalidade do grupo que geria as atividades da Universidade, conforme ela menciona: “Eu acho que na época que eu entrei já não percebi esse tipo de questão até porque as decisões eram tomadas pelo grupo e esse grupo era constituído assim por Albérico, José Nogueira, Celeste, Rosa Tomico, Eliel. Acho que esse pessoal já tinha outra mentalidade” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Verificamos, na fala da professora Zélia Diniz, que a primeira instituição particular de ensino superior da região, atualmente denominada UNIVAR, surgiu de um sonho do senhor Valdon Varjão em ter na cidade uma faculdade de direito. Com relação a essa instituição, a professora Zélia Diniz contribui mencionando:

E a UNIVAR nasceu de um sonho do Valdon Varjão. O Valdon Varjão sonhou com uma faculdade de Direito. Chegou a comprar um terreno em que hoje é a Vila Varjão, botou placas lá: futura faculdade de Direito e tal, tal. E chamou um parente dele que tinha as lides com faculdades, colocou no sistema para correr atrás da autorização em Brasília. E o parente colocou o pessoal da UNIVAR, o Soler, amigo do Soler esse parente do Varjão lá de São Paulo, lá de Marília, colocou o Soler no negócio. E foi... a coisa cresceu. O Soler já tinha a faculdade em Jales e a coisa cresceu em

redor do Soler e da estrutura que ele já tinha pronta. E nesse meio tempo, fecharam-se as autorizações para o curso de direito. Porque o que o Valdon Varjão queria era o curso de direito. Então foi mais fácil entrar com administração. Aí o Valdon Varjão saiu fora do processo. Aí criou-se o curso de Administração... que não tinha prédio e o projeto do Valdon Varjão era construir ali. Então, a UNIVAR alugou as salas do Madre Marta para ter aula à noite. E alugou uma casa na esquina atravessando a rua para instalar a biblioteca (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

Conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História da UNIVAR, a referida Faculdade surgiu em um momento de importante expansão econômica da região. Teve como primeiro curso, o de Administração, que foi autorizado, em 1989. Após esse período, outras graduações, também, foram criadas:

No decorrer das décadas de 70 e 80, sob os incentivos de investimentos agropecuários, Barra do Garças viveu intensa fase de expansão econômica, tornando-se pólo regional, nas mais diferenciadas áreas, em especial na educacional.

Nesse contexto mais recente é que se justifica a criação do primeiro Curso da instituição, Administração, nos termos do Decreto nº 97.938/89, autorizado para funcionamento nas Faculdades Integradas de Barra do Garças, mantida pela Instituição Barragarcense de Ensino.

Em 1990, foi credenciada a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativa de Barra do Garças para oferecer o Curso de Ciências Contábeis, autorizado pelo Decreto nº 98.867, de 23 de janeiro de 1990 (D.O.U. de 2 de janeiro de 1990).

Ainda em 1990, nos termos do Decreto nº 99.031 de 05 de março de 1990 (D.O.U. de 06 de março de 1990), foi autorizado o Curso de Administração para o funcionamento na Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativa de Barra do Garças.

Em 1991 é autorizado, nas Faculdades Integradas de Barra do Garças o funcionamento do Curso de Pedagogia, habilitações em Administração Escolar e Supervisão Escolar, ambas para o exercício nas escolas de 1º e 2º graus, Orientação Educacional e em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau (nomenclaturas vigentes na ocasião).

Pela Portaria Ministerial nº 1486, de 13/10/92 (D.O.U. de 14 de outubro de 1992), foi aprovada a transferência das Faculdades Integradas de Barra do Garças, da Instituição Barragarcense de Ensino para a Associação Barragarcense de Educação e Cultura.

O Regimento Unificado e a nova denominação, para FACULDADES UNIDAS DO VALE DO ARAGUAIA, foram aprovados pela Portaria nº 734, de 04 de maio de 1993 (D.O.U. de 05/05/93).

Destacamos, neste ponto, que a preocupação em evidenciar o surgimento da UFMT e da UNIVAR se dá, por acreditarmos que essas instituições contribuíram significativamente, com a construção dos valores das mulheres da época. E, por que também não dizemos, das mulheres de hoje? Entendemos que essas instituições foram capazes de atingir não somente aqueles que estavam diretamente envolvidos com elas, mas todo o grupo social de seus discentes e servidores. A professora

Braulina Morbeck, ao ser questionada, acerca da influência da UFMT, sobre os moradores da região, contribui relatando:

Eu concordo porque só o fato de os filhos terem acesso à Universidade porque, por mais que falem “Ah! A Universidade se esconde, ela se tranca numa redoma de marfim!”, mas ela educa, ela instrui porque ela é aberta. Então, mesmo quem não frequenta a Universidade a conhece, mesmo quem não frequenta recebe muitos efeitos daquilo que ela produz porque é o fato dela ser “Univer...sidade”. Então... é tanto que a gente vê, se comparar uma cidade em que há uma Universidade e uma outra em que não há Universidade, a gente percebe, sem precisar fazer um estudo, quer dizer, é gritante, é gritante. Eu que vivi aqui desde 1942, quando eu cheguei aqui, embora naquela época eu fosse bebê, mas as influências eu recebi daqui. Então, eu noto o quanto de diferença, mas o quanto de diferença. Naquela época, que nós chegamos aqui, em 42, as brigas que havia nas grupiara que falam garimpo, era tiro, tiro. Muitas famílias tinham aqueles barreiros onde, na hora dos tiros, o povo pulava para não receber uma bala perdida. Aí pra gente ver uma mentalidade dessa para a época de hoje, então, muita coisa mudou (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

A Professora Zélia Diniz, por sua vez, ao ser, abordada a respeito dos fatores que contribuíram para que as mulheres adquirissem mais autonomia sobre si mesmas, não aceitando, por exemplo, questões como a violência doméstica, ela responde com firmeza: “Quando as mulheres começaram a ter mais cultura, estudos melhores, empregos, foram ficando independentes através da cultura, através do estudo e chegando ao emprego.” Lembremos que as mulheres da região sempre trabalharam. Contudo, a possibilidade de formação acadêmica, ou, até mesmo de segundo grau, propiciou que elas pudessem lutar por melhores cargos nas empresas e nas instituições da região. Educação e trabalho bem remunerado representam, assim, na visão da entrevistada, dois pilares, na conquista das mulheres da região, por mais independência.

Em meados da década de 1980, muitas cidades se emanciparam de Barra do Garças, fazendo com que ela entrasse em estagnação econômica. Só a partir da segunda metade da década de 1990, a cidade volta a crescer, agora, capitaneada por investimentos em agronegócio, educação e turismo.

Pontal do Araguaia, por sua vez, pertencia à cidade de Torixoréu, até meados da década de 1990, quando conseguiu sua emancipação. A partir dos anos de 1980, recebeu o campus avançado da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), o que foi determinante para o desenvolvimento do seu espaço urbano e de sua economia. Ressaltamos, enfim, que o Campus instalado no Pontal do Araguaia

atendia e atende os moradores de toda a Microrregião do Médio Araguaia, tendo, assim, fundamental importância no desenvolvimento dessas localidades.

1.1. MOVIMENTO FEMINISTA E SUAS VOZES NO MÉDIO ARAGUAIA

As mulheres tornam-se mulheres em contextos sociais e culturais específicos. A análise do feminismo, portanto, não pode ser dissociada do contexto de sua enunciação, que lhe dá o significado (SARTI, 2004, p. 44).

Ao tempo em que Aragarças e Barra do Garças estavam recebendo levas de migrantes, e lutando para estruturar redes de ensino, hospitais, vias de transporte, residências, com mais qualidade, nos Estados Unidos da América e na Europa, mais precisamente na Inglaterra, notamos a organização do conhecido movimento feminista. Este “[...] entrou no cenário da política pública (...) por volta da segunda metade do século XIX, através das petições que reivindicavam o sufrágio feminino e das campanhas pela igualdade legislativa” (ZOLIN, 2005, p. 184). O movimento feminista no hemisfério norte²⁴, por volta das décadas de 1950 a 1980, se apresentava como força política questionando as estruturas sociais e políticas e reivindicando por legislações que minimizassem a opressão sofrida pelas mulheres o que as possibilitaria assumir papéis sociais com maior autonomia e independência.

O índice de adesão das mulheres aos movimentos feministas foi intenso, tanto em países europeus, como o Reino Unido²⁵, Itália, Alemanha, França, quanto em países de outros continentes, como os Estados Unidos. Consequentemente, isso possibilitou às mulheres das referidas localidades, inúmeras conquistas, no âmbito legal.

²⁴ Nos Estados Unidos, o feminismo ressurgiu nos anos 60, estimulado em parte pelo movimento dos Direitos Civis e pelas políticas do governo destinadas a estabelecer o potencial feminino, para ir ao encontro da expansão econômica através da sociedade, incluindo as profissões e a academia. Moldou seu apelo e sua autojustificativa nos termos da retórica prevalecendo de igualdade. No processo, o feminismo assumiu e criou uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e suas vidas (SCOTT, 1992, p. 67 e 68).

²⁵ No Reino Unido, por exemplo, a Lei do Salário Igual de 1970 foi seguida pela Lei sobre a Discriminação Sexual (1975) e pela subsequente criação da Comissão para a Igualdade de Oportunidades. Além disso, a Lei de Protecção no Emprego (1975) estabeleceu a licença de maternidade obrigatória e remunerada e protecção em relação aos despedimentos sem justa causa durante a gravidez, a Lei dos Processos Matrimoniais e Violência Doméstica (1976) reforçou os direitos das mulheres contra a violência conjugal, e a Lei dos Crimes Sexuais (Emenda), também de 1976, melhorou as garantias de privacidade, durante o julgamento (ERGAS, 1991, p. 584).

Na América do Norte, o Congresso dos Estados Unidos, durante a década de setenta “[...] aprovou 71 textos legislativos, ou seja, 40% de toda a legislação sobre os direitos da mulher, promulgada durante este século” (ERGAS, 1991, p. 584). Ergas menciona, ainda, que “Processos semelhantes de inovação legislativa tendentes a expandir os direitos da mulher podem ser encontrados em numerosos outros países” (1991, p. 584).

Tendo como fundamento essas informações, é possível depreendermos o quão intensas foram as conquistas jurídicas, ao longo do período de 1950 a 1980, em países da Europa e nos Estados Unidos. Entretanto, como já poderíamos deduzir, o movimento feminista não ocorreu com a mesma intensidade, nem da mesma forma, em todos os países. No Brasil, o panorama era bem diferente, tendo em vista as condições políticas de repressão por que passava o país, entre o período de 1964 a 1984. Conforme Ana Alice Alcântara Costa, “No Brasil (...) as primeiras manifestações apareceram já na primeira metade do século XIX, em especial através da imprensa feminina, principal veículo de divulgação das ideias feministas naquele momento” (2005, p. 11).

Até por volta da década de 1970²⁶, o que podemos vislumbrar no Brasil são movimentos de mulheres, compostos por mulheres de diferentes classes sociais, que não vislumbravam alterações, nas relações de papéis sociais. Não lutavam contra a opressão feminina. Não apresentavam cunho político em suas reivindicações. Sendo, assim, era um movimento que trazia propósitos distintos daqueles denominados feministas e, que estavam ocorrendo, na Europa e nos Estados Unidos.

Celi Regina Jardim Pinto, na obra “Uma história do feminismo no Brasil”, elucida claramente acerca desse movimento das mulheres, dizendo que:

[...] é um fenômeno anterior à década de 1970 e que continuou a existir paralelamente a todo o desenvolvimento do feminismo. Se não se pode tratar os movimentos de mulheres como algo totalmente dissociado do

²⁶Há uma narrativa de ‘origem’ do ressurgimento do feminismo no Brasil, na década de 1970, que prevalece até os dias atuais. Essa narrativa foi resultado de disputas de poder entre diversos grupos feministas, e entre estes e os diversos personagens envolvidos na luta contra a ditadura militar, instalada no país entre 1964 e 1985. Essa luta envolvia, para uns, as dicotomias entre “lutas gerais e lutas específicas”, de um lado, e entre “verdadeiramente feministas e não-feministas”, de outro. A forma como foram definidas essas datas reflete interpretações oriundas de diferentes lugares. Fala de poderes e conflitos (PEDRO, 2006, p. 250).

movimento feminista, deve-se reter de qualquer forma sua especificidade: foram movimentos organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir o mundo público. São exemplos dessas organizações os movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia, entre muitos outros (PINTO, 2003, p. 43)

Vera Soares assevera que parcela dos movimentos de mulheres organizados no Brasil “[...] nasceu dos grupos de vizinhanças nas periferias dos grandes centros urbanos” (SOARES, 1994, p. 16). E complementa que essas mulheres, por meio do status de mães e esposas, realizaram os primeiros protestos contra a ditadura militar no Brasil, solicitando melhorias para a sociedade. Solicitaram “[...] escolas adequadas, centros de saúde, água corrente, transportes, eletrificação, moradia, legalização de terrenos e outras necessidades de infraestrutura urbana, exigiram condições adequadas para cuidar de sua família, educar suas crianças” (SOARES, 1994, p. 16).

Percebe-se, dessa forma, que as reivindicações por mais isonomia entre homens e mulheres, no Brasil, antecedem a década de 1970. Nomes como Deolinda Daltro, Bertha Maria Júlia Lutz, Maria Lacerda de Moura, Romy Medeiros, entre muitas outras, são encontrados com frequência nas obras que abordam a luta das mulheres por mais igualdade entre os gêneros.

Em “Luta e resistência de mulheres em Goiás (1930 – 1993)”, as pesquisadoras Rocha, Bicalho e Faria mencionam que “O direito à educação foi no Brasil a primeira bandeira feminista” (1999, p. 17). Tal bandeira teve como precursora Nisia Floresta Brasileira Augusta quem “[...] defendia educação para as mulheres, liberdade de religião e abolição da escravatura” (ROCHA; BICALHO; FARIA, 1999, p. 17).

Costa, por sua vez, pontua que duas organizações brasileiras merecem evidência. A primeira refere-se “[...] a criação do Partido Republicano Feminista, pela baiana Deolinda Daltro, com o objetivo de mobilizar as mulheres na luta pelo sufrágio (...)”. E, a segunda organização é “[...] a Associação Feminista, de cunho anarquista, com forte influência nas greves operárias de 1918 em São Paulo” (2005, p. 12).

Outras lutas foram empreendidas pelas brasileiras, antes mesmo do estabelecimento de um movimento feminista. No Brasil, tal qual podemos vislumbrar, isso ocorre após os anos de 1970. Nessa perspectiva, Rocha, Bicalho e Faria recordam que “No início do século XX vamos ter, no Brasil, a luta pelo direito do voto, a participação feminina no processo de industrialização brasileira, onde essas trabalhadoras vão se integrar nas grandes greves (...) e despertar para sua discriminação” (1999, p. 17). As ações por igualdade entre homens e mulheres continuam em pauta, ao longo do século XX, conforme podemos verificar nos argumentos que se seguem:

Nesse período surge o jornal *Anima Vita* editado por Ernestina Lésima, dedicado às reivindicações das trabalhadoras, em 1910, em São Paulo. Bertha Lutz, em 1920, cria a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, juntamente com a mineira Maria Lacerda de Moura. Em 1922, Bertha Lutz funda a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, filiada à Aliança Internacional pelo Voto Feminino (Singer [19--]). Em 24 de fevereiro de 1932, o novo Código decretado por Getúlio Vargas dava o direito de voto às mulheres, sendo esse direito ratificado na Constituição de 1934. Nesse momento o feminismo tem um caráter eminentemente político. De 1934 a 1963, as mulheres vão se fazer presentes na luta contra a carestia, em defesa da democracia, pela anistia e pela paz. Em 20 de maio de 1956 realiza-se a Conferência Nacional de trabalhadoras e, em 1963, o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora em São Paulo. Foram aí aprovadas resoluções como: reivindicações de creches, direito de sindicalização e contra discriminações no trabalho. Em 1960, o feminismo é impulsionado com o livro da americana Betty Friedan, *Mística Feminina* (ROCHA; BICALHO; FARIA, 1999, p. 18).

Interessante que, ao longo das entrevistas realizadas, buscamos, reiteradas vezes, verificar qualquer conhecimento das mulheres da região acerca dos movimentos que ocorriam no Brasil, ou em nível internacional, ou mesmo se já tinham informações a respeito do feminismo. Nesses momentos, tentamos acessar alguma relação de desigualdade de gênero, na região do Médio Araguaia, durante as décadas 1950 a 1970. Fizemos perguntas mais diretas, e obtivemos, em algumas das entrevistas respostas que negavam a existência de preconceito em relação às mulheres, exceto quando se tratava de violência doméstica. Acreditamos que isso ocorreu porque, conforme menciona Tânia Navarro, “[...] A divisão binária da sociedade segundo o sexo torna-se ‘a evidência’ e a imposição, a construção desta divisão biológica, enquanto valor distintivo, não é questionada, já que é ‘natural’” (p.50, 2002).

Em questionamentos um pouco mais sutis, pudemos, entretanto, constatar que, em dados momentos, havia a percepção e o questionamento de certos valores estabelecidos pela sociedade. Observamos isso no comentário de uma das entrevistadas, quando ela foi inquirida sobre a percepção da sociedade acerca das mulheres e dos homens solteiros que tinham filhos: “O preconceito era só pra mulher” (Entrevista realizada em Aragarças, 2011). “Não, pra homem tava normal. Até havia um dizer popular que dizia: homem tirou a calça, sacudiu, veste de novo é igual. Tirou a calça, sacudiu, veste de novo e é tudo igual” (Entrevista realizada em Aragarças, 2011). Entendemos que essa “naturalização” do preconceito estava arraigada ao imaginário feminino, descaracterizando a importância das mulheres se movimentarem em prol de mudanças nas relações sociais.

Em âmbito nacional, mesmo diante de toda a luta empreendida pelas mulheres, antes da década de 1970, Margareth Rago em “Os feminismos no Brasil: dos ‘anos de chumbo’ à era global” assinala:

Quarenta anos depois da conquista do direito feminino de voto no Brasil, em 1932, mas também da vitória dos padrões normativos da ideologia da domesticidade, entre os anos trinta e sessenta, assistimos à emergência de um expressivo movimento feminista, questionador não só da opressão machista, mas dos códigos da sexualidade feminina e dos modelos de comportamento impostos pela sociedade de consumo. No contexto de um processo de modernização acelerado, promovido pela ditadura militar e conhecido como ‘milagre econômico’, em que se desestabilizavam os vínculos tradicionais estabelecidos entre indivíduos e grupos e a estrutura *da familiar* [sic] nuclear, as mulheres entraram maciçamente no mercado de trabalho e voltaram a proclamar o direito à cidadania, denunciando as múltiplas formas da dominação patriarcal (RAGO, 2003, p.1).

O movimento feminista, no Brasil, nasceu em um momento de intensa instabilidade política, promovida pelo então Regime Militar. Com o Governo Médici, a partir de 1969, iniciam-se os chamados “anos de chumbo”, principalmente por conta das restrições, presentes no Ato Institucional nº 5. Segundo COSTA, esse é o momento em que nasce a segunda onda do feminismo, na América Latina. “Surge sob o impacto do movimento feminista internacional e como consequência do processo de modernização que implicou uma maior incorporação das mulheres no mercado de trabalho e a ampliação do sistema educacional” (2005, p. 13).

No que se refere à análise do movimento feminista, a partir das ondas, Joana Pedro menciona que, do final do século XIX, até o início do XX, temos a Primeira

Onda, durante a qual “[...] as mulheres reivindicavam direitos políticos, sociais e econômicos; na Segunda Onda (a partir da metade dos anos 1960), elas passaram a exigir direito ao corpo, ao prazer, e lutavam contra o patriarcado” (PEDRO, 2010, p.2 e 3).

Contudo, Joana Pedro realiza a seguinte ressalva quanto à concepção de ondas, nos estudos sobre o feminismo:

Convém sublinhar que pensar o feminismo a partir de diferentes ondas reforça a ideia da existência de centros irradiadores e suas margens; é como se uma pedra tivesse sido atirada na água, formando várias ondas. Estas vão se abrindo e apontando para a circulação de discursos e teorias que partem de um centro produtor, em geral os países considerados desenvolvidos do hemisfério norte, e se dirigem para o hemisfério sul, localização principal dos países considerados subdesenvolvidos. Contudo, o que temos encontrado na historiografia de vários países do Cone Sul é, em primeiro lugar, a confirmação da existência de “ondas”, em que certas categorias emergem – muitas vezes com “atraso” em relação aos “centros emissores” – no campo historiográfico; em segundo lugar, que as novas categorias que surgem não fazem, no entanto, desaparecer as anteriores. Convivem lado a lado, em pleno século XXI (PEDRO, 2010, p.3).

O AI nº 5 instituiu maior medo a um país, que já estava assistindo a injustificadas cassações de mandatos políticos, suspensão de direitos políticos, invasão de instituições de ensino, expulsão de servidores do serviço público, sem nenhuma motivação plausível, torturas, prisões, exílios, dentre outras atrocidades injustificadas. Acrescenta-se a isso a criação, em 1964, do Serviço Nacional de Informação, idealizada pelo General Golberi do Couto e Silva, o qual passou a realizar uma verdadeira “caça às bruxas”.

Nesse cenário, qualquer movimentação que aparentasse ser de cunho político, seria entendida como grave ameaça ao Governo. Mesmo assim, a partir da década de 1970, surgem “[...] nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro os primeiros grupo feministas inspirados no feminismo nascente no hemisfério norte; eram grupos de reflexão, informais, que reuniam mulheres que se conheciam anteriormente e tinham um caráter bastante privado” (PINTO, 2003, p. 49). Esses grupos, em sua maioria, eram criados por mulheres que haviam obtido contato com os ideais feministas, fora do Brasil. Eram compostos, por exemplo, por militantes de esquerda e intelectuais. No que tange a essa questão, Vera Soares pondera:

Os primeiros grupos feministas criados na década de 70 nasceram com o compromisso de lutar tanto pela igualdade das mulheres como pela anistia e a abertura democrática. Eram grupos de reflexão e pressão, cujas feministas tomaram como tarefa “traduzir sua motivação original em proposições que sejam relevantes para a grande massa de mulheres desprivilegiadas, de modo a mobilizá-las contra a opressão de sexo e de classe”. Muitas mulheres passaram a dirigir sua atuação, através dos grupos recém-nascidos, para lutas em bairros e comunidades das periferias urbanas, das comunidades da Igreja Católica, clube de mães, associações de vizinhança, onde donas-de-casa e mães se reuniam, organizavam-se e mobilizavam-se por questões do cotidiano (1994, p. 14).

Cynthia Andersen Sarti esclarece que diferentes fatores motivaram o surgimento de grupos feministas, no Brasil, na década de 1970. Segundo a autora, um dos motivos refere-se ao fato de a ONU, em 1975, declarar “[...] o Ano Internacional da Mulher, pelo impacto que já se fazia sentir do feminismo europeu e norte-americano, favorecendo a discussão da condição feminina no cenário internacional” (SARTI, 2004, p. 36 e 37). A essa questão acrescentam-se as:

[...] mudanças efetivas na situação da mulher no Brasil a partir dos anos 1960, propiciadas pela modernização por que vinha passando o país (...), pondo em questão a tradicional hierarquia de gênero. Ao mesmo tempo, esse processo desenrolou-se no amargo contexto das ditaduras latino-americanas, que colocavam vozes discordantes. O feminismo militante no Brasil, que começou a aparecer nas ruas, dando visibilidade à questão da mulher, surge, naquele momento, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota das que acreditaram na luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente essa derrota (SARTI, 2004, p. 37).

As mulheres brasileiras de esquerda que se aventuraram na luta feminista enfrentaram um duplo desconforto, pois, ao mesmo tempo em que estavam limitadas pelo governo repressor instituído pelos militares também enfrentavam o conflito dentro dos Diretórios. Muitas das mulheres exiladas do Brasil entraram em contato com os ideais feministas, nos países em que estavam, e, nesse momento, elas já passaram a ser vistas de forma negativa pelos homens. O incômodo dentro dos Diretórios que funcionavam fora do Brasil, envolvia dois aspectos primordiais: primeiro que, para os homens, a participação das mulheres, nos grupos feministas, representava uma ameaça à unidade do movimento de esquerda. E, segundo, sendo o que parece mais óbvio, que as ideias pregadas nos grupos feministas representavam um perigo à supremacia masculina dentro do Diretório e, como não poderia deixar de ser, na relação marido e mulher. O argumento da esquerda relacionava-se à acusação de que os movimentos feministas não apresentavam

cunho político e, portanto, não contribuíam com o fim da repressão do governo militar no Brasil (PINTO, 2003, p. 52 e 53).

No Brasil, o cenário não era nada diferente. As mulheres também se sentiam discriminadas pelos companheiros dos Diretórios pelo fato de estarem participando de movimentos com ideias feministas. E, além disso, também, precisavam ser cuidadosas com relação aos militares. Tanto que, mesmo em 1975, período em que o general Geisel – Presidente da República na época – vinha minimizando a repressão política exercida pelo regime, as feministas, ao promoverem o ato público “Pesquisas sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira”, com o intuito de comemorar o Ano Internacional da Mulher, patrocinado pelo Centro de Informação da ONU, realizaram-no com cautela. Inseriram homens na programação e, tiveram o cuidado de criar um título para o referido evento, que não remetesse ao conceito de feminismo. É que este poderia gerar conflitos com o grupo da esquerda e também com os militares (PINTO, 2003, p. 56 e 57).

Esse evento discutiu sobre como “[...] formalizar um centro que se preocupasse com a questão da mulher. Esta formalização é particularmente interessante porque aponta para uma virada radical na trajetória do movimento, que não só se tornava público como buscava a institucionalização” (PINTO, 2003, p. 57).

O Centro a que se refere Céli Pinto foi uma das muitas associações surgidas no Brasil com o intuito de defender os direitos das mulheres, conforme menciona Margareth Rago (2003, p.2):

Na segunda metade da década de setenta e início de oitenta, nasceram inúmeros grupos feministas, mais ou menos próximos do campo marxista e dos grupos políticos de esquerda, ao mesmo tempo que abertos para os novos horizontes teóricos e políticos que se abriam no país, sobretudo com os “novos” movimentos sociais. Assim como outros grupos denominados de “minorias”, as feministas buscavam criar uma linguagem própria, capaz de orientar seus rumos na construção da identidade das mulheres como novos atores políticos.

Desta experiência, surgiram inúmeras associações feministas no país, como o **Centro Brasileiro da Mulher**, no Rio de Janeiro, a **Associação de Mulheres**, de São Paulo, futuramente denominada “**Sexualidade e Política**”, o **Coletivo Feminista** do Rio de Janeiro, o **Coletivo Feminista** de Campinas, **SOS Violência** de São Paulo, o **SOS Campinas**, o **SOS Corpo**, no Recife, o **Maria Mulher**, em João Pessoa, o **Brasília Mulher**, o **Brasil Mulher**, o **Grupo “Sexo Finalmente Explícito”**, o **Centro de Informação da Mulher – CIM**, de São Paulo, entre outros.

Em São Paulo, mulheres, em sua maioria, acadêmicas, pesquisadoras, membros das instituições de ensino superior, tentavam se organizar e tornar públicas as discussões acerca das questões femininas. Com esse intuito, elas realizavam seus encontros, durante a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC (PINTO, 2003, p. 62). Céli Pinto (2003, p. 62), argumenta que “[...] o que é importante reter aqui é que a reunião das mulheres nesse evento inaugura um tipo de atuação feminista que foi fundamental nas décadas que se seguiram: a pesquisa científica sobre a condição da mulher no Brasil”.

Outro traço relevante, na análise do movimento feminista, no Brasil, refere-se à relação da Igreja Católica com ele. Conforme Soares, a Igreja Católica se apresentou como um dos poucos ambientes “[...] que permitiram uma articulação da resistência não armada ao governo militar. A Igreja progressista promoveu um guarda-chuva organizacional para a oposição ao regime e cobriu as atividades de oposição com um véu de legitimidade moral” (1994, p. 16). Complementando o posicionamento de Soares, Sarti assevera:

As organizações femininas de bairro ganham força como parte do trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação. Isso colocou os grupos feministas em permanente enfrentamento com a Igreja na busca de hegemonia dentro dos grupos populares. O tom predominante, entretanto, foi o de uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário (2004, p. 39).

No Centro-Oeste do Brasil, por sua vez, podemos notar o surgimento de grupos feministas, durante a década de 1980, conforme verificamos na afirmação de Rocha, Bicalho e Faria: “Em 1981 foram criados: o Grupo Feminista de Estudos, o Grupo Eva de novo, o Centro de Valorização da Mulher (CEVAM) e o Grupo Identidade Mulher (...)” (1999, p. 21). Segundo as estudiosas esses grupos apresentavam as mesmas intenções, que eram “[...] elaborar espaços sociais para denúncias da situação de opressão da mulher, no lar, na educação, enfim, na sociedade como um todo” (ROCHA, BICALHO e FARIA ,1999, p. 21).

Durante os anos que se seguiram à década de 1980, outros grupos feministas foram criados no Estado de Goiás, dentro os quais evidenciamos o Núcleo Feminino da Metago, o Centro Popular da Mulher e o Grupo Transas do Corpo. O Núcleo

Feminino da Metago (NUFEM) surgiu em 1982 e pretendia “[...] responder ao processo de discriminação no trabalho sofrido por mulheres [...]” Rocha, Bicalho e Faria, (1999, p. 25) na Empresa de Mineração do Estado de Goiás (METAGO). Em 1985, surge o Centro Popular da Mulher, o qual:

[...] se constrói como uma entidade organizativa de mulheres, priorizando a trabalhadora, tanto urbana como rural; num segundo momento, a entidade vai trabalhar com mulheres já organizadas em sindicatos, associações e organizações estudantis, com o propósito de elevar o nível de consciência das mulheres sobre a opressão de gênero e a necessidade de sua atuação enquanto sujeito, nas diversas instâncias sociais (ROCHA, BICALHO e FARIA, 1999, p. 26).

Segundo Rocha, Bicalho e Faria, as ações do Centro Popular da Mulher foram relevantes para a criação de instituições do governo, no município de Goiânia, tais como: “[...] Conselho Municipal da Mulher (1985), Delegacia de Polícia de Defesa e Proteção da Mulher (1985), Secretaria Estadual da Condição Feminina (1987), assessoria Especial da Mulher na Prefeitura de Goiânia (1994)” (1999, p.28).

O Grupo Transas do Corpo, por sua vez, surgiu em 1987 e trabalha “[...] com questões ligadas à saúde da mulher e à educação sexual” (ROCHA, BICALHO e FARIA, 1999, p. 29). As mesmas autoras citam, na obra “Luta e resistência de mulheres em Goiás (1930 – 1993)”, algumas entrevistas pertinentes aos temas em discussão. Dentre as que foram apresentadas, pinçamos a de Eliane Gonçalves, que menciona as contribuições do Grupo Transas do Corpo. Na concepção da entrevistada, as principais atividades desse grupo “[...] se encontram na esfera das políticas de educação sexual nas escolas, serviços de saúde e articulação das redes específicas do movimento” (ROCHA, BICALHO e FARIA, 1999, p. 30). Ela ainda destaca a ação do grupo Transas do Corpo, na profissionalização das mulheres, e para o surgimento de novas feministas (ROCHA, BICALHO e FARIA, 1999, p. 30).

Observamos, em Aragarças e em Barra do Garças, grupos de mulheres, a partir de meados da década de 1980, no entanto, esses grupos não trazem em seus objetivos o intuito de questionar a opressão feminina, ou as relações patriarcais, o que, a nosso ver, não descaracteriza sua importância, haja vista que elas direcionavam e continuam direcionando esforços no sentido de contribuir com a sociedade local.

Dos grupos identificados, temos o Clube Libel e o Círculo de Leitura, que se organizaram – e como permanecem na ativa, podemos dizer que continuam se organizando – no sentido de cooperar com os municípios de Barra do Garças e Aragarças, por meio de atividades filantrópicas. São mulheres que se movimentam com o objetivo de conquistar melhorias para a vida de pessoas marginalizadas pela sociedade. São os casos dos alunos da APAE, dos senhores e senhoras alojados no Lar de idosos, e de indivíduos hipossuficientes. Mais recentemente, um grupo de mulheres, em Aragarças, estruturou uma atividade de valorização das mulheres, denominada Mulheração, que coloca em destaque, na sociedade local, mulheres que têm uma trajetória de luta.

O Clube Libel, também conhecido como Clube do Livro, foi fundado, em Barra do Garças, por Isabel Rota Morozz, em 1980, e contava com a participação de senhoras da cidade. Essas mulheres adquiriam obras de diferentes áreas de conhecimento e, após lê-las, realizavam uma espécie de rodízio de livros entre as integrantes do grupo, tendo como objetivo a troca de informações relativas às obras lidas (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Essas senhoras, em sua maioria, compunham famílias mais abastadas e intelectualizadas da região e, em função das condições financeiras de que dispunham, viajavam, levando-se em consideração que, na cidade, ainda não havia livraria, e adquiriam as obras, as quais seriam, posteriormente, repassadas para as outras integrantes do grupo. Tendo em vista que, na região, não havia cinema, nem teatro, a leitura se tornou para essas mulheres uma forma de aquisição de informação e um momento de lazer, como podemos observar no seguinte comentário:

[...] As pessoas que viajavam mais dentro do grupo, todas olhavam os Best seller e a gente trazia esses Best seller pra gente estar informada, lendo, porque na Barra não tinha como não tem até hoje um cinema pra gente ir, não tinha teatro, não tinha nada. Hoje ainda tem, de vez em quando aparece um teatro, um showzinho e tal, mas na época não existia nada disso. Então, a gente resolveu transformar alguma coisa, fazer alguma coisa em nosso benefício e da nossa família porque se você é uma pessoa que lê, você... obviamente você vai adquirir uma cultura maior e nessa fase nós, jovens, nós éramos todas jovens, recém-casadas, com os filhos pequenos, né? e então a gente pensava assim, eu tenho que dar alguma coisa pro meu filho, né? E a gente... cultura nunca é demais e quando você lê, você tem condições de falar melhor, de escrever melhor e atualizar... seu filho tá na escola e te pede alguma coisa... e tem uma coisa que a televisão

também era precária aqui, né? Então tudo isso fez com que a gente criasse esse grupo (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

É interessante que a preocupação dessas senhoras era, principalmente, com a família, em se preparar intelectualmente para atender as necessidades escolares e culturais dos filhos. Supomos que isso se dá por elas se originarem de famílias cujos membros, em sua maioria, possuem formação acadêmica. E, por entenderem que a cultura e o conhecimento formal são relevantes para o crescimento profissional dos seus filhos. Outro ponto é que essas mulheres compunham a classe média alta da sociedade. Tinham condições socioeconômicas que lhes possibilitavam realizar viagens e obter acesso a diferentes obras e meios de comunicação.

Segundo Ana Maria Carvalho, os livros escolhidos eram de escritores já consagrados. Tratavam, normalmente, acerca de questões relativas à família e à autoestima, não apresentando preocupações com algum movimento revolucionário. Podemos verificar isso, nessa fala: “Nós líamos de tudo (...) então eram livros assim mesclados, não tinha você falar assim: eu vou comprar esse livro por que esse aqui é revolucionário. Não tinha isso. A gente fazia mais direcionado a família, a autoestima (...)” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012). Esse relato vem ratificar a nossa análise, acerca da ausência de ideais feministas, na formação desses grupos, e no desenvolvimento de suas atividades.

Ana Maria Carvalho esclarece que as ações do Clube tinham como foco a família e o auxílio ao próximo. Durante os encontros, vários assuntos pertinentes a esses objetivos eram discutidos. Ela menciona que, durante as reuniões do grupo, as suas integrantes socializavam questões que envolviam seu núcleo familiar. Objetivam obter aconselhamento para sanar dúvidas e problemas familiares. Novamente, ela destaca a ausência de pretensões feministas, conforme podemos observar, no relato:

Nosso objetivo era família, era dar atenção à família, era melhorar a sua família, cada uma pensava em melhorar a sua família e ajudar o próximo. Só isso. Não tinha objetivo assim revolucionário... ah!! Porque agora eu vou buscar... A gente tinha conhecimento, lógico!
[...] a gente achava que a mulher tinha que ter os direitos dela, mas eu como tive, tenho um marido que nunca me privou de nada. Se eu quiser sair, fazer qualquer coisa, ele me dá o maior apoio, ele nunca me tirou esse apoio. E nós éramos mulheres... os maridos eram mais ou menos assim, mais ou menos homogêneos, né? Porque a gente fazia nossas reuniões quinzenais, né? A gente fazia reunião... um dia reunia na minha casa, outro

dia na casa da... E quando chegava no final do mês, a gente fazia um jantar festivo pros nossos maridos, nossos filhos, né? Reunia todo mundo porque todas nós éramos muito unidas, muito amigas, mesmo. Da gente, por exemplo, vamo lavar roupa suja aqui hoje, vamo lavar, então... a gente sentava, conversava, falava tudo que pensava e às vezes tava acontecendo uma coisa com um filho meu e eu expunha pra elas. Falava: Oh! Tá acontecendo isso com o meu filho, será que isso é normal? E eu queria ajuda de vocês, um conselho de cada uma aí! Porque eu era nessa época bem mais jovem, aí. 30 anos atrás, eu tô com 62 anos. Então 30, 31 anos atrás eu tava com 31 anos, né? Então, tinha gente mais velha do que eu, tinha gente com 35, tinha gente com 40, com 45, com 50 que fazia parte do grupo e que podia estar nos aconselhando porque tinha gente que já tinha os filhos criados, formados, tudo. E nos aconselhava. Eu pedia um conselho: olha, meu filho tá apresentando esse problema na escola, será que isso é normal e tal. Então a gente buscava realmente a melhoria da família, a melhoria da cidade que a gente, por exemplo, a gente via uma coisa na cidade que não tava legal, a gente procurava falar com a mulher do prefeito porque a gente já não tinha muito acesso, às vezes, ao prefeito, mas ia na mulher do prefeito, a mulher do prefeito já levava a gente até ele pra melhorar alguma coisa que a gente via que não tava bem (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Quando inquirida se o grupo agia, no sentido de auxiliar outras mulheres, em condições economicamente vulneráveis, ou em situação de violência, Ana Maria Carvalho pontua:

A gente ficava, às vezes, sabendo de alguma coisa, a gente ia, falava. Porque inclusive, a gente era amiga do delegado, amiga da mulher do delegado, essas coisas que você sabe... de juiz, de mulher de juiz. Então, a gente era amiga, então a gente podia até fazer um comentário assim... olha, tá acontecendo, o que que a gente pode fazer pra ajudar essa pessoa, né? Mas, assim denúncia. Falar: olha, você vai lá na casa que tá acontecendo. Isso, num existia esse tipo de coisa (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Com o passar dos anos, o grupo iniciou atividades sociais que tinham o objetivo de minimizar as dificuldades de pessoas menos favorecidas economicamente. Para tanto, elas organizavam eventos, como jantares e chás, ou direcionavam pedidos de doação às empresas, ou, ainda, recorriam à prefeitura e aos vereadores. Com essas atividades, elas obtinham os recursos financeiros necessários para execução dos projetos sociais, idealizados pelo grupo. Dentre as atividades sociais de maior destaque, temos a contribuição com a construção da escola APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – em Barra do Garças. Em função do auxílio das amigas do LIBEL, a APAE homenageou as integrantes do clube com a fixação de uma placa na entrada da Associação (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).



Fonte: Acervo documental de Dymilla F. F. Menezes

De acordo com Leila Roseli S. Moraes, o Círculo de Leitura foi criado 8 anos mais tarde, em 1988, tendo o mesmo objetivo do Clube Libel, ou seja, a troca de livros entre amigas. O nome do grupo foi escolhido por conta da revista Círculo de Leitura, que era utilizada para adquirir as obras que seriam lidas pelos membros do grupo. Inicialmente, as integrantes compravam os livros e os trocavam entre si, até que todas tivessem a oportunidade de lê-los. Como foram realizadas muitas aquisições e, pelo fato de o grupo não possuir uma sede, as obras foram doadas para a Biblioteca Municipal de Barra do Garças (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Posteriormente, o Círculo de Leitura também iniciou atividades filantrópicas na região, auxiliando o Lar da Providência – um lar de idosos, mantido pela Igreja Católica, e gerido por freiras, na cidade de Aragarças, a creche Dom Geraldo, realizando doações a outras instituições filantrópicas da região, e a pessoas menos favorecidas economicamente. Para realizar essas atividades, o grupo organizava e continua organizando eventos na cidade, contando com a colaboração de significativa parcela da sociedade (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Notamos que os dois grupos de mulheres, as que compõem o Clube do Livro e as do Círculo da Leitura, eram compostos por mulheres, em sua maioria, de cor branca são de classe média e alta da cidade. As condições socioeconômicas são-

lhes fatores relevantes, na concretização dos objetivos a que se propõem, enquanto grupo.

Em Aragarças, por sua vez, foi fundado, mais recentemente, o Mulheraço, precisamente em abril de 2003. É um desdobramento dos grupos de mulheres da década de 1980. Essa atividade foi idealizada pelas profissionais da educação da cidade de Aragarças: Geralda Pereira Borges – psicóloga –, Cynthia Maria Ferreira Atallah – Fonoaudióloga – e Lieci Honostória de Almeida – professora. Conforme o histórico do movimento, cedido pela Senhora Geralda Pereira Borges, a ideia do Mulheraço se deu com a realização do Workshop “Mulher, Vida e Saúde”, em maio de 2003, em Aragarças. Na ocasião, “[...] uma das atividades foi a eleição e reconhecimento da Mulheraço, título até os dias de hoje, dado à mulher que se destaca por se envolver em ações sociais, na sociedade aragarcense” (BORGES, Breve histórico da mulheraço).

Nos demais anos, a homenagem passou a acontecer na primeira quinzena de dezembro. Dentre as mulheres homenageadas, temos a professora e escritora Zélia dos Santos Diniz. O mais interessante, nessa atividade, é a valorização, em vida, de mulheres que superaram dificuldades e romperam com o preconceito, traçando em sua vida uma trajetória de lutas e conquistas. Quando falamos em conquistas, estamos falando do cotidiano, da vitória que ocorre, diariamente, na busca de um lugar no mercado de trabalho, sendo respeitada em sua autonomia. Falamos em conquista dentro do lar dessas mulheres, quando não admitiam a submissão, ou mesmo, em outras instâncias, quando exigiam que suas vozes fossem ouvidas.

O mulheraço não objetiva heroicizar ou vitimizar as mulheres²⁷, mas tentar impedir, ao menos temporariamente, que a história delas seja relegada ao

²⁷ Até a década de 1970, muito se discutiu acerca da passividade das mulheres, frente a sua opressão, ou de sua reação apenas como resposta às restrições de uma sociedade patriarcal. Tal visão empobrecedora obscurece seu protagonismo como sujeitos políticos ativos e participantes na mudança social e em sua própria mudança, assim como suas alianças e, inclusive, participação na manutenção da ordem patriarcal. Por outro lado, em oposição à história "miserabilista" (PERROT, 1987) — na qual se sucederam "mulheres espancadas, enganadas, humilhadas, violentadas, subremuneradas, abandonadas, loucas e enfermas..." — emergiu a mulher rebelde. Viva e ativa, sempre tramando, imaginando mil astúcias para burlar as proibições, a fim de atingir seus propósitos. Algumas abordagens das mulheres dos segmentos populares realizadas por Michelle Perrot (1988) e Natalie Zemon Davis (1990), de certa forma, se enquadram neste perfil. Surge daí a importância de enfoques que permitam superar a dicotomia entre a vitimização ou os sucessos femininos, buscando-se visualizar toda a complexidade de sua atuação. Assim, torna-se fundamental uma ampliação das concepções habituais de poder, para o que cabe lembrar a

esquecimento. Nessa perspectiva, o movimento contribui para que sejam lembradas mulheres de diferentes classes sociais e etnias que, ao longo de anos, participaram da construção histórica, social, cultural e econômica das cidades de Aragarças e, também, de Barra do Garças.

É notório que esses grupos não se assemelham aos movimentos feministas comentados por nós. Identificamos nas entrevistas que essas mulheres, apesar de algumas até saberem da existência do feminismo e até conhecerem alguns ideais feministas, não tinham interesse em adotar essa bandeira. A conjuntura dessa região era muito distinta e as preocupações como pudemos notar, nos comentários realizados até este momento, eram outras.

No final da década de 1970, o cenário político no Brasil começa a sofrer modificações. Os militares já não mais conseguem manter o rígido modelo de governo. E, com Geisel, e, depois, com Figueiredo, percebemos ações que direcionavam para uma abertura política, cedendo, assim, às pressões dos movimentos de esquerda. Boris Fausto, na obra “História do Brasil”, afirma que:

Em agosto de 1979, Figueiredo tirou das mãos da oposição uma de suas principais bandeiras: a luta pela anistia. A lei de anistia aprovada pelo Congresso continha, entretanto, restrições e fazia uma importante concessão à linha-dura. Ao anistiar ‘crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política’, a lei abrangia também os responsáveis pela prática da tortura. De qualquer forma, possibilitou a volta dos exilados políticos e foi um passo importante na ampliação das liberdades públicas (FAUSTO, 2001, p. 504).

A abertura política possibilitou aos brasileiros um sentimento de maior liberdade, de modo que eles passaram a se sentir mais à vontade, para expressar suas opiniões, não temendo sanções desmedidas. Esse cenário contribuiu para uma maior movimentação de diferentes grupos sociais na defesa de seus direitos. Somase a essa maior liberdade de ação e expressão a anistia política que permitiu o retorno dos exilados ao Brasil, os quais chegavam com concepções permeadas pelas ideais dos países em que estavam exilados.

importância das contribuições de Michel Foucault. Hoje é praticamente consensual a recomendação de uma revisão dos recursos metodológicos e a ampliação dos campos de investigação histórica, através do tratamento das esferas onde há maior evidência de participação feminina, abarcando as diversas dimensões de sua experiência histórica. Tais recomendações convergem para a necessidade de se focalizar as relações entre os sexos e a categoria de gênero (SOIHET, 1997, p. 100 e 101).

É nesse ambiente de redemocratização que o movimento feminista adota novos rumos, conforme assinala Margareth Rago (2003, p. 02):

Somente depois desse primeiro momento de afirmação do feminismo enquanto movimento social e político que lutava pelos direitos das mulheres, mas que também se colocava na luta pela redemocratização do país, é que as feministas passaram a propor uma nova concepção da política, ampliando os próprios temas que constituíam o campo de enunciações feministas na esfera pública.

Sarti assevera que, durante a década de 1980 “Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular” (2004, p. 42).

Com o fim do regime militar, os grupos feministas direcionaram seus esforços no sentido de atender outras prioridades. Nessa perspectiva, Sarti menciona que feministas se articularam, no sentido de viabilizar políticas públicas que garantissem às mulheres, direitos relacionados à saúde, à reprodução, à contracepção e à proteção contra a violência:

Esvaziaram-se os grupos formados em torno da bandeira da opressão feminina e ganhou força uma atuação mais especializada, com uma perspectiva mais técnica e profissional. Muitos grupos adquiriram a forma de organizações não-governamentais (ONGs) e buscaram influenciar as políticas públicas em áreas específicas, utilizando-se dos canais institucionais. A institucionalização do movimento implicou, assim, o seu direcionamento para as questões que respondiam às prioridades das agências financiadoras. Foi o caso daquelas relacionadas à saúde da mulher, que causaram impacto na área médica, entre as quais emergiu o campo dos “direitos reprodutivos”, que questionou, de um ponto de vista feminista, a concepção e os usos sociais do corpo feminino, particularmente pela medicina dirigida à mulher (ginecologia e obstetria), em torno das tecnologias reprodutivas.

Dentro da tendência à especialização, desenvolveu-se também a pesquisa acadêmica sobre mulher, além da explosão do tema no mercado editorial. No plano governamental, criaram-se conselhos da condição feminina em todos os níveis, federal, estadual e municipal. A questão da violência contra a mulher começou a ser tratada em delegacias próprias e, no âmbito da saúde, emerge como problema de saúde pública, que requer atenção especializada. No fim da década de 1980, como saldo positivo de todo esse processo social, político e cultural, deu-se uma significativa alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988, que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal (SARTI, 2004, p. 42).

É fato que, na região pesquisada por nós, as mulheres não se articularam, no sentido de organizarem movimentos que enfrentassem diretamente as estruturas patriarcais, realizando passeatas, associações ou eventos que declarassem abertamente qualquer proximidade com o movimento feminista visto na Europa, nos Estados Unidos, ou, mesmo, em São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, é evidente que esses ideais chegavam à região e, mesmo sendo vistos como um “escândalo”, por uma parcela da sociedade, atingiram o imaginário dessas mulheres. Conforme veremos, no próximo capítulo, as mulheres do Médio Araguaia, aos poucos, começaram a questionar as relações de humilhação a que eram submetidas.

A professora Zélia Diniz, quando inquirida a respeito da percepção dos moradores, na época, acerca do movimento feminista, responde categoricamente que era visto como um escândalo até mesmo pelas mulheres. Obviamente que essa não é uma visão generalizada, tanto que outras entrevistadas mencionaram que conheciam, superficialmente, o movimento. Entretanto, não se interessaram em obter outras informações, ou, mesmo, em se engajarem na luta. Não demonstraram desconforto com relação ao assunto, mas, ao mesmo tempo, não tinham objetivo de se envolver com o movimento. Contudo, percebemos que a adesão das mulheres às ideias do movimento feminista deixou alguns impactos, como, por exemplo, a difusão do uso dos métodos contraceptivos. Mesmo contrariando o desejo dos companheiros, muitas mulheres faziam uso de contracepção, conforme podemos observar no relato da professora Zélia Diniz:

Quando começaram a chegar as pílulas, começou... as mulheres começaram a usar às vezes até com receita médica, mas houve uma reação muito grande dos homens. A reação dos homens com a suposição de que com o uso da pílula esterilizava a mulher e transformava a mulher em homem, deixava as mulheres sem estímulos sexuais. A reação dos homens foi grande (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

Entendemos que as mulheres do Médio Araguaia estão conquistando, sim, um lugar em instituições públicas, privadas, filantrópicas, e dentro de suas próprias casas. As reivindicações, ou a organização das mulheres, nas cidades de Aragarças e Barra do Garças, têm ocorrido silenciosamente, galgando mais e mais espaço, no dia a dia. Ocorreram, às vezes, por meio de uma eleição; outras vezes quando

assumiam cargos de decisão e adotavam posturas autônomas, numa tentativa de não serem influenciadas, ou manipuladas pelos homens, ou por outras mulheres.

A luta delas também pôde ser notada, quando diziam não à violência provocada contra elas e exigiam o direito sobre o seu corpo. Sabe-se que a agressão física e psicológica sofrida pelas mulheres é um assunto muito atual e que, infelizmente, está longe de ser esgotado. Durante as entrevistas, constatou-se que eram muito presentes os casos de violência, mesmo porque, com o escasso amparo legal, esse tipo de crime acabava ficando sem punição. E, como em boa parte dos casos, as mulheres tinham muitos filhos e era difícil sustentá-los sozinhas, elas se submetiam a essas situações de violência.

As mulheres da região, ao atingirem certas posições de poder demonstraram, por meio de suas atuações, que são tão competentes quanto os homens e que as falhas cometidas são passíveis de ocorrer tanto com homens quanto com as mulheres. Ser, ou não, competente, ou hábil, em suas atividades profissionais, não é uma determinação biológica. O fato de ser homem, ou mulher não é fator determinante, para que se tenha, ou não, qualidades profissionais.

Ressalvamos, que muitas das mulheres que conquistaram cargos de poder não ficaram “na sombra” de homens que poderiam utilizá-las, como meros fantoches para tomarem decisões. Todavia, é óbvio que essa não é uma condição presente em todas as situações em que as mulheres atingiram funções que lhes atribuíram a capacidade de decidir. Diante dessa constatação, ratificamos o que já foi mencionado, anteriormente, ou seja, que isso não ocorre por motivos biológicos, mas por razões socioculturais.

Todas essas questões contribuíram para que a sociedade de Barra do Garças e Aragarças compreendesse que as mulheres podem, sim, atuar conjuntamente com os homens, em condição de igualdade e isso pode ser claramente percebido em instituições públicas, como a UFMT, e privadas, como as inúmeras empresas estabelecidas, na cidade, e em instituições do terceiro setor.

2. GÊNERO E PODER: RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS NO MÉDIO ARAGUAIA

Eu não falei nada do que não é verdade, nada que não seja a minha verdade. Às vezes a minha verdade não é a sua verdade, mas é a minha convicção e foi a minha vivência. A minha vivência é minha, sabe? Só eu sei o que que a gente passou né!

Marina Bernardes Guimarães Prudente

Por pensarmos gênero como uma relação social que está intimamente interligada a fatores políticos, econômicos e culturais²⁸, versaremos neste segundo capítulo a respeito do cotidiano das mulheres, suas resistências e conquistas nas cidades de Aragarças e Barra do Garças. Nessa perspectiva, a seguir, são apontadas e analisadas questões relativas à sexualidade, à contracepção e à reprodução. Também à criação da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher e ao atendimento nelas; às instituições/ambientes em que as mulheres assumiram cargos de decisão e, principalmente, aos espaços de fala em que elas conquistaram VOZ.

2.1. SEXUALIDADE, CONTRACEPÇÃO E ABORTO

Após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em outubro de 1988, as atividades feministas ainda permaneceram na ativa. As mulheres passaram a se organizar, no sentido de concretizar os direitos que estavam legalmente estabelecidos, e que há tempos vinham sendo solicitados. Muitas eram as questões que envolviam e ainda envolvem as discussões em prol dos direitos das mulheres, como maternidade, métodos contraceptivos, aborto, sexualidade, violência física e psicológica, divórcio, desemprego, submissão na relação conjugal, entre outros.

Tania Swain alerta acerca das adversidades que as mulheres sofreram e continuam sofrendo, as quais, por vezes, estão maquiadas por certas conquistas:

Um olhar mais amplo percebe, sob o verniz de “conquistas” liberais em tempos de globalização, a multiplicidade de experiências no espaço vivido das mulheres que as mantêm em um status de inferioridade: a desigualdade

²⁸ LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

de salários e oportunidades, a pobreza e o analfabetismo preferencialmente feminino, a violência específica que sofrem em seus corpos e em seu lugar no mundo, a eliminação sistemática de bebês-meninas em certos países, a mutilação sexual, a banalização da prostituição, todas formas paroxísticas de discriminação e violência social contra as mulheres (SWAIN, 2007, p. 206).

Diante desse apontamento, faz-se fundamental que haja reflexões mais críticas acerca das reais conquistas femininas. Assuntos como maternidade, aborto e sexualidade que há tempos são discutidos se mostram, ainda, muito atuais. Essas três temáticas estão muito interligadas, tanto que, conforme Swain, Simone de Beauvoir, no capítulo sobre maternidade de “*Le deuxième sexe, l’expérience vécue*”, já dedicava extensa reflexão a respeito do aborto. Swain, ao comentar a produção de Simone de Beauvoir sobre a maternidade, pondera que: “Todo o início de seu discurso sobre a maternidade é um debate sobre a liberação do aborto, as condições psicológicas das mulheres, cuja gravidez é indesejável, e a necessidade do controle de nascimento, questão, ainda hoje, de maior atualidade no Brasil [...]” (SWAIN, 2007, p. 207).

Discussões a respeito de planejamento familiar, meios de concepção e contracepção, aborto, maternidade, sexualidade estão em pauta, desde os movimentos da década de 1970, época em que, as mulheres solicitavam a descriminalização, ou mesmo, a legalização do aborto. Hodiernamente, é nítida a tendência à redução do número de filhos por parte dos casais, principalmente, nas classes média e alta. Certamente, esta é uma das consequências da divulgação dos métodos contraceptivos, no Brasil.

Joana Maria Pedro, em “Entre a bomba populacional e o direito das mulheres” argumenta que no Brasil “[...] houve a divulgação dos métodos contraceptivos modernos: a pílula anticoncepcional e o DIU. Estes produtos foram comercializados sem entraves desde o início da década de 60” (PEDRO, 2004, p. 33). Analisando criticamente a entrada dos métodos contraceptivos no Brasil, Joana Pedro realiza a interessante contribuição:

O investimento no controle de natalidade, no Brasil e nos demais países da América Latina, teve relação direta com a Revolução Cubana de 1959. A partir daí, a política norte-americana passou a considerar a América Latina como um *continente explosivo*, um campo fértil para a agitação comunista. Começaram a ser criadas, então, organizações de ajuda aos latino-americanos. Estas ajudas traziam, como exigência, a adoção de programas

e estratégias de redução do crescimento populacional. Em 1961, por exemplo, a conferência da OEA, que criou a Aliança para o Progresso, foi a mesma que expulsou Cuba daquele organismo. O entendimento era de que o crescimento rápido da população latino-americana e sua conseqüente pobreza seriam um forte aliado na revolução comunista. Assim, o perigo representado por uma questão política foi transformado no da *bomba demográfica* (PEDRO, 2004, p. 33).

O regime militar, presente no Brasil, durante as décadas de 1960 e 1970, contribuiu com a implantação de políticas antinatalistas. Com o intuito de receber das instituições internacionais investimentos ou ajuda, o governo militar brasileiro cedeu às pressões de adotar medidas de controle populacional (PEDRO, 2004, p. 33). “Foi, assim, em meio a este debate, que as pílulas anticoncepcionais foram comercializadas, sendo adquiridas pelas camadas médias de maneira crescente” (PEDRO, 2004, p. 33).

Machado, por sua vez, critica a política de contenção da expansão populacional. Menciona que ela não apresentou ações concretas de esclarecimento à sociedade a respeito dos métodos contraceptivos. Nesse sentido acrescenta:

A ideia-frase de “nosso corpo nos pertence” ganhou espaço na década de 1980. Foram feitas críticas às propostas de controle de natalidade e da esterilização das mulheres sem acesso às informações. Reivindicava-se o direito ao planejamento familiar e uma política de oferta de contraceptivos ao lado da oferta de informações, entendidas como direitos à autonomia e à decisão. Movimentos de mulheres e profissionais de saúde, especialmente sanitaristas, propuseram um Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que previa um sistema de saúde público que previsse o atendimento integral à saúde das mulheres, contrapondo-se ao atendimento quase exclusivo da mulher como mães nos serviços materno-infantis. Incluía-se aí o direito à concepção e à contracepção (MACHADO, 2010, p. 139).

Em janeiro de 1996, a promulgação da Lei 9.263, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal de 1988, culmina em um tratamento institucionalizado do planejamento familiar e estabelece penalidades para os casos em que for realizada esterilização cirúrgica, em desacordo com o determinado, nessa legislação. Segundo essa lei, o planejamento familiar, assim como já estabelecido na Constituição Federal, é um direito de todos. Refere-se à possibilidade de homens e mulheres terem isonomia, na definição da quantidade de filhos que pretendem ter. Para tanto, faz-se necessário, que elas e eles tenham acesso a um sistema de atendimento de saúde adequado e recebam orientações acerca da regulação da fecundidade, conforme podemos verificar na citação abaixo:

Parágrafo único. As instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde, em todos os seus níveis, na prestação das ações previstas no caput, obrigam-se a garantir, em toda a sua rede de serviços, no que respeita a atenção à mulher, ao homem ou ao casal, programa de atenção integral à saúde, em todos os seus ciclos vitais, que inclua, como atividades básicas, entre outras:

I – a assistência à concepção e contracepção;

II – o atendimento pré-natal;

III – a assistência ao parto, ao puerpério e ao neonato;

IV – o controle das doenças sexualmente transmissíveis;

V – o controle e prevenção do câncer cérvico-uterino, do câncer de mama e do câncer de pênis.

Art. 4º O planejamento familiar orienta-se por ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade (Lei 9.263 de 12 de janeiro de 1996)

É conhecimento comum que uma mera legislação não implica, ao menos imediatamente, em alteração de atitudes de uma sociedade. Sendo assim, é insuficiente para que ocorra o pleno exercício da cidadania. Contudo, também é fato que a implementação de legislações que defendam os direitos de um indivíduo e contribuam para que se punam ações de transgressão, é um passo crucial na construção de uma sociedade com mais justiça e equidade. No intuito de minimizar as desigualdades existentes entre homens e mulheres, os movimentos feministas, no final da década de 1980, e durante a de 1990, se mobilizaram, no sentido de obter apoio tanto do Congresso Nacional e de instituições executivas nacionais e estaduais para projetos que descriminalizassem o aborto. E, também, para que existisse, na rede pública de saúde, atendimento para os casos de abortos autorizados pelo Código Penal de 1940 (MACHADO, 2010, p. 140). “E, principalmente, houve um grande investimento para influir na Constituição Nacional, nas Constituições estaduais e nas Leis Orgânicas municipais da interrupção da gravidez em caso de violência sexual – o aborto legal” (MACHADO, 2010, p. 140).

Ao se pesquisar acerca desse tema, notamos que muitos argumentos são apresentados para justificar a interrupção de uma gravidez. Levando-se em consideração que a sociedade funciona como uma complexa tecnologia do gênero²⁹ que produz comportamentos e relações sociais, na medida em que estabelece para as meninas um destino ligado ao matrimônio e à maternidade, um dos fatores

²⁹ LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

motivadores para a realização de abortos era a preocupação das jovens em ser uma mãe solteira. A angústia das moças da região, na década de 1970, pode ser compreendida, quando observamos a percepção da sociedade a respeito de uma mãe que não é casada. Na revista *Gazita Magazine* do final da década de 1970, pinçamos um trecho do texto “A lição das humildes heroínas” o qual demonstra a visão de algumas pessoas da época a respeito das mães solteiras: “Foste tu, infeliz mãe solteira, que de mim escondeste para ocultares a prova visível do teu erro, sem saber que eu te perdoaria porque do erro ninguém é incólume” (MACIEL, 1978, p. 33).

Muito embora no texto seja concedido às mães solteiras o perdão pelo seu “desacerto”, o trecho retirado deixa transparecer a ideia de que as mulheres solteiras que engravidavam estavam cometendo um erro, uma falha que era ocultada pela maioria das mulheres. Concepções como essa, ou, mesmo, o medo de sofrer alguma represália, ou, ainda, de ter que lidar com o preconceito da sociedade foram alguns dos muitos motivadores para que inúmeras mulheres ocultassem, ou mesmo interrompessem a gestação não programada. Ou, ainda, repassassem o bebê para os cuidados de outra família.

O aborto, segundo a parteira Dorina da Cruz Silva, era uma prática corriqueira. Era comum que mulheres solteiras grávidas a procurassem, no intuito de interromper a gestação. Assim a informante relata: “Tem vez que elas chegava e falava assim, às vezes o cara vinha com elas e falava assim: Que jeito que vamo dar, ela tá grávida... Olha, eu não mexo com isso não. Negócio de gravidez, aborto não é comigo. Aí eles sumia e não via mais não” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012) Dorina da Cruz Silva também relata que: “[...] outra hora elas abortava dentro da lata de lixo. Isso aí que é triste, mulher. Nossa Senhora, não gosto nem de falar nisso” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

A professora Zélia Diniz ratifica a fala acima, mencionando que era “Muito comum, muita morte das próprias mulheres que provocavam o aborto. Morte por infecção. Pessoas curiosas faziam, provocavam o aborto com uso de instrumento clínico, uso de ervas” (Entrevista realizada em Aragarças, 2011). Embora, tenhamos sentido dificuldades em aprofundar a discussão relativa ao aborto, nota-se que este era realizado por muitas mulheres, as quais mantinham o fato em máximo sigilo.

O receio de que a sociedade tomasse conhecimento do aborto se justificava pelo fato de que, apesar de não haver uma fiscalização severa para impedir que os abortos fossem provocados, essa atitude era vista como uma imoralidade e considerada pecado aos olhos dos religiosos, conforme menciona Margô Silva:

Vixe, Nossa Senhora, Ave Maria minha filha! Nem sonhava assim, porque tinha muita mulher que ganhava dinheiro pra dar remédio pra abortar as crianças sem precisão. Não tinha nada não, naquele tempo não tinha nada não, não é como hoje, hoje tem lei pra isso. Deixa, ela faz, mas também, ela leva o castigo também. Não é como de primeiro, de primeiro não importava nada. Eu nunca deixei porque toda vida eu sabia porque minha mãe falava que era pecado a gente abortar as criancinha. Ainda mais filho da gente, sangue do mesmo sangue (Entrevista realizada em Aragarças, 2012).

O questionamento ao aborto, a consagração da mulher pura, imaculada e a relevância do matrimônio são construções históricas, culturais e sociais, constituídas discursivamente, por intermédio de diferentes práticas sociais, como as religiosas e educacionais que se tornaram concepções naturalizadas para significativa parcela da sociedade aragarcense e barra-garcense.

Lembramos, neste ponto, que as cidades de Aragarças e Barra do Garças receberam muitos migrantes, em sua formação, pessoas que iam e vinham, muitas das quais não fixavam, de fato, residência na região. Em função disso, algumas moças que engravidavam não eram amparadas por seus companheiros, de modo que, se optassem por manter a gestação, teriam que se responsabilizar, sozinhas, pela criança.

A conjunção carnal, antes do casamento, também não era aceita por algumas famílias. Portanto, quando isso ocorria, o destino da moça e do rapaz era o matrimônio. Nessa perspectiva, a entrevistada Margô Silva apresenta o seguinte relato a respeito de sua filha:

Ah! Dava uma segurada nas meninas. As meninas não soltava fácil, não. Quando a mais velha só saía pra ir pra beira do rio lavar roupa. A mais velha e essa outra ia me ajudar fazer bolo. É que essa mais velha aprendeu a fazer tudo. A fazer bolo e essa outra quase não aprendeu porque tinha muita preguiça. Que quando eu tava grávida, ganhava menino eu entregava os trem pra ela fazer, né? eu dava freguesia minha pra ela, fazer bolo pra ela, ter o dinheiro dela, comprar as coisas dela, né? Eu não fui como eu fui criada assim, aí ela fazia as coisas, mas eu não soltava ela pra dança, ela não saía, é que ela num aprendeu a dançar. Até que até hoje ela me queixa isso, ela fala que eu não deixei ela sair. Aí quando ela

se perdeu, daqui... a coisa que ela saía era daqui pra beira do rio. Aí ela se perdeu. Se perdeu até com esse marido que ela tá com ele. Ele foi até em São Paulo, ele mexeu com ela, pegou o ônibus e foi embora. Aí tinha um primo meu que era muito inteligente, e um tio meu que era da polícia, que era delegado, aí ele foi e botô a precatória nele. Aí falou com o irmão dele, primeiro conversou com o irmão dele pra ver se chamava ele pra trazer ele de volta pra casar e o irmão dele num quis. Então ele foi, esse primo meu foi lá onde tava ele, e o irmão dele virou assim: Ah! Ainda mais quem tá mexendo com isso, ainda mais você, eu não vou falar onde ele tá não. Ainda mais você gentinha que tá mexendo. Aí ele falou: pois é. E ele era muito estudado. Aí ele falou: pois é eu vou te dar a gentinha, quem é gentinha. Aí deu parte. Até a foto foi pra delegacia e botou o precatório no pé dele. Aí eles vieram com ele de volta. Aí eu já num queria que casasse. Eu só deixei por causa do delegado que ficou de cima de mim, veio com ele escondido porque a precatória tava em Brasília já e ele tava em São Paulo (Entrevista realizada em Aragarças, 2012).

A entrevistada complementa, mencionando que ela não gostaria que a filha se casasse, entretanto, ela permitiu porque o delegado assim a orientou: “[...] o delegado falou: Oh! Tem que casar se não amanhã ou depois vai ficando aí na rua, cheia de fio, nãñã... aí casando, aí foi... eu dei a autorização, aí foi ela casô” (Entrevista realizada em Aragarças, 2012) Percebemos nessas falas a preocupação da família e até mesmo das autoridades em resguardar a imagem das moças e garantir que elas não engravidassem antes do casamento. Conforme o depoimento da professora Zélia Diniz a mãe solteira era vista “[...] com preconceito. E essas mulheres que tinham filhos sem um marido ou um companheiro acabavam com um destino certo, a zona de meretrício” (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

Soubemos, a partir dos relatos aqui apresentados, que esses acontecimentos não foram generalizados. Temos em mente que, ao longo dos anos, essa postura da sociedade foi se transformando. Mães solteiras que sofreram com o preconceito, começaram a ser mais acolhidas pela família e pela sociedade. Embora esta seja produtora e reprodutora das desigualdades de gênero – e, ainda, de etnia, religião e classe – é evidente que existem forças, sejam legais ou sociais, que operam no sentido de mitigarem as práticas de exclusão.

No caso específico da senhora Margô Silva, segundo a entrevistada, sua filha tinha apenas 16 ou 17 anos e não estava grávida. Mesmo assim, o casamento fora realizado, independentemente, da vontade do rapaz.

Em função do acontecimento, a filha de Margô Silva restringiu suas relações sociais, não mais frequentou a escola e manteve-se, na maior parte do tempo, em

sua residência. Margô Silva comenta que a filha “[...] ficava só dentro de casa me ajudando até casou” (Entrevista realizada em Aragarças, 2012) Quando questionada por que a sua filha não saía de casa, não estudava, após o acontecido, ela responde que “[...] com esse negócio, com esse negócio de... com esse trem que teve, ela ficava com vergonha porque as outras... tinha aquela superstição, não queria aceitar, né? Porque se perdeu, nem chegava perto, os pais nem deixava chegar perto. Era assim” (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

Esse relato demonstra o quanto a relação da comunidade para com as mulheres que mantinham conjunção carnal, antes do casamento, era delicada. A sociedade estabelecia um padrão de condutas aceitáveis e reprováveis³⁰. Excluía aquelas que agiam de forma “reprovável” segundo seus preceitos. Marginalizava. Reprovava.

Observamos, a partir dessas considerações, que o ambiente de ensino frequentado pela filha de Margô Silva era um espelho da sociedade. A escola era lugar de produção e reprodução das hierarquias sociais, contribuindo, então, com a naturalização da desigualdade de gênero e com a inferiorização das mulheres, nos grupos sociais a que pertenciam.

Esse, certamente, é apenas um dos casos de mulheres que sofreram com a exclusão social. Muitas outras moças que, também foram abandonadas por esse mesmo motivo, tiveram que buscar na prostituição, um meio de sobrevivência. A parteira Dorina da Cruz menciona que, por diversas vezes, realizou o parto de profissionais do sexo, em sua casa e no prostíbulo: “As solteira que engravida e os cara, as pessoa não importa. Ficava aí, ali largada. O cabaré da Conceição dali, quando elas não vinha aqui, eu ia pegar os menino lá dentro do cabaré em riba ali. Cuidava dos menino até cair o umbigo” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012). Segundo ela, muitas das prostitutas “[...] pegava os menino, dava pros outro, sumia no mundo. Era assim que elas fazia” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012). Entretanto, além das profissionais do sexo, outras mulheres também disponibilizavam seus filhos para adoção. Dorina da Cruz lembra que os bebês “Às vezes, ficava aí e alguma pessoa queria e ela mesmo dava pra pessoa, outra hora

³⁰ SANT’ANNA, Thiago Fernando. Gênero, história e educação: a experiência de escolarização de meninas e meninos na Província de Goiás (1827 – 1889). 2010. 237f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília –UNB, [2010]. p.64.

ela já tinha dado pra lá, né? Aí quando ela ganhava aí a pessoa vinha buscar” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Mesmo diante da segregação realizada pela sociedade, algumas famílias adotavam uma postura mais acolhedora e liberal. Exemplo disso é o caso da senhora Neusa Auxiliadora Sales Pereira. Engravidara-se antes do casamento, quando tinha apenas 18 anos, e fora motivada pelo irmão a não se casar. A informante diz: – “Meu pai não me obrigou. Eu já estava grávida de 3 meses... Meu irmão falava: minha irmã, um casamento mal feito, antes ser mãe solteira. Por que você não vê tantas mães solteiras por aí? O que vale é o respeito” (Entrevista realizada em Aragarças, 2012).

Diante de situações como essas, não cabem dúvidas de que, embora tivesse ocorrido uma conotação política, na entrada dos contraceptivos no Brasil, na década de 1960, houve também a libertação de muitas mulheres, devido à possibilidade de se ter acesso a esses métodos. Com o uso de contraceptivos, ao menos se diminuiu o temor da gravidez não programada. Percebemos nas falas das entrevistadas que, antes da chegada das pílulas anticoncepcionais, não havia, na região, um método eficaz de se evitar uma gravidez. A parteira Dorina da Cruz narra: – “Eu não lembro (...). Para evitar, ninguém evitava de primeiro não. Ninguém sabia o que que era que evitava. Não tinha comprimido. Não tinha nada. Mulher criava dez filhos, quinze filhos. Vinte filhos (...)” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Com relação ao anseio das mulheres de se evitar uma gravidez não programada, a entrevistada Margô Silva lembra: – “Eu sentava assim, eu sentava aqui na porta, pensava assim: Oh! Meus Deus, o que eu vou tomar pra mim num pegá fio? Tinha vez, oia, tinha vez que eu tinha menino num mês, quando interava um mês, no outro mês eu já tava grávida. Era desse jeito” (Entrevista realizada em Aragarças, 2012).

Como vimos acima, os métodos contraceptivos começaram a ser difundidos no Brasil, por volta da década de 1960³¹. É fato que a partir desse momento, as mulheres conquistaram mais autonomia sobre os próprios corpos, podendo definir o

³¹ PEDRO, Joana Maria. *Entre a bomba populacional e o direito das mulheres*. IN: RIAL, Carmem Sílvia Moraes e TONELI, Maria Juracy Filgueiras (org.). *Genealogias do silêncio: feminismo e gênero*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p.33.

momento ideal para gerar uma criança. Convém, entretanto, não esquecermos que, dentro da relação conjugal, outras dificuldades eram-lhes impostas, uma vez que muitos homens não viam com bons olhos a utilização da contracepção, por parte das mulheres. Quando arguida acerca da posição dos homens quanto ao uso dos anticoncepcionais pelas suas esposas, a entrevistada Dorina da Cruz menciona: “Tem uns que num queria não. Tem uns que queria. Mas, elas tomavam escondido” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012). A professora Zélia Diniz ainda lembra que, diante da restrição imposta pelos esposos, as mulheres:

Tomava escondido... Tomava escondido e nossa... quando chegava o momento de fazer uma histerectomia o marido não aceitava de jeito nenhum. Uma amarração de trompas, essas coisas assim, os maridos não aceitavam de jeito nenhum. Até hoje, os homens ainda têm essa mentalidade, foi um escândalo quando o primeiro homem fez a esterilização aqui em Aragarças... Aragarças, Barra do Garças, na região (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

Segundo a professora Zélia Diniz, a primeira esterilização masculina, realizada na região, ocorreu no início da década de 1970. E, esta somente se concretizou porque “A esposa teve um filho, sofreu muito no final da gravidez e ele fez e o médico foi o Dr. Cleide” (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

A falta de orientação e de acompanhamento especializado também dificultava a utilização dos métodos anticoncepcionais. Assim como Margô Silva, o desconhecimento da forma de utilização e dos efeitos colaterais desses medicamentos podem ter levado muitas outras mulheres a desistirem de usar a contracepção:

Eu ainda conheci, conheci assim, esse menino meu que morreu, ele tava com cinco meses quando o pai dele chegou de Paranatinga. Aí o pai dele foi e comprou o remédio pra mim, aí eu tomei, aí eu não me dei bem, aí no outro dia eu joguei fora. Parei de tomar, porque me deu uma dor no estômago que eu não durmi de noite. E parei de tomar (Entrevista realizada em Aragarças, 2012).

Neusa Auxiliadora Sales lembra que os contraceptivos também eram utilizados pelas moças solteiras, no intuito de evitarem a gravidez e possíveis constrangimentos. “Nossa! A maioria discriminava sim. Ainda tinha aquele negócio de casar virgem. Eu até falo assim: viiiirgem, porque... sabe já tinha os

anticoncepcionais e as moças mais espertas, lógico, usava (...)” (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

Muito embora as discussões acerca da contracepção fossem tabus, em diversos meios sociais, a entrevistada Neusa Auxiliadora Sales evidencia que, no final da década de 1970 e início da de 1980, algumas instituições de ensino, como o Colégio Dr. Rubens Correia de Aguirre, também denominado de 31 de Março, já demonstravam relativa abertura para questionamentos e curiosidade a respeito do tema:

Eu entrei no Rubens de Aguirre em 76. É mais ou menos isso. Os médicos... tinha umas palestras com os médicos. Até o Dr. Cleide, uma vez fez palestra lá conosco falando, né? Assim se a gente perguntasse, né? Às vezes se o aluno perguntasse: Tem algum... se a gente fizer relação e a pessoa não quer ficar grávida... eles respondiam direitinho.
 (...) você sabe que (...) como os diretores da nossa escola, assim, tinha visão, eles punham os médicos pra fazer as palestra e a gente ia fazendo as perguntas, né? E muitas mães... muitas meninas que ficaram grávidas por falta de mãe não informar porque queria que a filha fosse virgem, mas aquelas mães mais liberais igual a minha conversava naturalmente né (...)?
 (Entrevista realizada em Aragarças, 2012).

Depreende-se, a partir dos relatos, que as sociedades de Barra do Garças e Aragarças estabeleciam um padrão de condutas que, poderíamos entender como sendo aceitáveis ou inaceitáveis. Entre as condutas reprovadas pela sociedade das duas cidades estava a prática de conjunção carnal, antes do casamento e, conseqüentemente, a gravidez.

As mulheres solteiras que engravidavam sofriam com a segregação, sendo, em alguns casos, excluídas pela própria família. Somado a isso, notamos também o desejo das mulheres casadas em controlar os ciclos de reprodução. Portanto, mesmo não havendo uma atuação política por parte das mulheres da região, na conquista dos métodos de contracepção, era anseio delas a possibilidade de programar uma gestação e, conseqüentemente, ter domínio sobre o próprio corpo.

Em razão disso, os métodos contraceptivos foram adotados por significativa parcela da sociedade, em especial, pelas mulheres mais jovens. Isso, mesmo diante das dificuldades enfrentadas, como a falta de orientação e acompanhamento especializado. Havia, ainda, em algumas famílias a resistência por parte dos companheiros.

Após essa primeira etapa de discussões, fica evidente que, embora comportamentos sexistas e patriarcais sejam construídos, historicamente, as mulheres tentaram romper com a discriminação e o preconceito que as assolavam, conseguindo, assim, também, protagonizar a história. Produzir narrativas que possibilitem que as mulheres avancem de coadjuvantes para protagonistas é um dos objetivos que está intrínseco a este estudo.

2.2. APONTAMENTOS ACERCA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Questões que envolvem mulheres em situação de violência vêm sendo discutidas, com propriedade, por diferentes setores da sociedade. Têm sido realizados debates calorosos a respeito de como a violência³² deve ser observada pelos pesquisadores.

Levando-se em consideração que vivemos em uma sociedade na qual as formas de poder se estabelecem de maneira desigual entre homens e mulheres, e que os homens possuíram e, em alguns casos, ainda, possuem supremacia na relação conjugal, muitas mulheres permanecem em situação de violência psicológica

³² Martha Narvaz e Sílvia Koller explicam que “A violência tem sido concebida como toda relação em que há abuso de poder (CORSI, 1997, 2003) podendo manifestar-se de diferentes formas. A Organização Mundial de Saúde (Redesaúde, 2001), sistematiza algumas destas formas, que são: a violência doméstica, a violência intrafamiliar e a violência física. A violência doméstica é concebida como todo o tipo de violência que inclui membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico, incluindo pessoas que convivam esporadicamente neste espaço. A violência intrafamiliar refere-se a toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consangüinidade, e em relação de poder à outra. A violência física ocorre quando uma pessoa, que está em posição de poder em relação a outra pessoa, causa ou tenta causar dano não acidental, por meio do uso da força física ou de algum tipo de arma que possa provocar ou não lesões externas, internas ou ambas. Atualmente, também é considerada violência a aplicação de castigo, repetido não severo. São considerados atos de violência física: tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, amarramentos e estrangulamentos, lesões por armas ou objetos, obrigar a tomar medicamentos desnecessários ou inadequados (tais como álcool, drogas ou outras substâncias, inclusive alimentos), tirar de casa à força, arrastar, arrancar a roupa, abandonar em lugares desconhecidos e omitir cuidados e proteção (WERBA, 2002). Violência conjugal tem sido entendida (RAVAZZOLA, 1997, 1999) como violência contra a mulher cometida pelo parceiro no contexto de uma relação afetiva e sexual, independentemente de ser relação estável legalizada. A violência conjugal pode ocorrer tanto no espaço doméstico quanto no espaço urbano. A categoria de violência conjugal abarca as formas de violência física, violência sexual e violência emocional ou psicológica (CORSI, 1997, 2003). Uma vez que nas relações conjugais violentas os agressores são predominantemente do gênero masculino, e as principais vítimas, do gênero feminino, a violência conjugal é também uma forma de violência de gênero (Narvaz, 2002)” (NARVAZ; KOLLER. 2006, p.8).

e física. Segundo Machado, “As palavras de ordem, iniciais, referentes à violência doméstica se deram em 1979 em torno das denúncias dos homicídios cometidos por maridos contra suas esposas e o fato de os homens serem absolvidos ou terem sua prisão suspensa” (2010, p.138).

Durante a década de 1980, pesquisadoras já discutiam tal questão contra as mulheres. Marilena Chauí se destacou nesse campo com o reconhecido trabalho “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”. Conforme SANTOS e IZUMINO, nesse artigo, Chauí:

[...] concebe violência contra as mulheres como resultado de uma ideologia de dominação masculina que é produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres. A autora define violência como uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir. A ação violenta trata o ser dominado como “objeto” e não como “sujeito”, o qual é silenciado e se torna dependente e passivo. Nesse sentido, o ser dominado perde sua autonomia, ou seja, sua liberdade, entendida como “capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir (2005, p. 4).

Nessa perspectiva, Chauí associa autonomia à liberdade, definindo-a como a “[...] capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir” (1985 apud SANTOS; IZUMINO, 2005, p.4). Essas capacidades, no entanto, são suprimidas pela ação violenta a que sofre o sujeito que é dominado pelo agressor. Maria José Pereira Rocha pontua, a esse respeito, sustentada, apoiada nas reflexões de Simon Blackburn que a análise da autonomia não deve se distanciar da reflexão da heteronomia. Afirma que:

A autonomia é a capacidade de autodeterminação. Um agente é autônomo quando suas ações são verdadeiramente suas. A necessidade dessa liberdade moral surge em Rousseau e é um dos alicerces da teoria ética de Kant, onde a autonomia da vontade é uma condição necessária da ação moral. (...) Heteronomia é a condição de quem age segundo desejos, não legislados pela razão. Alguns filósofos da ética, onde se incluem muitas feministas, questionam a importância da autonomia, vendo-a como uma fantasia que dissimula as origens sociais de todo pensamento e toda ação (1997 apud ROCHA, 2002, p. 106).

SANTOS e IZUMINO pontuam que três correntes de estudo merecem destaque, nas discussões que envolvem a temática da violência. A primeira corrente refere-se ao artigo “Participando do Debate sobre Mulher e Violência” de Marilena Chauí. As autoras denominam essa corrente teórica de *dominação masculina*, a

qual, segundo elas, “[...] define violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como “vítima” quanto “cúmplice” da dominação masculina” (2005, p. 2). A segunda corrente denominada, pelas autoras, *dominação patriarcal* “[...] é influenciada pela perspectiva feminista e marxista, compreendendo violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino (...)” (2005, p. 2). E a terceira, que SANTOS e IZUMINO nomeiam “(...) de relacional, relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é ‘vítima’ senão ‘cúmplice’” (2005, p. 2).

A atuação de grupos de mulheres e feministas bem como, as discussões teóricas sobre as mulheres, em situação de violência, contribuíram para se dar visibilidade a tais questões e auxiliar no combate dessas violências. Um dos reflexos dessa movimentação foi a fundação, no Brasil, de instituições que pretendiam defender as mulheres, das agressões físicas e psicológicas sofridas. A partir da década de 1980, começam a ser criadas as delegacias especializadas de defesa da mulher. Instituição que, certamente, modificou a forma de atender casos relacionados à violência doméstica. As delegacias especializadas representam um ambiente próprio ao amparo das mulheres agredidas. Nas delegacias comuns, onde normalmente eram atendidas por homens, as mulheres não tinham o auxílio esperado e, por vezes, eram tratadas de forma a se sentirem desconfortáveis, passando a não mais recorrer a tais instituições. No que se refere a essa abordagem, Lia Zanotta Machado argumenta que:

Nos anos oitenta, com a abertura política (ainda na ditadura militar) e a volta à democracia, Delegacias Especializadas das Mulheres foram criadas, assim como Conselhos Estaduais dos Direitos das Mulheres tanto em São Paulo como Minas Gerais, expandindo-se depois para vários outros estados. Em 1985, é criado o Conselho Nacional de Direitos das Mulheres. A violência, desde então, continua sendo temática constantemente renovada nos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos das Mulheres criados a partir dos anos oitenta (MACHADO, 2010, p. 139).

Segundo a primeira Delegada mulher do Vale do Araguaia e primeira titular da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, de Barra do Garças, Marina Bernardes Guimarães Prudente “[...] a criação da Delegacia da Mulher de Barra do

Garças, (...) acompanhou um movimento que surgia no país com relação à defesa da mulher vítima” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012). Contudo, ela destaca que a movimentação de uma colunista barra-garcense contribuiu, significativamente, com a criação da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, naquele município:

Na época, eu não gosto de citar nome, mas eu até faço questão. Aqui na Barra tinha uma colunista, ela trabalhava na Secretaria da Fazenda, mas ela era uma colunista social chamava Edna Capocci. A Edna foi a pessoa que mais lutou, sabe, para a criação da Delegacia da Mulher na Barra. Ela foi assim precursora mesmo. (...) E ela tinha um condão na mão que era a imprensa. Ela escrevia para coluna social e ela cobrava. Nossa, quando criou a Delegacia da Mulher e instalou, acho que foi a realização dela. Ela cansou de me confidenciar: Marina, olha, eu tô realizada. (...) E ela tinha penetração com esses políticos todos e eu acho que a criação da defesa da mulher na Barra tem muita coisa do mérito dessa briga da Edna, sabe? Eu devo, como primeira mulher delegada, eu acho que eu devo muito a Edna (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Em sintonia com as discussões relacionadas à defesa dos direitos das mulheres, a delegada aposentada Marina Prudente explica o quão é importante um atendimento específico para as mulheres, em situação de violência:

[...] por que que existe Delegacia de Defesa da Mulher? Quantas e quantas vezes eu fui questionada por esse problema. Porque não tem Delegacia Especializada de Defesa do Homem? Isso é uma pergunta constante, não sei se ainda é porque eu já tô aposentada há um tempo, né? O crime contra os costumes é um crime que mexe com a sua intimidade, com o seu brio, o brio da mulher. Então, vamos imaginar você vítima de um estupro. Você chega na Delegacia para registrar o BO, para fazer a queixa-crime e você é atendida por um homem. A mesma liberdade que você tem pra contar a sua história para um homem não é a mesma que você tem pra você se abrir com uma mulher que vai entender muito mais facilmente o seu problema porque também ela poderá ser ou não vítima de um crime semelhante. Não sei se você tá me entendendo. Então, um dos grandes motivos foi esse, pra tirar o constrangimento ao registrar um BO porque nos crimes contra os costumes, na maioria das vezes, não há testemunha. E a prova, é a sua palavra contra a palavra do agressor corroborada com exame médico que é o exame de conjunção carnal que vai provar se houve a conjunção carnal, se ali tem vestígios e outras coisas mais. Você entendeu? Então, você contar isso para um homem é muito mais difícil. Então, esse é e foi, eu acho, o ponto, o ápice da coisa (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Notamos que a violência contra as mulheres era algo um tanto comum na região do Médio Araguaia. Dorina da Cruz ao ser indagada, acerca dessa questão, menciona: “Toda vida, minha filha, homem batia em mulher, furava mulher. Toda vida foi assim, matava mulher” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012). A

professora Zélia Diniz também contribui, pontuando que a violência contra as mulheres “[...] era tão natural. Não se fazia propaganda. O marido chegava em casa bêbado, dava um couro na mulher e bateu, bateu, passou, passou. Não tinha essa história toda de Lei, de Maria da Penha, nada disso” (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

Marina Prudente corrobora com os apontamentos das entrevistadas Zélia Diniz e Dorina da Cruz, mencionando que eram muitos os casos de violência contra as mulheres, na região. Pondera, entretanto, que, quando a delegacia foi criada, eram poucos os atendimentos a esses casos. Contudo, ao longo do tempo, foi aumentando o número de procedimentos: “Num primeiro momento ficou meio assim, sabe, aí quando a coisa pegou assim... (...). Mas o atendimento naquela época, eu atendia, tinha dia que eu atendia trinta, quarenta” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012). A delegada aposentada complementa relatando “Mas nem toda mulher que procura a delegacia ela vai porque ela foi vítima” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Ela pondera que várias mulheres procuravam a delegacia, com o intuito de obter orientação “[...] vai para buscar solução pro marido, sabe? Até pro próprio marido, pro filho, pra uma situação, são várias situações... Aí o volume de atendimento, ele fica grande e nem sempre isso reflete no número de procedimentos” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012). Notamos, então, que, mesmo havendo vários casos de violência doméstica na região, uma quantidade significativa das mulheres agredidas não recorria à delegacia.

Diante dos casos de violência, Marina Prudente menciona que a legislação existente, na época, para punir os agressores era somente o Código Penal. Em razão disso, alguns casos, compreendidos como agressões leves, eram tratados com pouca severidade, o que contribuía para haver recorrência dos atos de violência.

De fato, é nítida a existência de violência contra as mulheres na região. Havia dificuldades promovidas pela ausência de uma legislação que punisse com severidade tais casos, como se percebe, na fala da entrevistada Margô Silva:

O meu era bom demais pra mim, era muito bom. No início quando era novo, era muito bom. E pros filhos dele, toda vida ele foi bom pros filhos. Ele nunca triscou a mão nos filhos dele. Depois que esses meninos meu morreu, ele entrou assim porque eu fiquei ruim da cabeça, ele achou que eu tinha homem, me dando homem. Aí incutiu que eu tinha homem, aí eu separei dele também. Aí eu separei assim, porque ele me travou assim, na guela assim, me rasgou todinha assim. E eu quase matei ele também (Entrevista realizada em Aragarças, 2012).

No relato, Margô Silva menciona que seu esposo era atencioso com os filhos. Entretanto, após uma agressão gerada por ciúme, ela optou pela separação. De acordo com as entrevistas, as dificuldades de manter uma família, sem o auxílio do cônjuge era um dos principais motivos que impediam as mulheres de se desquitarem de seus companheiros violentos. A professora Zélia Diniz aborda essa questão, evidenciando que a maioria das mulheres que ela conhecia, mantinha o casamento, em função da dificuldade de sustentar os filhos, sozinhas.

Aceitavam, aceitavam ou apanhavam a matulinha e iam embora pra casa do pai e da mãe. Depois acabavam tendo que voltar porque o emprego para as mulheres era pouco e as mulheres acabavam dependentes dos maridos. E todas as mulheres com muitos filhos porque não tinha controle. Era muito filho pra criar, tinha que se submeter ao marido (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

A atitude atípica e corajosa de Margô Silva destoa da postura adotada por outras mulheres agredidas e que permaneciam no lar, facilitando a reincidência dos casos de violência. Segundo Narvaz e Koller, pesquisas sobre tais assuntos apontam que são vários os fatores que provocam a permanência das mulheres agredidas com o agressor:

Investigações (CARDOSO, 1997a, 1997b) demonstram que muitas mulheres permanecem em relações abusivas a fim de manterem a família unida. A dependência financeira dos parceiros e a falta de apoio da família extensa e da comunidade foram relatadas pelas mulheres pesquisadas como mantenedoras de sua posição de desvalia, isolamento e submissão aos abusos sofridos. Outros fatores como alcoolismo, pobreza e repetição de relações abusivas através de gerações aparecem associados à dinâmica da violência contra as mulheres. O medo e a insegurança causado pelas ameaças e pela violência psicológica impetrada pelo parceiro abusivo também parecem desempenhar importante papel nesta dinâmica (NARVAZ e KOLLER, 2004) (NARVAZ; KOLLER, p. 9, 2006).

Marina Prudente explica que, com base em sua vivência, na Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, a maioria dos casos, em que as mulheres

permanecem com o companheiro violento, está relacionada a uma dependência financeira:

Isso é tão complexo. (...) Não adianta eu, você, quem quer que seja, querer trabalhar o efeito, porque o efeito tem uma causa e a causa é social. Se a mulher que fica lá para um canto, ela se submete a uma série de situações por necessidade. Ela fala: eu tenho o meu marido que bebe. Noventa por cento das agressões físicas, das agressões domésticas você pode ter certeza que tem pinga por trás. Isso é líquido. Então, ela tem um marido que bebe, que é um safado, mas que põe o arroz, o feijãozinho, que, de vez em quando, ele põe um pedacinho de carne pra ela e os filhos comerem. Na cabeça dela, se ela sair dessa situação, ela vai passar fome com os filhos. Então é dependência total. Às vezes nem num é do homem, você focando sentimento, não vejo por esse lado. É dependência econômica mesmo. Não é dependência afetiva. Aí, ela larga dele, vou separar, aí eu vou pra onde? Você tá entendendo (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Na concepção da professora Zélia Diniz, um dos fatores que motivaram as mulheres a questionar as agressões foi a construção de sua autonomia, por meio da qualificação profissional e da sua entrada no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, ela argumenta que a violência, na relação conjugal, passou a não ser mais aceita passivamente. “Quando as mulheres começaram a ter mais cultura, estudos melhores, empregos, foram ficando independentes; através da cultura, através do estudo e chegando ao emprego” (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

Algumas ainda recorriam às delegacias, conforme menciona a professora Zélia Diniz: “Vai lá, na polícia, dá queixa. Bateu, machucou, registra queixa, a polícia vem prende, a mulher volta lá e pede pra soltar, retira queixa porque precisa do homem pra trabalhar, manutenção de família. Essa história de retirar queixa, foi muito comum (...)” (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

Marina Prudente ratifica a consideração de Zélia Diniz, relatando uma ocorrência de agressão em que a vítima solicitou abertura de procedimento e, posteriormente, optou por reconsiderar a denúncia. Evidencia, no mesmo caso, que a preocupação com o status social superou o desejo de se desligar de um relacionamento violento:

Olha, se eu contar pra você que quando eu tava... na época, teve uma, eu vou te contar, não cito nome, uma madame, eu atendi essa madame que é hoje, que sempre foi particularmente minha amiga. Eu atendi uma vez, duas, atendi umas quatro, cinco vezes. Uma época, nós estávamos

reformando lá onde que eu moro e tinha alugado a casa lá encostadinho e estava com um sobrinho que tava com câncer, então nós estávamos naquela situação de a qualquer momento uma notícia trágica. E, de repente, uma e meia, duas horas da manhã sei lá, bateu na porta: Marina, Marina. Eu assustei e pensei o que: morreu meu sobrinho, né? Eu não tive... minha irmã foi atender a porta, era essa dita... era essa mais duas amigas num carro toda lambrecada de sangue, o rosto... Aí eu cheguei lá no carro e falei: Uai minha filha, mais uma vez. Aí é assim que você me trata. Eu falei: Uai você quer que eu faça o quê? Eu não posso fazer por você. Você me procura, eu requisito exame médico, você não faz. Eu não tenho a prova material, como é que eu vou instaurar o procedimento? Ah mais... Aí eu falei: Não, você pode ir. Liguei na delegacia, pedi pra poder... normalmente à noite eu deixava as requisições assinadas. Pedi para ela passar lá e esse dia ela passou. Ela passou na delegacia, pegou a requisição e foi no médico, foi num médico particular. Problema dela, ela não foi no médico legista. E aí registrou o BO, teve peito nesse dia e registrou o BO. Bom, passou um dia, dois dias, uma semana nada. Então, busquei, fui atrás, ah tá aqui comigo o laudo. Então, eu quero o laudo... ah!! Babababá... Olha, pra encurtar. Eu já tinha baixado a portaria, instaurando o procedimento, que eu já tinha cansado daquela situação e aí eu fui na casa dela, peguei, levei ela pro meu gabinete e eu tomei o depoimento dela, porque ela não queria que ninguém soubesse que ela estava ali. Aí ela perguntou pra mim:- mas por quê?, não sei o quê... Aí eu falei: Escuta aqui, eu posso ser honesta. Você é uma mulher bonita, uma mulher que não precisa dessa pessoa, eu não sei o que você quer, ou você é literalmente apaixonada por esse homem, ou você vive à sombra da, entre aspas, posição social que ele te oferece, que você é que dá a posição social pra ele. Ela ficou assim parada. Bom, fiz inquérito. Um belo dia chegou um advogado lá, com uma retratação assinada por essa mulher, aí eu falei pra ele: - Escuta meu filho, você deve saber tanto quanto eu que nas ações públicas não tem retratação. - É mas ela não quer. - Tudo bem, mas eu não posso arquivar inquérito. Peguei aquilo e juntei nos autos e mandei pro fórum. Um belo dia, encontrei com ela num posto porque ela sumiu de mim, depois disso. Encontrei com ela no posto de gasolina e ela já veio cabisbaixa e eu falei: - Escuta aqui, eu posso te fazer uma pergunta? Você assinou assim, assim, assim. Ela falou: - eu assinei, não sei nem o que que eu assinei. Você sabe que nessa retratação, o que que ela dizia? Que a lesão que ela tinha no rosto foi provocada no momento em que ela abriu a porta do carro, viu, e bateu no rosto dela. Eu nunca vi dizer, não sei se você vai concordar comigo, que, ao abrir a porta de um carro, você leva uma pancada contundente e que te rompe toda a mucosa interna da boca. Eu nunca vi isso na minha vida. Aí eu fiz de conta que acreditei. Passado um tempo, nem lembrava mais daquilo, porque isso pra mim era tão corriqueiro lá que pra mim era indiferente se é você, se é a Maria, se a Joana, eu estava cumprindo com a minha obrigação. Uma amiga minha falou:- Marina, mas hoje eu fiquei com dó de você. - Que que foi? Um pessoa do fórum, uma que era assistente de um juiz. Ah! Um fulano foi ser ouvido, aí o juiz quando perguntou, ele falou: - não, que você estava perseguindo ele politicamente. Falei:_ Escuta aqui, ele que bate na mulher, eu que persigo. Quer dizer, então, só pra você ver como que é. Quando a pessoa toma coragem de fazer e você tem que às vezes incentivar (...) porque tem umas que viram freguesa, vai de manhã, vai de tarde (...) quer dizer, vira costume levar pancada. E tem muitas e como tem (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

A relação conjugal, por vezes, se estabelece, por meio de negociações realizadas, mesmo que de forma velada, entre o casal. Compreender as prioridades de cada uma das partes do relacionamento e desconstruir certas concepções

preconcebidas é fundamental para vislumbrarmos, com mais clareza, por quais motivos uma pessoa se sujeita a um relacionamento violento. Essa é uma tarefa que exige sensibilidade, principalmente, porque um olhar externo, provavelmente, não consegue captar, na íntegra, os pontos de negociação, nem os medos e angústias que estão impregnados nessas vivências. Casos, como o que a delegada aposentada relatou, refletem a realidade de muitos relacionamentos da sociedade de Aragarças e Barra do Garças, não apenas da década de 1970 e 1980, mas da atualidade. Complementando, a delegada aposentada, ainda ratifica a ideia de que a violência contra mulheres, não ocorre apenas em famílias, economicamente vulneráveis:

Aí você fala assim: Marina será que a violência doméstica acontece só lá periferia? Vamos imaginar que Barra do Garças fosse uma cidadona, que tivesse uma favela. Eu te respondo que não é. A mulher da favela, a mulher pobre (...) ela tem coragem de ir, hoje ela tem coragem de ir e denunciar. Certo. A mulher madame, aquela que se veste, sei lá que se esconde atrás de uma posição social, essa sim, ela sofre violências domésticas muito sérias e raramente denuncia. Por quê? Ela tem vergonha. A amiga, mulher de não sei de quem, vai ficar sabendo. A rádio Difusora, o Antônio Carlos vai falar, sabe? Isso é bobagem. Até quando? (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Cabe, ainda, destacarmos a existência da violência psicológica, muitas vezes, relegada ao esquecimento, para não mencionarmos descaso. Especialmente, por conta da infraestrutura inadequada das Delegacias Especializadas, na Defesa das Mulheres. Ao perquirirmos Marina Prudente acerca do atendimento ofertado para as ocorrências relacionadas à violência psicológica, ela destaca as dificuldades enfrentadas, no cotidiano da profissão, e como isso implicou na solução desses casos:

Ah! Essa... Ah, aí você tem que ter sabe... é questão de estrutura. Não adianta você querer fazer se você não tem estrutura. Por exemplo, nas delegacias isso faz parte do projeto, na lei que cria prevê tudo isso. Aí vem a vontade que eu falei no começo, a vontade política se você quiser fazer. Mas, você delegada de polícia, você vai fazer. O salário seu, às vezes, não dá nem pra você se manter. Hoje a realidade é outra (...). Era muito difícil, aí você tinha que fazer o trabalho, aí você tem que ser ali padre, psicólogo, assistente social, polícia, amiga, você só não podia ser amásia, o resto você podia ser tudo (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

No município de Aragarças ainda não foi instalada a Delegacia especializada para a defesa das Mulheres. Em razão disso, os atendimentos às mulheres

submetidas à violência ocorrem, na mesma Delegacia em que são recebidas outras ocorrências. De acordo com o 2º Sargento Dayan Carlos dos Santos Gomes não se estabeleceu essa delegacia especializada, em Aragarças, por uma “Questão de infraestrutura e de investimento do governo (...)”³³. Ele também argumenta que Aragarças “[...] é uma cidade bem distante da nossa capital goiana, cerca de 410 quilômetros, e, até então, não foi apontado nenhum interesse nesse sentido (...)” (Entrevista realizada em Aragarças, 2012). Diante da carência de um atendimento específico às mulheres do município, o sargento explica que uma Delegacia especializada na defesa das mulheres:

[...] direcionaria a mulher para aquele atendimento específico. Daria para as mulheres um atendimento melhor, com mais atenção, com mais qualidade. Então, acredito que se por ventura instalasse uma delegacia específica da mulher, com certeza, esses níveis de ocorrência também iriam facilitar pra diminuir cada vez mais (Entrevista realizada em Aragarças, 2012).

Inegavelmente, eram e continuam sendo muitos os episódios de agressões física e/ou psicológica sofridas pelas mulheres. Contudo, romper os laços que uniam e unem agressor e vítima era e é uma luta cotidiana. Observamos, a partir dos relatos, que as limitações para o rompimento desses laços envolviam dependência financeira, status social, concepção da sociedade acerca do matrimônio e da separação conjugal. Um olhar externo alheio às dificuldades enfrentadas, aos medos e angústias dessas mulheres, pode aferir um julgamento precipitado e insensível com relação ao sofrimento delas.

Ao longo dos anos, com a criação das delegacias especializadas na defesa das mulheres e de legislações que começaram a punir, com mais severidade, as ocorrências de violência, pudemos verificar, a partir dos relatos, que as mulheres ficaram mais dispostas a denunciar e a procurar um amparo jurídico para solucionar problemas. Contudo, concordamos com Marina Prudente de que a violência contra

³³ A criação das delegacias da mulher é feita através de decretos e leis estaduais. Não há um modelo único de legislação que regule a existência desses órgãos. Apenas em 2005, com a edição da Norma Técnica, é que se estabelece uma definição sobre quais as condições de infra-estrutura e recursos humanos e materiais mínimos para seu funcionamento. Mas é importante lembrar que esta adequação depende dos investimentos pelos governos dos estados. A legislação que cria as delegacias da mulher nos estados não está disponível nem é de fácil acesso. As poucas informações disponíveis são aquelas que se encontram nos estudos produzidos em alguns estados brasileiros (SANTOS; IZUMINO, 2008, p. 20).

as mulheres é um tema complexo e que deve ser tratado, não somente no efeito, mas também na causa.

2.3. VOZ E AUTONOMIA: UMA CONQUISTA DO DIA A DIA

Teresa Kleba Lisboa, no artigo “O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais” argumenta que:

[...] o Fórum Econômico Mundial, comprometido com a melhoria das condições do mundo, elaborou o documento “Empoderamento das Mulheres - Avaliação das Disparidades Globais de Gênero” (FEM, 2005), definindo cinco dimensões importantes para o empoderamento e oportunidade das mulheres: participação econômica; oportunidade econômica; empoderamento político; conquistas educacionais; saúde e bem-estar³⁴ (LISBOA, 2008, p. 01 e 02).

Depreende-se, então, que profissionalização, abertura de mercado de trabalho, educação, saúde e bem-estar são pilares para o empoderamento e, conseqüentemente, para a construção da autonomia das mulheres. Na concepção de Ardaillon e Caldeira (1984 apud PINHEIRO, 2008, p. 35) para as mulheres se

³⁴ 1. **A participação econômica de mulheres** – diz respeito à presença das mulheres no mercado de trabalho em termos quantitativos; é importante aumentar a renda familiar e estimular o desenvolvimento econômico nos países como um todo. As sociedades precisam ver as mulheres menos como receptoras passivas de ajuda e mais como promotoras de dinâmicas de transformação.

2. **Oportunidade Econômica** - diz respeito à qualidade do envolvimento econômico das mulheres; internacionalmente, as mulheres estão concentradas, na maioria dos casos em profissões consideradas “femininas” como enfermagem, serviço social, magistério, cuidado de idosos e enfermos - e tendem a permanecer nas categorias trabalhistas inferiores às dos homens: faxineiras, domésticas, serviços de limpeza e outros. *coberto*); [sic] trabalhadoras profissionais e técnicas (em relação ao percentual total

3. **Empoderamento Político** - diz respeito à representação equitativa de mulheres em estruturas de tomada de decisão, tanto formais quanto informais, e também ao seu direito à voz na formulação de políticas que afetam a sociedade na qual estão inseridas. A ausência de mulheres nas estruturas de governo significa inevitavelmente que prioridades nacionais, regionais e locais – isto é, como os recursos são alocados – são definidas sem participação significativa de mulheres, cuja experiência de vida em relação aos homens proporciona a elas uma compreensão diferenciada das necessidades, preocupações e interesses.

4. **Conquistas Educacionais** - é o requisito fundamental para o empoderamento das mulheres em todas as esferas da sociedade. Sem educação de qualidade as mulheres não conseguem acesso a empregos bem-pagos do setor formal, nem avanços na carreira, participação e representação no governo e influência política. Educação e alfabetização reduzem índices de mortalidade infantil e ajudam a diminuir as taxas de fertilidade.

5. **Saúde e bem-estar** - de acordo com a Organização Mundial da Saúde, 585 mil mulheres morrem a cada ano, mais de 1.600 por dia, de causas relacionadas à gravidez e ao parto; dos 46 milhões de abortos anuais em todo o mundo, cerca de 20 milhões são realizados de forma insegura e resultam na morte de 80 mil mulheres por complicações; As taxas de fertilidade de adolescentes e o elevado número de gravidez na adolescência também são incluídas como indicadores de riscos à saúde entre mulheres de 15 a 19 anos (LISBOA, 2008, p. 01 e 02).

tornarem “[...] um indivíduo pleno, constituído autonomamente, identificado com a condição humana, ela deve lutar para ‘se fazer’, tendo como referência o seu desejo por igualdade”.

Sabe-se que, nos municípios de Aragarças e Barra do Garças, a grande maioria das mulheres sempre desempenhou atividades que geravam renda, principalmente porque, em muitos casos, enquanto os esposos se aventuravam no garimpo, com o sonho da riqueza, cabia às mulheres a manutenção da família, conforme lembra a professora Zélia Diniz:

Era o trabalho da mulher que dava uma sustentação permanente porque até então ainda havia garimpos, a não muito tempo ainda havia garimpos. E o destino dos garimpos era dos homens, eram os homens que iam para o garimpo e as mulheres que ficavam em casa com as crianças e quase sempre mantendo a família, a sustentação da família, porque o garimpeiro ia para o garimpo, mas ele era mantido por um sócio, alguém de melhor poder aquisitivo mantinha o homem lá na garimpagem, dava o saco de alimentos e as ferramentas e ele ia aventurar. Quando encontrasse, quando dava a sorte de encontrar os diamantes, aqueles diamantes eram divididos com o patrão que patrocinou a sustentação do garimpeiro, se não fosse terra do patrão, fosse terra de outro tinha que pagar 10 por cento pelo uso do solo, pela colheita, então ficava 90, 45 pro patrão e 45 pro garimpeiro (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

Segundo a professora Zélia Diniz, muitas eram as atividades desempenhadas pelas mulheres, tais como doceiras, lavadeiras e professoras. Essas atividades eram fundamentais para a renda familiar, tornando as mulheres, em muitos lares, o arrimo da família:

Lavando roupa, pescando, agora, as pescarias assim como eu falei em tempo de cardume, mesmo em tempo de cardume, fora das passagens dos cardumes a pesca normal ali na beira do rio, ali no barranco, carregar água, entrar pelo cerrado para colher frutos, colheita de frutos, venda de frutos, venda, como você vê na feira hoje... não tinha feira, como você vê... os saquinhos com murici, com o pequi, isso acontecia, os homens, as mulheres. As mulheres principalmente iam colher frutos, colher pequi, colher buriti para fazer as bolas, os doces de buriti. Bolas, doces de buriti, com crianças... as mulheres com seus filhos, com as suas crianças, faziam e vendiam, saíam vendendo nas casas, colher coco para tirar, fazer azeite, o azeite de coco. (...) E o trabalho: a escola, crianças, as mulheres ficavam com crianças na escola, como professoras. Professoras, então muitas vieram de fora, pelo menos da Fundação, muitas vieram e outras foram aproveitadas pela capacidade, sem titulação. Mais tarde foi em 66, o Colégio Madre Marta criou o curso de magistério, a escola normal; aí, então, todas as professoras leigas da região, Aragarças, Barra do Garças. O Pontal ainda não tinha despontado como cidade, eram poucas casas ali, bem no início e na beira do rio, mas o Pontal logo teve sua escolinha que está aqui bem próxima da entrada. Também as professoras, toda

professora leiga foi fazer o curso normal no Colégio Madre Marta (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

As informações levantadas durante a pesquisa apontam que o trabalho sempre fez parte do cotidiano dessas mulheres, mas foi, ao longo dos anos, que elas adquiriram mais espaço no mercado profissional e conquistaram outros cargos que, por muito tempo, foram exclusividade dos homens. Neusa Auxiliadora Sales lembra que sua mãe, com o apoio de seu pai, foi a primeira mulher taxista em Aragarças e em Barra do Garças, rompendo com o preconceito da sociedade:

Minha mãe era muito dinâmica, ela ajudava meu pai no Aeroporto, trabalhou muito tempo no bar ajudando papai, meu pai tinha uma terra. Minha mãe aprendeu a dirigir, que na época dela quem dirigia... era discriminada essa função de mulher dirigir pela sociedade. Inclusive um amigo do meu pai, que naquele tempo existia amizade mesmo, chamou meu pai em particular, conversou com ele. Aí meu pai falou: - não, ela vai me ajudar e eu confio nela e vou deixar ela. Aí mais tarde meu pai... veio o financiamento de carro, meu pai financiou os carros, montou o táxi e ela tirou a carteira dela em Goiânia, de taxista. Foi a primeira taxista em Aragarças, em 1973 ela começou essa função. Primeira taxista em Aragarças e Barra também (...) (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

Assim como a mãe da entrevistada Neusa Auxiliadora Sales, muitas outras mulheres reconheceram no campo profissional um espaço fértil para o seu empoderamento e conquista da sua autonomia. Em razão disso, destacaremos, neste tópico, algumas vivências de moradoras das cidades de Aragarças e Barra do Garças, no intuito de observarmos como se deram as relações de poder, tanto no ambiente profissional quanto familiar.

Objetivamos, neste momento, destacar as experiências de mulheres da região, observando-as, de forma analítica, evidenciando sua trajetória de vida e suas atividades profissionais, desestabilizando, assim, concepções cristalizadas e ressignificando as relações de gênero.

Possivelmente, essas mulheres agiram espontaneamente e, sem nenhuma, ou, ao menos, com pouca orientação, de ordem feminista. Dorina da Cruz dedicou-se, em torno de quatro décadas, à atividade de parteira, na cidade de Barra do Garças. Teve oito filhos legítimos e dois adotados. Ao se mudar para Barra do Garças, auxiliava no sustento da sua família, fabricando e vendendo sabão e limpando, segundo sua fala, “[...] bucho de vaca”: “Os meninos era trabalhando, fazendo pão,

vendendo pão na rua. Eu limpando bucho de vaca e botava eles pra vender bucho de vaca pra fazer linguiça. Era assim, fazia sabão e botava eles pra vender” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

O esposo de Dona Dorina da Cruz, como relata a informante, ora trabalhava com os fazendeiros, ora tirava: “[...] pedra lá em riba daqueles morros ali, hein. E cortando lenha pra vender, e tirando pedra pra vender e eu limpando bucho de vaca e fazendo sabão. Nosso sustento era só três saco de arroz e três saco de farinha. Toda vida dá” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Levando-se em consideração a quantidade de mulheres que permaneciam na residência, aguardando o dia do parto, a despesa doméstica dessa família era aumentada, significativamente. A entrevistada rememora que a sua residência “Era cheio o dia todim, aquele mundo de mulher buchuda. Aqui, essa sala aí, era tudo cheio. Era muito mesmo” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012). Ela explica ainda que foram construídos três quartos com banheiros para receber as grávidas e especifica: “[...] cada quarto tinha três cama, nove cama. Tudo tinha mulher de nenê. Às vezes eu ainda trazia aqui pro meu quarto. Botava mulher. Ia chegando, ia ganhando e eu trazia pro meu quarto (...) pra desocupar pras outras que ia chegando” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012). Entretanto, normalmente, as mulheres que iam para a sua residência não contribuíam com a despesa doméstica, conforme ela menciona:

Não, ajudava não. Que às vezes assim eles trazia. Só teve assim um senhor Orlando lá de Torixoréu que quando ele vinha deixar a Maria pra criá, aí ele comprava, sempre ele ia ali e comprava assim uma polpana de carne, trazia meio saco de arroz limpo. Aqui pra você e suas mulher. Deixava aí pras mulher comer (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Apesar de todas as dificuldades financeiras, Dorina da Cruz desempenhou a função de parteira, por décadas, e conquistou o respeito e a admiração de muitos profissionais da área da saúde que atuam na região. Ela discorre acerca da forma respeitosa com que é tratada pelos médicos:

[...] o doutor achava era bom, eles num importava não. Eles achava era bom. Mandava eu anotar todos os meninos que nascia todo mês, todo dia nascia um menino e eu marcava o dia, marcava a hora e o registro eu que dava. O registro... lá na prefeitura fazia o registro pra ir lá na prefeitura,

assinava tudo lá, deixava lá. E eles achava era bom. No que se a mulher ficasse fraca. Algumas vezes esgotava muito e ficava muito fraca, aí eu ia lá e chamava o doutor e ele vinha aqui e passava o soro. Aí quando acabava eu tirava o soro, já tava recuperada, né? Aí eu ia lá e falava: doutor já tirei o soro da mulher, tá boa, já foi embora. Aí ele achava bom... até hoje eu falo com o doutor lá (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

A entrevistada ainda revela que, quando visita a maternidade, localizada no Pronto Socorro Municipal de Barra do Garças, a qual, em homenagem a ela, foi nomeada “Maternidade Dorina da Cruz Silva”, sempre relembra procedimentos médicos por ela adotados, no momento de realizar um parto:

[...] eu de vez em quando eu vou lá e eu falo pra eles como é que é. Esses tempo mesmo eu fui lá no pronto socorro, na maternidade. O doutor eu não quero... Dr. Orlando o senhor tá de parabéns e eu não quero que o senhor sai daqui porque quando o governador me deu isso aí eu pus primeiramente o nome do Dr. José Maria, depois o nome do senhor e da doutora Elaine, mas aí a doutora Elaine pegou e saiu, né? E eles tão lá até hoje e o senhor não é pra sair de jeito nenhum e num é também pra fazer cesárea à toa. É só se tivé precisão. E falei pra ele: o sintoma da precisão é atravessado ou eclampse, sem dor pra salvar a mãe, se a mãe for morrer o senhor tira o menino, nem que o menino morre, mas salva a mãe, né? E (...) hemorragia sem dor, também é... tira o menino e salva... Morre o menino, mas salva a mãe. Não é. Isso aí que é importante, isso aí. E ele achou bom... nossa senhora. Eu chego lá e eles me abraça e é aquela coisa e eu falo (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

E, quando arguida se algum profissional da saúde já solicitou orientação a respeito de algum procedimento utilizado por ela, responde que:

Já. Eu já falei pra eles assim: ó, doutor, o senhor num tira o menino antes da hora e também assim: não coloca o ferro pra puxar a criança e não pode também tirar antes do dia. Tirar assim antes da hora, deixar que ele nasça por si. Quando vazar, quando a bolsa... começa apontá a bolsa que enche lá, você pega a pinça, pá!! vaza a bolsa e o menino nasce. É... tranquilo. Num mexe com nada. Não precisa nem pique, nem nada (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Além de desenvolver a atividade de parteira, Dorina da Cruz ainda tinha que dispensar tempo aos filhos e realizar as tarefas domésticas. Segundo ela, o seu esposo a auxiliava em algumas situações: “Pra limpá a casa, essas coisas não. Varria, varria, mas limpá casa não” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012). Contudo, com relação aos filhos, ele era sempre presente, tanto que ele: “Cuidava, ajudava... às vezes eu ia sair assim pra olhar mulher pra fora e ele ficava pra olhar os meninos. E fazia comê, fazia café dava pra eles, fazia chá, servia leite e dava pra eles” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Deparar-se com um ambiente familiar da década de 1970, em que o homem contribui com os afazeres domésticos, demonstra o rompimento com alguns valores patriarcais, segundo os quais cabia, às mulheres o cuidado com a casa e filhos, e aos homens a manutenção do lar. Por essa razão, é que acreditamos ser interessante o mergulho no dia a dia dessas mulheres para capturarmos detalhes como esse.

Dona Dorina da Cruz relatou já ter ouvido falar em feminismo. Contudo, não se detém a informações acerca desse movimento. Notamos que ela com toda a sua humildade e simplicidade obteve, pelas ações do seu dia a dia, o respeito dos profissionais da área em que ela atuava. Consegue se fazer ouvir até mesmo entre os mais reconhecidos médicos do município. Notamos, nas vivências dessa parteira, que embora tenha tido pouco acesso aos meios de formação, é protagonista de sua própria história, ao experienciar sua autonomia e trabalho pelo bem-estar da comunidade. Atualmente, Dorina da Cruz, com seus 84 anos realiza palestras nos cursos de enfermagem da cidade. Além disso, orienta e auxilia idosos da cidade a obter a aposentadoria junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

A professora Braulina Morbeck, por sua vez, recorda que realizou o curso de Licenciatura em Letras, sua segunda graduação: “[...] quando foi criada a unidade da UFMT, aqui na Barra, em 81. A movimentação da instalação, da criação, da fundação aqui foi em 1980 e começou realmente a funcionar em 1981” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012). Ela iniciou Bacharelado em Direito em Uberlândia em 1971; nesse período já estava casada e com dois filhos. Obteve o apoio do esposo e do seu pai para estudar, conforme ela explica:

Agora, o meu pai sempre viveu adiante do tempo dele, então, o sonho dele era ver os filhos estudados e o meu marido, graças a Deus, ele... nós tínhamos um pacto porque ele era motorista, viajava muito e amava a profissão de motorista e ele fazia aquilo por vocação. Então, eu falava: então é vocação por vocação. Eu não interfiro nas questões do seu trabalho e você não interfere nas minhas. Então quando eu falei que eu ia fazer o curso em Uberlândia, ele não se opôs, deu a maior força. Às vezes ele ia até Goiânia e eu vinha de lá pra gente se encontrar ali. E outra, o curso lá em Uberlândia, ele não era curso com frequência 75%, frequência obrigatória. Ele era um curso com frequência 50% obrigatória. Isso já facilitava (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Segundo o relato, o pai foi um parceiro na formação intelectual da entrevistada, na medida em que além de apoiá-la na decisão de se profissionalizar, ainda cuidava

de seus dois filhos, durante o período em que ela estava em Uberlândia, estudando e seu esposo trabalhando. Ela evidenciou, ainda, que seu esposo a auxiliava, providenciando o que fosse necessário para o bem-estar da família:

Assim, não essas atividades de casa, por exemplo, houve um fato interessante. A gente se dava muito bem, muito, muito, muito bem. Tanto que até hoje eu lembro dele assim... é... parece que ele não foi embora, sabe? E houve uma época que eu fiquei sem ter uma pessoa pra ajudar em casa, então, às vezes ele trazia comida de fora, mas aí tinha louça pra lavar, aquela coisa toda. E houve um dia lá que ele não conseguiu ninguém porque ele não era muito de fazer, mas era de providenciar. Certo, não deixava faltar nada. Providenciava tudo. E ele não achou uma pessoa para lavar a louça e ele não queria que eu chegasse do trabalho, da escola e a pia estar cheia. Disse que foi lá lavar as vasilhas e começou a se sujar todo, então pôs um avental e disse que toda hora olhava no relógio porque ele não queria que eu chegasse e o encontrasse... Mas, ele mandava fazer [...] (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

A principal preocupação em evidenciar o processo de formação dessas mulheres se dá pelo fato de acreditarmos que a visibilidade feminina e o *empoderamento* das mulheres – sendo esse último “[...] entendido como a autoafirmação das capacidades das mulheres para sua participação, em condições de igualdade, nos processos de tomada de decisões e de acesso ao poder” (Pereira; Rambla; Silva; Ciriaco, 2010, p. 425 e 426) - tem sua construção fundada em diferentes pilares, sendo um deles a educação.

Nessa perspectiva, Marie France Labrecque, no artigo “Transversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das mulheres?” argumenta que, conforme o Conselho Europeu: “[...] é necessário que as mulheres e os homens participem de maneira igual na vida pública e que cada um conquiste a independência econômica. O meio de atingir essa participação e essa independência seria a educação” (LABRECQUE, 2010, p. 902). Nessa perspectiva, acreditamos ser interessante focar o processo de construção do conhecimento formal das mulheres entrevistadas, o qual é fundamental para a construção da igualdade entre os gêneros, tanto na vida pública quanto na doméstica.

No que tange a sua formação intelectual e sua atuação profissional, a professora Brulina Morbeck recorda:

Eu, desde os 16 anos trabalhava porque mesmo quando eu estava no internato eu dava aula. Porque no internato era assim: as irmãs Salesianas

eram contratadas pelo governo para dar aula. Em Guiratinga, por exemplo, ficava o internato assim de frente ficava o prédio onde funcionava o Ensino Fundamental. E como eu gostava muito de estudar, eu dava aula no lugar das irmãs. Ao invés da irmã ir lá dar aula, ela fazia uma outra atividade e eu dava aula, até porque pra minha família pagar o internato... eles não tinham condição porque o internato era muito caro e o Bispo Dom Camilo Faresin e a irmã Joaquina e irmã... esqueci o nome da outra (...). Essas duas irmãs é que conversaram com o Bispo e me indicaram e ele me ofereceu a condição pra eu estudar no internato sem pagar. Então eu dava essas aulas para as irmãs assim com o maior contentamento porque elas também me davam a educação que eu estava recebendo, né? E o meu pai foi assim um pai fora de sério. Exemplar. Então, a minha mãe ela teve é... quando eu lembrar o nome eu falo(...). Esqueci. Então a minha mãe quando eu tinha seis anos ela adoeceu, quer dizer eu não tive aquela ligação maternal, porque ela ficou doente e naquele tempo não tinha cura essa doença dela. E aí meu pai falava assim: essas meninas estão ficando mocinhas, aí vêm as questões que eu não vou saber orientar, então eu tenho que dar um jeito de mandá-las para o Colégio das irmãs Salesianas, elas vão saber dar a orientação correta e tal. Aí a minha irmã foi primeiro, depois que ela voltou já era a minha idade e eu fui. Mas, Dom Camilo quando viu que eu gostava de estudar, que essa época que eu estudei no Merúri foi papai mesmo que pagou, aí Dom Camilo ofereceu o Colégio lá pra gente, por isso que eu fui estudar (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

A trajetória profissional, que se iniciou em sua adolescência, permaneceu, ao longo de sua vida, conforme ela explica: “Saí do internato e continuei dando aula. Foi a época que foi criado o Ginásio Estadual de Barra do Garças, aqui, e eu recomecei dando aula. Dei aula até de Francês. (...) comecei dando aula no Antônio Cristino Côrtes que era grupo escolar” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

A entrevistada argumenta, ainda, que realizou o curso de Direito, em função das condições oferecidas por essa graduação, tendo em vista que, por conta de suas atividades profissionais, não poderia se ausentar integralmente do município de Barra do Garças:

Eu fiz direito porque era o curso superior que na época eu tinha condição de fazer, porque não era frequência integral. Dava para eu sair. Nessa época, 71, foi 71 que eu comecei direito, eu era diretora do Filinto Müller. E como diretora, eu tinha essa condição de sair e ficar quinze dias, entendeu? Porque se eu estivesse na sala de aula não teria essa condição. E como eu estava na direção e a gente trabalhava numa equipe assim muito harmoniosa mesmo, eu saía não tinha problema. Problema nenhum. O Prefeito sabia, que era Valdon Varjão na época, outra época era Ladislau Cristino Côrtes. Então não tinha... eu não temia que alguém fosse levantar alguma questão por esse motivo.

Olha, Valdon Varjão foi um parceiro, quando ele estava na prefeitura. Mesmo fora da prefeitura. Auxiliou muito, mas muito mesmo. Aí eu comecei a dar aula no grupo escolar, depois do grupo escolar quando passou a ginásio estadual de Barra do Garças, aí foi funcionar naquela escola onde hoje é o Filinto Müller, só que ela não era aquele tipo. Era uma casa que

estava caindo os pedaços. Eu assumi a direção lá, junto com o Pedro Peres Bilego que na época era Delegado de Ensino. E a gente como foi criado juntos, aqui, tinha um entrosamento muito bom e conseguimos reformar aquela escola. Aí começou a funcionar o ensino fundamental num período que eu não lembro mais e à noite que era o ensino médio. E lá eu fiquei por cinco anos. E depois saí, em 85, final de 85, e em 86 eu entrei na Universidade (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

A professora Braulina Morbeck continua o relato de sua trajetória profissional, evidenciando o processo de seleção adotado para compor o quadro de servidores da UFMT e sua atuação dentro da Universidade, como discente e docente:

Era processo seletivo. Na época a gente falava assim: você tem que prestar o concurso, concurso público. Eu prestei o concurso público e eu já estava dando aula, porque eu fiquei um ano trabalhando como professor... hoje, a gente fala professor contratado, substituto. Na época em que eu entrei, era professor visitante, e eu fui designada para trabalhar como professora visitante, trabalhei um ano. Eu terminei a universidade num ano, no ano seguinte eu entrei trabalhando quatro disciplinas. Achei assim que judiaram de mim. Aí o Albérico falou: era pra judiar mesmo. Albérico era diretor. E... entrei trabalhando, assim, umas disciplinas pesadas. Que trabalhava Literatura, trabalhava a Língua Portuguesa mesmo, a parte de gramática e trabalhava... naquela época a gente não falava Linguística. Mas foi muito bom. Na Universidade eu fui... eu entrei no movimento do DCE, fui membro do DCE e, já velha, e fazia movimento lá com os meninos. Fui monitora. Tudo que tinha lá eu queria estar no meio. É... porque eu fazia aquilo por amor (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Durante o período em que a entrevistada esteve no quadro de servidores ativos da UFMT, ela esteve à frente, em cargos de chefia, como coordenadora do Curso de Letras, Chefe do Departamento de Letras, Supervisora de Ensino de Graduação e Diretora do Instituto de Ciências e Letras do Médio Araguaia:

Eu me lembro assim que primeiro eu fui chefe de Departamento, chefe de Departamento de Letras, depois fui coordenadora do Curso de Letras. Daí para frente eu fiquei várias vezes chefe, chefe do Departamento de Letras. Quando foi em 94, houve eleição pra Direção do Instituto. Foi 94? Foi. E eu me lembro como hoje, chegaram na minha sala cinco técnicos administrativos. Falo cinco porque o Bonfim estava junto. Era a Eloisa, a Nereida, a Jô, o Bonfim e a menina que foi pra Goiânia... a Goreti, é Maria Goreti. Eles chegaram e falaram assim: Olha, depois de amanhã está encerrando a inscrição pra Diretor do Instituto e nós viemos aqui não foi pra fazer um pedido, não foi nada, é uma exigência, queremos te acompanhar para ir lá para se inscrever. Eu falei: Vocês estão brincando. Eu sei que terminaram me convencendo. Aí eu fui me inscrever. Eram cinco candidatos. Deixa ver se eu lembro. Emerson, Valdemar, aí... estou lembrando a pessoa, mas não estou lembrando é o nome. Bom, Paulo Jorge (...) Aí ,depois, veio aquela campanha ... naquela época fazia campanha mesmo, né? Tinha é... como é que se diz... você senta lá pra falar, esqueci até o nome agora. (...) Eu sei que no final, dois desistiram e a disputa mesmo foi entre mim, o Emerson e o Valdemar. Só nós três. Aí eu

fui eleita. E falamos assim: Nós vamos fazer um mandato assim conjuntamente, né? Vamos ver quem adere, não tem esse negócio de ser Departamento de Letras, de Departamento tal. Vamos ver quem adere, aí não houve como juntar os Departamentos, juntamos as pessoas. Muitos dos outros Departamentos somaram conosco e aí nós fizemos. Até hoje eu tenho uma cópia aqui, lá deve ter um calhamaço assim que foi o nosso Plano de Ação. No Plano de Ação eu pedi que tivesse o plano da biblioteca, o plano dos alunos, o plano dos professores, o plano dos técnicos, então tem o documento lá pra ver as previsões. O que a gente pretendia fazer. Foi nessa época que a gente conseguiu asfaltar aquele trecho do Pontal para lá, iluminar, praticamente construir o Ginásio de Esportes, porque estava lá aquele elefante branco acabando, tiraram até o telhado. Refrigerar a biblioteca porque ninguém aguentava ficar dentro daquela biblioteca, o calor que era. Aí foi assim, o pessoal que trabalhava na biblioteca pediu e cada um foi pedindo. Esse foi o projeto que eu apresentei como candidata. Ah! tinha o micro-ônibus. Quando eu apresentei o projeto lá em Cuiabá, gente, mas o povo deu risada. E eu lembro do professor Olímpio lá na plateia, assim, mas ele aplaudia e me dava força assim... sabe? mas isso é uma coisa tão boa de você ver... o seu pessoal ali. Inclusive o Valdemar que era concorrente, lá, dando força sabe? Foi muito bom e o certo é que nós conseguimos fazer quase tudo (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Durante esse período, ela afirma que não enfrentou dificuldades em função da sua condição de mulher, contudo se sentiu discriminada por razões étnicas:

Houve questões assim, questão relacionada com políticos. Então, houve uma época de secretaria municipal, lá alguma coisa que demonstrou muito claramente que não confiava na minha competência. Agora, toda vida eu acho que eu fui muito aberta e quando essa discussão veio à tona eu levantei logo a questão: Fulana, essa questão que você levanta da minha incompetência é por razão da minha cor, ou é por razão mesmo intelectual? Mas as pessoas não respondem, né? E eu fiquei na dúvida se era por uma questão de eu ser preta, ou se era por achar que eu não tinha competência pra desempenhar aquele cargo (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Embora tenha enfrentado o preconceito por ser negra, ela lembra que, entre seus colegas de trabalho, a postura era de respeito e valorização: “O Paulo Jorge tinha liberdade quando ele ia fazer um discurso (...) de falar assim: é um orgulho pra nós termos uma diretora da raça negra, mas, por parte, assim, de alguns políticos eu senti que havia uma certa discriminação pelo fato da minha cor” (Entrevista realizada em Barra do Garças, 2012).

Sabemos que a nossa sociedade, ainda, segrega de forma velada e explícita, vários grupos como os negros/mestiços, os indígenas, os homossexuais, as mulheres, dentre outros. Notamos, contudo, que a professora Brulina Morbeck demonstrou habilidade para contornar os fatores que a excluía, construindo,

assim, uma trajetória com muita autonomia. A manutenção em cargos de chefia e direção, durante quase todo o período em que esteve como servidora ativa da UFMT, demonstra claramente que sua voz era ouvida por mulheres e homens. Consideramos, neste momento, que muitas outras mulheres também contribuíram com a construção histórica da instituição, atualmente denominada Campus Universitário do Araguaia. Gostaríamos de lembrar que todas essas mulheres aqui evidenciadas são compreendidas de forma relacional, portanto, elas devem ser analisadas como um sujeito que está inserido em um meio social.

Em razão de todos esses motivos, gostaríamos de lembrar que as servidoras Maria Celeste Saad Guirra, Rosilene Lopes Rocha Cardozo, Raimunda Alves Batista, Joselina Barbosa dos Santos, Nereida de Oliveira Soares, Eloisa de Oliveira Lima, Maria Luzia da Silva Venere, Gláucia Margareth Rocha Olivieri, Léa de Oliveira, como muitas outras que estão na instituição, por muitos anos também compuseram esse cenário. É de fundamental importância que suas vozes, no futuro, sejam transcritas, estudadas, porque não restam dúvidas de que elas já são ouvidas, nos dias de hoje. Com base nos dados pesquisados, entendemos que transcrever e analisar as vivências dessas mulheres nos permitem, especialmente, desconstruir certos preconceitos que as taxam como indivíduos que não experienciaram sua autonomia. Isso, na medida em que verificamos que elas não estão excluídas dos registros históricos, à margem da historiografia.

A entrevistada Zélia Diniz também atuou como professora. Para tanto, ela realizou o curso normal em São Paulo: “Nós moramos em São Paulo, em Santos, no litoral. Eu fiquei em Santos até 1959, quando terminei o curso normal e os meus pais, antes, mudaram para o Estado do Paraná, vieram pra lida nas aberturas de terra” (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

Entretanto, antes de trabalhar como docente, a professora Zélia Diniz já auferia renda, realizando faxinas e lavando roupas: “Eu, de Santos (...) voltei pra casa dos pais, formada, com um diploma de professora na mão e fui à luta, fui trabalhar, muito embora eu, desde 12, 13 anos com minhas lidas de faxina, lavação de roupa, eu já dava aulinhas particulares. Tinha meus aluninhos de reforço” (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

Em 1967, quando Zélia Diniz chegou em Aragarças, ela já desempenhava a função de professora, atividade que iniciou no Estado do Paraná, conforme ela rememora:

[...] eu era professora no Estado do Paraná e quando eu vim pra cá, eu vim com uma disponibilidade natural. Como ele veio pra trabalhar no Inkra, eu vim pra trabalhar no Colégio. Foi... Enfrentei assim uma questão de remoção, mas foi nesse meio tempo que aqui extinguiu a Fundação e ele, como já tinha vindo, ele passou pro Colégio, professor, ele assumiu a direção do Colégio e eu... o Colégio no momento era Ginásio e ele logo tratou de criar o científico, aí eu vim trabalhar, dar aula, naturalmente (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

Fica exposto, assim, que a formação intelectual e o desempenho de uma atividade remunerada contribuem com o empoderamento das mulheres, mitigando as circunstâncias que culminariam em relações de submissão. Vemos isso, na medida em que ela contribui com a conquista de um bem-estar material e com a liberdade de pensamento. No que tange a uma atividade profissional, Saffioti (1979 apud CHERON; SEVERO, 2010, p. 1) pondera:

Para a mulher, ter um emprego significa, embora isso nem sempre se eleve a nível de consciência, muito mais do que receber um salário. Ter um emprego significa participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura na vida. Uma atividade ocupacional constitui, portanto, uma fonte de equilíbrio.

A capacitação intelectual, contudo, nem sempre era vista com bons olhos pelos maridos, tanto que Neusa Auxiliadora Sales recorda “[...] o jovem não, mas agora, assim, os casados... Teve muitas mulheres aqui que quando surgiu o magistério, as casadas, os maridos não deixava estudar não. Umas fugia, batia de frente, outras desistia, né? Tinha sim (...)” (Entrevista realizada em Aragarças, 2012) Quando indagamos a respeito do motivo que levava os maridos a não apreciarem o fato de suas esposas estudarem, ela responde “Acho que eles com medo de perder o espaço também, elas conquistarem a independência” (Entrevista realizada em Aragarças, 2012).

A capacitação das mulheres poderia ser perturbadora para muitos homens da época. Contudo, no caso específico da professora Zélia Diniz, o seu cônjuge parecia não se importar. Ela explica que não enfrentou dificuldades no casamento por desempenhar uma função, fora do lar, e isso se deu, na concepção dela, porque seu

esposo a conheceu já trabalhando, como professora. Quando questionada acerca dos cuidados com os filhos, quando estava ausente, ela lembra “Eu sempre tive minhas funcionárias. Crianças pequenas e tal. O povo da roça mandava as moçinhas pra casa da professora pra ajudar a troco de estudar. Isso foi muito comum” (Entrevista realizada em Aragarças, 2011). Segundo a professora Zélia Diniz, as moças que a ajudavam nas atividades domésticas também cuidavam de seus filhos, quando ela estava ausente. Interessante que essas moças que trabalhavam como empregadas se tornaram filhas, conforme ela recorda: “Não serve de regra, mas minhas empregadas domésticas acabaram se tornando filhas e hoje eu sou avó das filhas delas” (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

O esposo da professora Zélia Diniz, como em outros casos pesquisados, não contribuía especificamente com as atividades domésticas, apresentando dificuldades em lidar com práticas simples da rotina de uma família:

Ele nem acendia fogo. Não conseguia nem acender o gás. Uma vez eu... Aliás, eu tive um bebê e tinha outro bebê de um ano, dois, três meses, quando eu voltei do hospital eu encontrei a mocinha de 1 ano e dois meses vestida nas meias dele. Um frio terrível no Paraná, ele vestiu as meias até na coxinha, até em cima porque ele não sabia escolher um macacãozinho pra pôr na nenê. Vestiu as meias de lã dele e um casaquinho (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

Contudo, ela recorda com emoção que seu companheiro a auxiliava, de um modo diferenciado, no cuidado com os filhos:

Minha filha, ele era tão agarrado com os filhos. Cuidar não. Mas, quando ele saía, gostava de pescar na beira de rio, dar uma varinhada, catar frutos no cerrado. Ele jogava tudo em cima do carro e arrastava tudo com ele e como não bastasse os quatro, ainda pegava os da vizinhança toda. Vivia com a caminhonete cheia de crianças andando por aí. Ía pro rio pescar, banhar... (Entrevista realizada em Aragarças, 2011).

Zélia Diniz, além de professora, é escritora, uma das fundadoras da Academia de Letras do Vale do Araguaia e, mais recentemente, atuou junto à prefeitura de Aragarças na organização de uma Fundação de Ensino que oferece cursos técnicos e de nível superior para os moradores da região.

Embora certos direitos dessas e de outras mulheres do Médio Araguaia tenham sido ignorados, fica patente o anseio silencioso delas de serem respeitadas e ouvidas. Notamos, em seus discursos, tentativas de evitarem que fossem limitadas,

reduzidas em suas potencialidades, o que minimizou as possibilidades de serem facilmente moldadas, de acordo com os interesses de seus companheiros, chefes, entre outros.

Pensar essas mulheres em suas pluralidades, expressando as diferentes questões enfrentadas, cotidianamente, foi a forma que buscamos para compreendermos as dificuldades e conquistas diárias, a recepção às ideias pertinentes aos movimentos feministas e às tentativas de romper com os estereótipos e com as desigualdades de gênero.

Buscamos, por fim, identificar nas experiências que as constituíram, os lugares de fala e de dominação, e as circunstâncias de rompimento com as concepções patriarcais naturalizadas. Assim, essas vivências nos permitiram “[...] tecer novas narrativas (...) pontuando suas experiências do lugar de onde falam, falas ainda não reconhecidas historicamente (...)” (CAVALCANTE & LONGO ,2011, p. 48).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) conforta-nos e atenua nossas inquietações saber que será sempre relativa à leitura que fazemos do passado, da experiência passada que nos chega sob a forma de registros/fontes. Assim, nosso esforço de leitura resultou em “histórias de” e não em “A História”. Como única certeza (...) a consciência da nossa incompletude, de nossa impossibilidade de construir “a verdade” sobre o tema, já que o passado nos chega sob a forma de textos, de discursos sobre uma realidade que é complexa, diversa, plural e cambiante (Sant’Anna, 2010, p. 218 e 219).

Nesse estudo, dedicamos a analisar as relações de gênero, nos municípios de Aragarças e Barra do Garças, entre as décadas de 1970 e 1990. Em razão disso, mapeamos os principais lugares em que poderíamos identificar as desigualdades nessas relações, ou a sua ruptura. E, amparadas pelos estudos proporcionados pela História Cultural, reconstruímos, por meio da oralidade, as experiências de mulheres da região.

Registramos, por olhares quase que integralmente de mulheres, as relações de poder, as dificuldades e conquistas diárias, a recepção das ideias pertinentes aos movimentos feministas, as tentativas de se romper com as desigualdades de gênero e a conquista de autonomia e voz. Acessar as experiências dessas mulheres nos permitiu avançar, na compreensão de suas alegrias, resistências e conquistas, como também de suas tristezas, frustrações, dores e medos que nos auxiliaram a completar as peças desse quebra-cabeça que são as relações sociais.

Pensar a trajetória de mulheres, nas décadas de 1970 a 1990, requereu uma compreensão da historicidade da região. Para tanto, reconstituímos os principais focos de migração branca para os municípios em estudo. Destacamos as migrações promovidas pelo garimpo, colônias dirigidas e pelas ações governamentais – como a criação da Marcha para o Oeste, a instalação da Fundação Brasil Central e a realização da Expedição Roncador-Xingu.

Ao retomarmos o surgimento do movimento feminista no Brasil e no mundo, pudemos analisar os desdobramentos das concepções defendidas por ele, na região em destaque. Identificamos em Barra do Garças a existência de dois movimentos de mulheres – Clube do Livro e Círculo da Leitura. Estes não tinham a intenção de protestar contra a opressão feminina ou contra as relações patriarcais. Dentre os

vários objetivos, o principal era o de continuar, por meio da beneficência, ajudar a cuidar da sociedade em que vivem. Constatamos, em Aragarças, outro grupo denominado “Mulheraço”, o qual tinha e tem como intuito valorizar, em vida, mulheres que tentaram romper com o preconceito em uma trajetória de lutas e conquistas.

Por meio da categoria de análise gênero, procuramos compreender o cotidiano das mulheres da região. Enfocamos o mundo doméstico, as atividades profissionais, a presença das mulheres em cargos de chefia, as violências físicas e psicológicas, as discriminações sofridas, bem como questões relacionadas à sexualidade, aos métodos de contracepção, ao aborto, ao planejamento familiar e à prostituição.

As informações recolhidas, no transcorrer da pesquisa, nos permitem afirmar, então, que essas mulheres não articularam ações que enfrentassem diretamente as estruturas patriarcais e, em momento algum, expressaram, abertamente, alguma proximidade com o movimento feminista Europeu, Norte-Americano, ou, mesmo, dos grandes centros urbanos brasileiros. No entanto, acreditamos que as concepções pertinentes a esse movimento atingiram o imaginário das mulheres do Médio Araguaia.

Essa consideração foi confirmada, quando adentramos o cotidiano de tais mulheres. Verificamos que muitas delas exigiam que fossem respeitadas em sua autonomia e não aceitavam a violência doméstica. Buscaram um espaço no mercado de trabalho, estabeleceram-se profissionalmente e adotaram meios de contracepção, adquirindo, assim, maior controle sobre o próprio corpo. Apesar da postura de algumas mulheres, verificamos que, em dados momentos, a relação desigual de poder era tão naturalizada que não suscitava esforços para que fosse transformada.

Constatamos, ainda, que a educação e a permanência em cargos, melhor remunerados, colaboraram com o empoderamento das mulheres, minimizando as possibilidades de serem dominadas. Auxiliaram, por conseguinte, na aquisição do bem-estar material e da liberdade de pensamento. A capacitação intelectual aparece como uma alavanca para se obter mais espaço no mercado de trabalho.

A violência, por sua vez, se tornou o ponto mais delicado de nossas observações, representando, aqui, o ápice da desigualdade de poder entre o gênero feminino e o masculino. Não foi possível obtermos estatísticas dos casos de violência doméstica da região, nas décadas investigadas. Contudo, não foi necessário muito esforço para constatarmos que era uma prática corriqueira, nos dois municípios.

Durante a pesquisa, observamos que muitas mulheres permaneceram por longos períodos, senão durante toda a vida, submetidas à situação de violência. Outras, porém, conseguiram romper com os laços que as mantinham vinculadas ao relacionamento agressivo. Amparadas pelos resultados obtidos, podemos afirmar que foram inúmeros os motivos que as levaram a permanecerem com o agressor. Dentre eles, identificamos a dependência financeira e emocional, o desejo de manter a família e o status social.

Verificamos que o atendimento ofertado às mulheres agredidas, durante as décadas de 1970 a 1990 era realizado de acordo com as possibilidades das profissionais da Delegacia Especializada de Defesa das Mulheres, tendo em vista que a estrutura ofertada pelo governo era insuficiente para atender, a contento, toda a demanda. Conforme relato de uma delegada aposentada, não havia atendimento psicológico, nem jurídico, sendo, em relação a esses dois aspectos oferecidos à sociedade, somente um atendimento paliativo.

Entendemos que essa é uma das problematizações aqui abordadas que merece ser analisada com mais propriedade, em trabalhos futuros. Especialmente, com o objetivo de instigar a comoção da sociedade e dos representantes políticos, para que possam oferecer condições dignas de atendimento às mulheres submetidas à violência física e psicológica, na região. Pesquisas com o intuito de promover a visibilização da temática, em forma de debates e campanhas nas escolas e instituições públicas. Confessamos que esse ponto da nossa pesquisa deixou-nos certo vazio. Sentimo-nos impossibilitadas de fazer algo de concreto no sentido de sanar problemas referentes às questões abordadas, nessa pesquisa. Todavia, foi-nos possível amenizar, com a realização desses estudos, algumas das dores enfrentadas por mulheres, em Aragarças e Barra do Garças.

Com base em todos os pontos discutidos no trabalho, consideramos, por fim, que as atitudes silenciosas dessas mulheres, na busca de mais espaço e voz, contribuíram para que as sociedades de Aragarças e Barra do Garças compreendessem que as mulheres podem, sim, atuar, conjuntamente, com os homens, em condição isonômica, possibilitando, assim, a construção de uma cultura de mais respeito e igualdade nas relações entre os sexos.

Acreditamos que este estudo é tão somente um “pontapé” na compreensão das experiências das mulheres entrevistadas, dos seus enfrentamentos e conquistas, pois estamos convencidas de que muito ainda deve ser realizado para se obter uma compreensão completa das relações de gênero. Relações que se estabeleceram, no período já referido, nos municípios apontados, principalmente, no que se refere à análise das experiências de outras mulheres que também protagonizaram a sua história e a história da região. Com esse raciocínio, entendemos que a análise por nós realizada, possibilitou a construção de material científico que oferece um novo olhar acerca das relações de gênero, em Aragarças e Barra do Garças. As análises asseguram que a memória dessas mulheres seja preservada. E, também que se pensem e repensem novas relações de gênero, evitando reproduzir naturalizações de outras experiências sem que antes descolonizem o olhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, Geralda Pereira. *Breve histórico da mulheração*. Aragarças, 2011.
- CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa; LONGO, Clerismar Aparecido. *As mulheres sertanejas e sua inserção nas fazendas de criar gado em Goiás Século XIX*. In: CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa (Org.) Goiânia: PUC-GO/Kelps, 2011.
- CHERON, Cibele; SEVERO, Elena Erling. *Apanhar ou passar fome? A difícil relação entre dependência financeira e violência em Porto Alegre, RS*. Fazendo gênero 9. 2010.
- COSTA, Ana Alice Alcantara. *O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política*. v. 5, n. 2, 1. sem. Niterói, 2005. p. 9-35.
- ERGAS, Yasmine. *O sujeito mulher: O feminismo dos anos 1960-1980*. Trad. Alda Maria Durães, et al. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente. O Século XX*. Porto: Afrontamento: São Paulo: EBRADIL. 1991, v. 5, p. 583 - 611.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 9ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento de Educação, 2001.
- FACULDADES UNIDAS DO VALE DO ARAGUAIA. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em História - Licenciatura*. 2012.
- FILHO, Manuel Ferreira Lima. *O desencanto do Oeste: memória e identidade social no Médio Araguaia*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.
- FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL, publicação nº 3. *Desbravando o Planalto Central além da Serra do Roncador: Entrevista concedida ao jornal do Brasil pelo Ministro João Alberto Lins de Barros*. Acervo documental da Senhora Vanda de Oliveira Marques.
- FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL. ARAGARÇAS: Plano de urbanização. Publicação da Fundação Brasil Central. Acervo documental da Senhora Vanda de Oliveira Marques.
- GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen. *Ponto de Vista: Entrevista com Joan Wallach Scott*. Revista Estudos Feministas. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, 1998.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro, 2006.
- LABRECQUE, Marie France. *Transversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das mulheres*. Estudos Feministas. Florianópolis, setembro-dezembro/2010.
- LAQUEUR, Thomas Walter. *Da linguagem e da carne*. In: Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa de. *A Tecnologia do Gênero*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

Legislação da mulher. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 479 p. – (Série legislação ; n. 29)

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão, et all. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

LISBOA, Teresa Kleba. *O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais*. Fazendo Gênero 8 - Corpo, violência e poder. Florianópolis, 2008.

MACÊDO, Maurides. *O rio, as pedras e a cidade Baliza: 1922-1960*. Goiânia: Ed. da PUC, 2011.

MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo em movimento*. 2ª Ed. São Paulo: Francis, 2010.

_____. *Gênero, um novo paradigma?* Cadernos Pagu (11) 1998, pp.107-125.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Estudos de Gênero: Percursos e Possibilidades na Historiografia Contemporânea*. Cadernos Pagu (11) 1998: pp.67-75

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. *Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas*. PSICO, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 1, pp. 7-13, jan./abr. 2006.

NASCIMENTO, Alessandro Matos do. *Barra do Garças, das pedras aos grãos: uma história de migrações e ocupações (1960-1980)*. 2010. 107 f. Dissertação (Mestrado) Departamento de História – Pontifícia Universidade Católica De Goiás – PUC/GO, Goiânia, 2010.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. *A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário*. Textos de História, Universidade de Brasília, v. 8, n. 1/2, p. 47-84, 2002.

_____. *Meu corpo é um útero?* Reflexões sobre a procriação e a maternidade. In: STEVENS, Cristina (org.) *Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2007, p. 203 – 247.

NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero*. Revista Estudos Feministas, CFH/CCE/UFSC, vol. 8, nº 2, Brasil, Santa Catarina, 2000, p. 8-41.

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. História [on line]. 2005, vol.24, n. 1, p. 77-98.

_____. *Entre a bomba populacional e o direito das mulheres*. IN: RIAL, Carmem Sílvia Moraes; TONELLI, Maria Juracy Filgueiras (org.). *Genealogias do silêncio: feminismo e gênero*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

_____. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. Revista Brasileira de História. V. 26, nº 52, São Paulo, 2006. p. 249-272.

_____. *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*. Revista Topoi. V. 12, nº 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283.

PEREIRA, Rosângela Saldanha et al. *Transversalidade de gênero e políticas sociais no orçamento do estado de Mato Grosso*. Estudos Feministas, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010. p. 425 e 426.

PERROT, Michelle. *Práticas da Memória Feminina*. Revista Brasileira de História. São Paulo. v.9. nº.18. ago-set. 1989, p. 09-18.

PINHEIRO, Leonardo José Cavalcanti. *O Patriarcado presente na Contemporaneidade: Contextos de Violência*. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

PINTO, Céli Regina. *Uma História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história*. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. (org.) Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 21 – 41.

_____. *Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global*. Labrys, estudos feministas. Número 3, janeiro/julho, 2003.

RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. *O Migrante e a Cidade: dilemas e conflitos* Araraquara: Ed. Wunderlich, 2001.

RIBEIRO, Marilene Marzari. *Memória de migrantes: onde viver o fazer faz o saber*. 2004. 207f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Educação – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004.

ROCHA, Maria José Pereira. *Três lentes para o feminismo*. 2002. 184f. Tese (Doutorado) – Departamento de Educação, Universidade Estadual de São Paulo, Marília, 2002.

ROCHA, Maria José Pereira; BICALHO, Elizabete (coordenadoras); FARIA, Gisele Justiniano de (colaboradora). *Luta e resistência de mulheres em Goiás (1930 – 1993)*. Goiânia: Ed. UCG, 1999.

ROSA, Luciene de Moraes. *Encontros e desencontros entre os A'uwê Uptabi e os Waradzu no espaço urbano de Barra Do Garças- MT*. 2008. 119f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

SANT'ANNA, Thiago Fernando. *Gênero, história e educação: a experiência de escolarização de meninas e meninos na Província de Goiás (1827 – 1889)*. 2010. 237f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, UNB, 2010.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. *Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil*. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, Universidade de Tel Aviv, 2005.

_____. *Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil*. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. Universidade Estadual de Campinas PAGU/UNICAMP. Campinas, 2008.

SARTI, Cynthia Andersen. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória*. Estudos Feministas. Maio-agosto. Florianópolis, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. *A invisibilidade da experiência*. Projeto História, SP, 1998.

_____. *Gênero: uma categoria útil de análise*. Trad. Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. In: *Gênero e Educação. Educação e Realidade*. Porto Alegre, FAE: UFRGS, v 20, n. 2, jul-dez, 1995.

_____. *História das mulheres*. Trad. Magda Lopes. In: BURKE, Peter (Org.) *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SOARES, Vera. *Movimento feminista: Paradigmas e desafios*. Estudos Feministas. Ano 2, 2º semestre, 1994.

SOIHET, Rachel. *História, Mulheres, Gênero: Contribuições para um debate*. In: Neuma Aguiar. (Org.) *Gênero e Ciências Humanas desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/85249155/44/Neuma-Aguiar>>. Acesso em: 11 maio. 2012.

_____. *História das Mulheres e História de Gênero: Um depoimento*. Cadernos Pagu (11), 1998, p. 77-87.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TILLY, Louise A. *Gênero, História das Mulheres e História Social*. Cadernos Pagu (3). 1994, p. 29-62.

VARIKAS, Eleni. *Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott*. Cadernos Pagu (3), 1994, p. 63-84.

VARJÃO, Valdon. *Aragarças: Portal da Marcha Para o Oeste*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

_____. *Barra do Garças: Do Passado o Presente*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1992.

_____. *Barra do Garças no Passado*. Brasília, 1980.

ZOLIN, Lúcia Osana. *Crítica Feminista*. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.) *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá. 2 ed. 2005, p. 181 – 203.

REVISTAS

GAZITA MAGAZINE. Barra do Garças n° 5, 1978.
GAZITA MAGAZINE. Barra do Garças n° 7, 1978.
GAZITA MAGAZINE. Barra do Garças n° 9, 1978.

WEBBIBLIOGRAFIA

Campus Universitário do Araguaia. *Histórico da Instituição*. Disponível em: <<http://189.11.214.36/?pg=historico>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Histórico do Incra*. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/historico-do-incra>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

Quinquagésimo Oitavo Batalhão de Infantaria Motorizado. *Histórico do BTL*. Disponível em: <<http://www.58bimtz.eb.mil.br/site58bimtz/?pag=pags/historico.php&type=img>>. Acesso em: 03 mar. 2012

Projeto Rondon. *Nossa História*. Disponível em: <<http://projettorondon.pagina-oficial.com/portal/index/pagina/id/9718/area/C/module/default>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

Projeto Rondon. *O que é o Projeto Rondon?* Disponível em:<<http://projettorondon.pagina-oficial.com/portal/index/pagina/id/343/area/C/module/default>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. *Histórico SUDAM*. Disponível em:< http://www.sudam.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=2&Itemid=2>. Acesso em: 10 abr. 2012.

ANEXO

ENTREVISTA – PROF.^a ZÉLIA DOS SANTOS DINIZ

Dymilla F. F. Menezes: Bom dia Dona Zélia! Gostaria de saber um pouco sobre a senhora, a região onde a senhora nasceu, sobre seus pais, sua família?

Prof.^a. Zélia Diniz: Bom dia! Meu nome completo: Zélia dos Santos Diniz, Moro nessa casa onde você está, Avenida Catarina de Abreu nº 594, resido nesta casa desde 1978.

Nasci no Estado do Ceará, num lugar pequeno que se chama Pacatuba. Pacatuba é na linguagem indígena toca das pacas. Nasci no dia 28 de fevereiro de 1938, na verdade 11 de janeiro, sou capricorniana, mas por um lapso de cartório fui registrada como nascida em fevereiro.

Meus pais José Diniz Sobrinho e Ana Santos Diniz, cearenses como também eu.

O trabalho que eles desempenhavam nessa época era o trabalho agrícola. Eles eram descendentes os dois e seguiram por muitos anos a vida de agropecuaristas. Era uma vida de agropecuarista pobre, daqueles que tinham uma pequena herdade, herança dos meus avós e viveram muitos e muitos anos desse trabalho no estado do Ceará, migraram para São Paulo, primeiro meu pai, dois anos depois ele mandou buscar a família, então eu já vim com 10 anos de idade para São Paulo.

Quatro irmãos, somos quatro, filhos naturais, e mais outros que foram aparecendo na vida dos meus pais e que se tornaram filhos também.

Dymilla F. F. Menezes: A mãe da senhora trabalhava na lavoura?

Prof.^a. Zélia Diniz: Minha mãe desempenhava função na lavoura também, mas por um tempo, ela como tinha aqueles estudos de ensino primário antigo muito bem feito, ela também dava aulas de alfabetização de adultos nos cursos que mais tarde foram substituídos pelo Mobral.

Dymilla F. F. Menezes: Ela era remunerada.

Prof.^a. Zélia Diniz: Remunerada. Era remunerada.

Dymilla F. F. Menezes: A senhora falou que tem quatro irmãos biológicos e outros que foram adotados de coração. Desses irmãos, quantos são meninos e quantos são meninas?

Prof^a. Zélia Diniz: Dois e dois.

Dymilla F. F. Menezes: A senhora sentia alguma criação diferente entre meninos e meninas? Como era?

Prof^a. Zélia Diniz: Não. Eu não senti diferença porque nós trabalhamos todos desde muito pequeno. Enquanto, eu ainda estava no Estado do Ceará, ainda com 10 anos, eu era uma menina, mimada, com uma casa cheia de gente, pessoas que trabalhavam, quer dizer, eu era apenas uma menina mimada, a mais velha. E que a escola que estudava, catecismo, Igreja e esta era vida. Mas, depois que nós viemos para São Paulo a vida de migrante foi muito diferente.

Dymilla F. F. Menezes: Qual a profissão que o pai da senhora exercia em São Paulo?

Prof^a. Zélia Diniz: Motorista. Ele era caminhoneiro também quando num certo momento dos trabalhos da lavoura eles tiveram um dissabor com enchente na terra da seca. E uma enchente que destruiu todas as lavouras, todos os açudes. Foi uma enchente muito grande, foi quando resolveram vir embora porque ficaram numa condição muito delicada financeiramente, perderam tudo, só ficou o chão limpo e lavado pela enchente. Aí vieram, ele tinha caminhão na época, entendeu, de caminhão veio embora para São Paulo, veio trabalhar como motorista, veio aventurar, era o que aparecia, mas como era habilitado, trabalhou como motorista de caminhão, mais tarde como motorista de ônibus de uma empresa muito grande. E quando nós viemos 2 anos depois, ele já estava estruturado, esperando a família que veio mais tarde. A mamãe com os filhos, os criados e os naturais e os irmãos dela mais novos, que também ficaram com ela após a morte dos meus avós e aí papai viveu muitos anos como motorista, mamãe foi para costura, aí era o trabalho que aparecesse, desde costura, lavar roupa, fazer faxina e eu comecei nessa vida

muito cedo, aos 12 anos eu já enfrentava o tanque, já trabalhava como diarista, em faxina de casa e estudava, e o trabalho de casa porque meus irmãos são todos mais novos, mas todo mundo trabalhava, um era engraxate, fazia frete de carrinho de feira, a menina mais nova, aquela ficava em casa, era a menina que tomava conta da casa, a garotinha de sete, oito anos e o caçulinha já enchia o carrinho de mão de verdura da horta da vizinha e vendia e fazia entregas. Foi uma vida árdua, dura, mas valeu.

Dymilla F. F. Menezes: Vocês moraram em São Paulo até que ano?

Prof^a. Zélia Diniz: Nós moramos em São Paulo, em Santos, no litoral. Eu fiquei em Santos até 1959, quando terminei o curso normal e os meus pais, antes, mudaram para o Estado do Paraná, vieram pra lida nas aberturas de terra. Aqui hoje se fala em reforma agrária naquele tempo não, mas analisando era uma reforma agrária porque o governador do Estado do Paraná na época loteou as terras virgens, as matas as margens do Rio Paraná e vendeu a preço simbólico. Preço simbólico na época significava o dinheiro de fazer o registro do contrato da terra no cartório, era simbólico, realmente simbólico e eles voltaram as origens.

Dymilla F. F. Menezes: No caso a senhora...

Prof^a. Zélia Diniz: Eu fiquei, fiquei. Quando eles vieram pro Paraná, eu fiquei, eu fiquei em São Paulo, em Santos estudando, na época eu era aluna do quarto ano ginásial. Eu fiquei na casa dos padrinhos, conclui o curso ginásial, fiz o curso normal que depois tomou o nome de magistério, que hoje desapareceu.

Dymilla F. F. Menezes: E a senhora veio para Aragarças quando?

Prof^a. Zélia Diniz: 67, 1967.

Dymilla F. F. Menezes: A senhora saiu de Santos e veio para Aragarças?

Prof^a. Zélia Diniz: Eu, de Santos, formei e voltei para o Paraná, voltei pra casa, voltei pra casa dos pais, formada, com um diploma de professora na mão e fui à luta, fui

trabalhar, muito embora eu, desde 12, 13 anos com minhas lidas de faxina, lavação de roupa, eu já dava aulinhas particulares. Tinha meus aluninhos de reforço.

Dymilla F. F. Menezes: E a senhora veio para Aragarças por qual motivo?

Prof^a. Zélia Diniz: Meu marido era funcionário público federal, do IMBRA que hoje é o INCRA. E ele foi transferido, ele foi transferido para Aragarças, veio trabalhar para a Fundação Brasil Central e em seguida a Fundação Brasil Central foi extinta e nós já estávamos aqui e ficamos.

Dymilla F. F. Menezes: E isso foi em que ano? A senhora lembra?

Prof^a. Zélia Diniz: 1967

Dymilla F. F. Menezes: A senhora poderia falar um pouquinho sobre a Fundação Brasil Central pra gente?

Prof^a. Zélia Diniz: Olha... Nós chegamos... o que sei foi do conhecimento dos antigos, muita coisa de pesquisa. Mas, nós chegamos no final da Fundação, foi 1967 e a absorção pela SUDECO. A Fundação foi extinta para dar lugar a SUDECO. Entendia-se na época que a SUDECO iria continuar o trabalho colonizador da Fundação e não foi. A SUDECO era um órgão de planejamento, então a SUDECO acabou com tudo que tinha aqui. Aqui e em todas as regiões onde havia bases de Fundação. A SUDECO acabou com tudo porque o objetivo não era administrar, era planejar e esse trabalho de planejamento se voltou mais para o Estado do Mato Grosso. E aqui fechou-se tudo que era órgão da Fundação, inclusive escolas. Aqui, em Xavantina, em todo o domínio como eu disse. Vale do Sonho, Pindaíba, Xavantina, Garapu, é... voltando... Piranhas, Santa Helena, Jataí, acabou... Caiapônia, acabou tudo e aí quem conseguiu fazer absorver essas escolas... o do lado da Barra, por exemplo, a prefeitura de Barra do Garças assumiu tudo. De Aragarças foi fechado, as escolas, dois colégios foram fechados, mas o então diretor não admitiu fechar um ginásio e uma escola primária. Ele reagiu contra o ato da SUDECO e conseguiu sensibilizar os professores e manteve as escolas funcionando até ele conseguir fazer um convênio com o Estado e o Estado assumir e a... a...,

vamos dizer assim, a desculpa... ou o que a SUDECO afirmava é que eram poucos alunos para muita despesa e então o diretor saiu de casa em casa e convocou as famílias pra porem seus filhos na escola, crianças que não estudavam. E ele encheu essas escolas de alunos que não viam grande finalidade ainda em estudo, educação, ginásio. Lotou, aí a SUDECO não teve como fechar e facilitou o processo com o Estado.

Dymilla F. F. Menezes: E outra pergunta dona Zélia, quando a senhora chegou aqui qual foi a impressão que a senhora teve da cidade?

Prof^a. Zélia Diniz: Amei. Amei esta cidade. Meu marido me trouxe para conhecer primeiro e me perguntou: Você quer vir? Se eu vier não tem volta. Se eu vier não tem volta. E eu vim, estou aqui.

Dymilla F. F. Menezes: A gente pode fazer uma lembrança desse momento, a senhora poderia descrever pra gente o que vem a mente da senhora quando a senhora chegou em Aragarças, Barra, Pontal, na região. O que a senhora viu? Qual que é a descrição que a senhora poderia nos dar da cidade?

Prof^a. Zélia Diniz: Olha... Eu não volto as palavras da memória, mas eu coloquei isso num livro de poemas, eu coloquei isso num livro de poemas, a minha impressão, a estrada... dias, muitos dias para chegar de Goiânia até aqui. Muitos dias... Chuva, atoleiros, mas quando nós chegamos e passamos de Piranhas, Bom Jardim pra cá... final de ano, o cerrado florido, pássaros cantando, um lugar paradisíaco. Eu me encantei, as árvores floridas, muitos frutos. Eu me encantei, eu amei. E a cidade não era tão diferente de muitas que eu conhecia e até mesmo de onde eu morava na ocasião. Sem asfalto, sem calçamento, pisando na poeira e a poeira levantando, mas... Prédios maravilhosos, assim... um oásis... Colégio, grupo escolar, hospital, clube, hotel, a magnitude das construções que havia aqui feitas pela Fundação Brasil Central, essas pontes, o rio Araguaia com água, ele é... foi fim de ano, água, muita água, peixe, o povo entrando no rio, pescando, as mulheres, as crianças, todo mundo com varinha ali pescando. Foi uma sensação maravilhosa, me encantei.

Dymilla F. F. Menezes: Pegando um gancho aí das mulheres pescando, qual foi a impressão que a senhora teve das moças e das mulheres da região?

Prof^a. Zélia Diniz:

Moças e mulheres... Na época vestia-se saias mais compridas e saias muito rodadas, principalmente saias modelo godê, o godê guarda-chuva. Eu parava nessas pontes e ficava encantada olhando as mulheres de roupa... tudo, dentro, dentro do rio. Quando eu vi passar o cardume, as mulheres entrando pelo meio dos peixes, erguia as saias e levantavam aquelas *saiadas* [sic] de peixe... Isso me encantava! Nunca tive, nunca tive, nunca tive assim um impulso de ir pro rio para pescar. Nunca entrei no rio pra tomar banho, mas caminho pelas beiradas da praia... areia, eu amo esse rio. Mas assim chegar e tomar banho no rio, mergulhar, não, nunca tive esse impulso, aliás por que eu nunca aprendi a nadar. (risos) Eu nunca! Mulheres, mulheres do rio, nas pedreiras lavando roupas com as crianças brincando ao redor, baciadas de vasilhas, de louças sujas, os meninos, meninas lavando ali no rio enquanto as mulheres lavavam a roupa batendo nas pedras. Os baldes d'água na cabeça na volta pra casa, todo mundo carregando água, não tinha água encanada, trazendo baldes, panelas grandes cheias de água, crianças pequenas traziam panelinha de acordo com o seu tamanho. Era assunto ou é um assunto que dá pra pensar. Quem eram eles? 40 anos atrás, 43. Eles, elas, as crianças são hoje os respeitáveis senhores, as respeitáveis senhoras, os comerciantes, todo mundo trabalhou quando criança e todo esse trabalho dignificou, dignificou, você entende? Analisando hoje uma criança não pode trabalhar, não pode trabalhar, o trabalho infantil tem que erradicar, fica malandreado na rua, o que serão daqui a 30 anos, 20, 30 anos?

Dymilla F. F. Menezes: As profissões das mulheres na época?

Prof^a. Zélia Diniz: Lavando roupa, pescando, agora, as pescarias assim como eu falei em tempo de cardume, mesmo em tempo de cardume, fora das passagens dos cardumes a pesca normal ali na beira do rio, ali no barranco, carregar água, entrar pelo cerrado para colher frutos, colheita de frutos, venda de frutos, venda, como você vê na feira hoje... não tinha feira, como você vê... os saquinhos com murici, com o pequi, isso acontecia, os homens, as mulheres. As mulheres principalmente

iam colher frutos, colher pequi, colher buriti para fazer as bolas, os doces de buriti. Bolas, doces de buriti, com crianças... as mulheres com seus filhos, com as suas crianças, faziam e vendiam, saíam vendendo nas casas, colher coco para tirar, fazer azeite, o azeite de coco. Era o trabalho da mulher que dava uma sustentação permanente porque até então ainda havia garimpos, a não muito tempo ainda havia garimpos. E o destino dos garimpos era dos homens, eram os homens que iam para o garimpo e as mulheres que ficavam em casa com as crianças e quase sempre mantendo a família, a sustentação da família, porque o garimpeiro ia para o garimpo, mas ele era mantido por um sócio, alguém de melhor poder aquisitivo mantinha o homem lá na garimpagem, dava o saco de alimentos e as ferramentas e ele ia aventurar. Quando encontrasse, quando dava a sorte de encontrar os diamantes, aqueles diamantes eram divididos com o patrão que patrocinou a sustentação do garimpeiro, se não fosse terra do patrão, fosse terra de outro tinha que pagar 10 por cento pelo uso do solo, pela colheita, então ficava 90, 45 pro patrão e 45 pro garimpeiro. E o trabalho: a escola, crianças, as mulheres ficavam com crianças na escola, como professoras. Professoras, então muitas vieram de fora, pelo menos da Fundação, muitas vieram e outras foram aproveitadas pela capacidade, sem titulação. Mais tarde foi em 66, o Colégio Madre Marta criou o curso de magistério, a escola normal; aí, então, todas as professoras leigas da região, Aragarças, Barra do Garças. O Pontal ainda não tinha despontado como cidade, eram poucas casas ali, bem no início e na beira do rio, mas o Pontal logo teve sua escolinha que está aqui bem próxima da entrada. Também as professoras, toda professora leiga foi fazer o curso normal no Colégio Madre Marta.

Dymilla F. F. Menezes: Era possível ver algumas mulheres trabalhando em alguma atividade na Fundação ou era algo privativo dos homens?

Prof^a. Zélia Diniz: Não. Professoras. Até que a primeira professora que despontou do lado de cima. Havia um tipo de uma divisão, os de baixo e os de cima. Os de baixo era o povo que a Fundação já encontrou, era a vila garimpeira Barra Goiana. E a Fundação se estruturou aqui pra cima, ficou uma faixa de rua entre uma parte e outra e fazia a diferença a escola de cima e a escola de baixo. A escola de baixo é o Colégio Estadual, que era o grupinho da gila no caso, que é grupinho estadual que foi construído muito próximo a um banhado, e ali tinha as rãs a noite e tal... eu comi

muita rã de noite, muita rã fritinha. E as professoras lá de baixo eram as do Estado e as de cima eram as do federal, a Fundação era federal, era regime federal. Professoras e aqui a Fundação trouxe pessoas de fora, algum tempo... aproveitou pessoas daqui capacitadas, embora sem habilitação, muitos saíram depois, fizeram seus cursos lá fora, em Brasília, no Rio e em São Paulo. E outras lá... as enfermeiras, médicas, tem uma rua muita grande aqui Josefina Balestrera, era uma médica fabulosa, doutora Josefina. Pessoal de escritório aqui era pouco. A primeira professora da Fundação foi Mercedes Zétola que não era professora, não veio com a função, ela acompanhou o marido que era radiotelegrafista e ficou ociosa, então reunia a criançadinha aqui da Base Velha e dava aula no clube, no salão que funcionava como clube da Fundação, que era uma tenda aberta de pau-a-pique, muito bonita por sinal e ela dava aula para a criançada lá e dali foi construído o grupo escolar e recebeu o nome dela.

Dymilla F. F. Menezes: E tinha alguma associação das mulheres?

Prof^a. Zélia Diniz: Não, não, não tinha e até hoje Aragarças ainda não tem o espírito de união nesse sentido. Não tem, ainda não tem, inclusive eu já tentei uma associação de artesãos, mas cada qual trabalha sozinho, tanto tem artesãos como artesãs. A maior parte mulheres, mas tem homens que fazem artesanato de madeira muito bonito, mas ainda não.

Dymilla F. F. Menezes: Quando a senhora tentou essa associação?

Prof^a. Zélia Diniz: Olhe... Nesses últimos anos, eu trabalhei para o Município na organização de uma Fundação de ensino. Fizemos funcionar uma escola, um curso de Gestão em Turismo em nível superior, um Técnico em Enfermagem, um Técnico em Saúde Bucal e nós aprovamos pelo Conselho de Educação um curso técnico em artesanato que não funcionou, que tá aprovado, pode funcionar a qualquer momento, mas não houve interesse da municipalidade em partir pra esse lado assim. Não sei como ti dizer, de partir pra esse lado de... pouco cultural... não... pouco acadêmico, vamos dizer, de trabalhar artesanato. Eu trabalhei, batalhei para aprovar esse curso porque eu entendo que o artesanato é o apêndice principal do turismo. Mas... tá aí, o curso tá aí criado, então eu busquei organizar o grupo, o

SEBRAE de Barra do Garças faz sempre as feiras da Indústria e Comércio e Aragarças põe um stand, aí a gente tem que sair correndo procurando artesanato daqui, aqui, acolá prá expor, precisa expor a feira dos municípios em Goiânia, é... precisa...

Dymilla F. F. Menezes: As mulheres trabalhavam e parece que isso era algo comum. Existia alguma relação de preconceito entre as mulheres que trabalhavam e as que não trabalhavam?

Prof^a. Zélia Diniz: Não. Houve um trabalho assim que eu não falei para você, mas um trabalho que agregava, não posso nem ti falar em classes, mas em condições de pessoas é o trabalho de beleza. Tanto daqui como de Barra do Garças, é... as primeiras manifestações de salão de beleza, de manicure eram por aqui, por Aragarças. O povo da Barra vinha, ainda não tinha ponte, vinham de barco e vinham em busca do salão da Dores, que já não está mais entre nós. Depois a Zita cabeleireira, eu não sei com quem a Zita se formou, mas a Zita mantém o salão até hoje, uma família muito grande, várias professoras, uma irmandade grande, muitas professoras. Isso sempre existiu. Agora, tinha uma coisa curiosa, com o movimento da Fundação Brasil Central, nós tínhamos as linhas de aviação permanente, as linhas do correio aéreo nacional, o avião da FAB saía... era a FAB que prestava serviço para o correio aéreo, saía do Rio vinha fazendo escalas, uma escala obrigatória era em Aragarças, daqui subia até o Amazonas. Voltava... Rio de Janeiro. Então, trazia o quê? Trazia mercadorias, remédios, livros escolares e sempre descarregava e voltava meio vazio e levava o pessoal daqui tranquilamente, tanto que em 67 quando eu cheguei aqui, do jeito que eu via as mulheres no rio de roupa e tudo, pegando peixes, lavando roupas nas pedras, também se via as meninas de biquíni, último tipo Rio de Janeiro banhando nas prainhas. Havia um certo contra-senso? Não, era natural, a moda chegava, chegava com revistas, chegava com os folhetins, né? E... traziam as esposas, iam, vinham... doentes. Tinha um hospital aqui, mas casos graves iam pro Rio de Janeiro.

Dymilla F. F. Menezes: A senhora se lembra quando foi instalada as universidades: UFMT e UNIVAR?

Profª. Zélia Diniz: Não posso precisar data, mas a UFMT... Veja, nesse período que acabou a Fundação em 67, ficou tudo fechado, fechou o Grande Hotel que estava deteriorando. Em 68 foi instalado aqui o projeto Rondon, 68, o Projeto Rondon e veio a UNB pra cá, pra Aragarças, aqui foi em 68, foi instalado o campus da UNB, aí já foi outro sistema de vida diferente porque a UNB trouxe os residentes para esse hospital. Medicina, enfermagem, psicologia, veio a turma de engenharia, de pedagogia, de tudo, psicologia. Aqui houve o processo de interiorização. O projeto Rondon interiorizava, mandava os residentes, aqui eles se estruturavam, praticavam e já saíam, já arrumavam emprego e ficavam por aqui mesmo. Muitos ficaram, tem muita gente que foi da UNB que está até em Cuiabá na secretaria da educação, em altas escalas do governo.

Dymilla F. F. Menezes: Quem?

Profª. Zélia Diniz: O João da Aldegan, Albérico, o Lula, Adenil.

Dymilla F. F. Menezes: Porque a UNB fechou?

Profª. Zélia Diniz: A UNB... A UNB ficou e eu acredito que tenha cumprido com o compromisso com o projeto RONDON. Aí mudou daqui para Nova Xavantina, foi entrando mais, aí quando fechou ficou tudo abandonado e em cima desse fechamento ficou a necessidade de se criar faculdade para cá pra aproveitar toda estrutura, todo o espaço, todo o embalo e o diretor, o então diretor do Colégio daqui com um grupo de professores preparou todo aquele processo para criar uma Faculdade aqui e não teve o apoio do Município. Dependia do município. E o município da Barra do Garças aproveitou o embalo e trabalhou em cima do que encontrou pronto. Quando em Aragarças se pediu três passagens de avião e a prefeitura negou, a Barra do Garças deu um táxi aéreo.

Dymilla F. F. Menezes: Por isso instalou tudo lá?

Profª. Zélia Diniz: Então a UFMT se instalou sem condições, porque aqui tinha tudo pronto. Botou uma sala de aula lá no BNH na escola Dourado, Francisco Dourado, botou a biblioteca e administração no mercado. Desalojou o mercado municipal da

Vila Santo Antônio, botou uma sala de aula na Escola São João Batista. Ficou tudo assim espalhado até construir.

Dymilla F. F. Menezes: E nos primeiros cursos dessas faculdades, o que podemos perceber mais é o interesse das mulheres ou dos homens?

Prof^a. Zélia Diniz: Homens, homens, uma ou outra mulher compondo o corpo docente.

Dymilla F. F. Menezes: Porque que a Senhora acha desse desinteresse das mulheres?

Prof^a. Zélia Diniz: Não... não... não era desinteresse, era machismo mesmo. Não era desinteresse, era o processo de machismo.

Dymilla F. F. Menezes: O que a senhora entende por machismo, o que a senhora quer dizer com isso? Que elas se sentiam envergonhadas?

Prof^a. Zélia Diniz: Os homens buscavam pra si os cargos.

Dymilla F. F. Menezes: E não aceitavam as mulheres?

Prof^a. Zélia Diniz: Olha... Havia uma certa rejeição... na hora de dividir cargo de professora universitária, havia por exemplo dez professores, seis mulheres, quatro homens. Todos os quatro homens eram selecionados. Uma ou outra mulher. Não vamos buscar lá fora o fulano e tal e tal. Era mesmo um processo de deixar as mulheres fora do sistema. E a UNIVAR nasceu de um sonho do Valdon Varjão. O Valdon Varjão sonhou com uma faculdade de Direito. Chegou a comprar um terreno em que hoje é a Vila Varjão, botou placas lá: futura faculdade de Direito e tal, tal. E chamou um parente dele que tinha as lides com faculdades, colocou no sistema para correr atrás da autorização em Brasília. E o parente colocou o pessoal da UNIVAR, o Soler, amigo do Soler esse parente do Varjão lá de São Paulo, lá de Marília, colocou o Soler no negócio. E foi... a coisa cresceu. O Soler já tinha a faculdade em Jales e a coisa cresceu em redor do Soler e da estrutura que ele já

tinha pronta. E nesse meio tempo, fecharam-se as autorizações para o curso de direito. Porque o que o Valdon Varjão queria era o curso de direito.

Dymilla F. F. Menezes: O que ele queria era o curso de Direito...

Prof^a. Zélia Diniz: Então foi mais fácil entrar com administração. Aí o Valdon Varjão saiu fora do processo. Aí criou-se o curso de Administração... que não tinha prédio e o projeto do Valdon Varjão era construir ali. Então a UNIVAR alugou as salas do Madre Marta para ter aula a noite. E alugou uma casa na esquina atravessando a rua para instalar a biblioteca.

Dymilla F. F. Menezes: A senhora falou num modismo que chegava aqui... a moças de biquíni. E a gente sabe que o movimento feminista no Brasil teve alguma organização a partir da década de 70? Vocês tinham acesso a esse tipo de informação?

Prof^a. Zélia Diniz: A imprensa escrita e falada. Rádio, revistas, jornais, chegavam.

Dymilla F. F. Menezes: Qual era a visão das pessoas a respeito do movimento feminista?

Prof^a. Zélia Diniz: Escandaloso... as próprias mulheres viam como um movimento escandaloso. Como as jovens que iam a praia de biquinininho, coisa assim... um topless que foi da época, se escandalizavam, as águas quentes... a praia aqui e as águas quentes na Barra.

Dymilla F. F. Menezes: Com relação as ideias do movimento feministas?

Prof^a. Zélia Diniz: Não houve... não me lembro de ter visto nenhum movimento em função da causa feminista aqui. Não, não me lembro. Havia assim... Aqui quando eu cheguei, em 67, os Colégios era medida a saia, um palmo acima do tornozelo, era a medida certa da saia e meia três quartos, e meia três quartos. E o diretor que chegou na época, que veio trabalhar na Fundação, negócio de estradas, pontes, estradas e tal, era meio assim, era meio evoluído. Ele olhava aquelas saias e as

meninas enrolando a cinturinha, o cós, para ficar um pouquinho mais curta, aí ele mudou o uniforme. Nós vamos ter novo uniforme agora. Foi aquele momento de passagem pro Estado, fechamento pela SUDECO e a passagem pro Estado. Aquela saia azul cinza, pesada, pregueada, aquela coisa... blusinha branca de manga comprida... Não, não... vamos cortar essa blusinha para aparecer os bracinhos bonito das mocinhas e vamos fazer a saia diferente. Aí o uniforme oficial do Estado era cor caqui, um tergal cor caqui, aí ele mandou fazer sainha evasê no joelho e ficou todo mundo com perninha de fora. Foi o auge, e os rapazes com calça caqui e camisa branca.

Dymilla F. F. Menezes: E as mães, os pais...

Prof^a. Zélia Diniz: Não, não protestaram. Só os evangélicos que ainda eram poucos. Os evangélicos botaram as meninas com as saias compridas mesmos, dentro do modelo, mas com compridinhas e as meninas sempre enrolavam o coss.

Dymilla F. F. Menezes: Era comum a utilização de ajudante dentro de casa para ajudar nas atividades domésticas?

Prof^a. Zélia Diniz: Sempre. E não era assim o tipo de empregada doméstica, de funcionária. Tinha as que trabalhava... Eu sempre tive minhas funcionárias. Crianças pequenas e tal. O povo da roça mandava as moçinhas pra casa da professora pra ajudar a troco de estudar. Isso foi muito comum.

Dymilla F. F. Menezes: E quem cuidava dos filhos da senhora nessa época?

Prof^a. Zélia Diniz: Eu tinha empregada, eu sempre tive empregadas. Sempre tive minha moça, minha empregada. Não serve de regra, mas minhas empregadas domésticas acabaram se tornando filhas e hoje eu sou avó das filhas delas.

Dymilla F. F. Menezes: Porque que a senhora quis trabalhar fora de casa? Qual foi o motivo?

Prof^a. Zélia Diniz: Ele já me conheceu trabalhando como professora e ele também era professor. Nós somamos.

Dymilla F. F. Menezes: Nunca teve nenhum problema em trabalhar fora de casa? Isso nunca perturbou?

Prof^a. Zélia Diniz: Não, porque sempre caminhamos juntos.

Dymilla F. F. Menezes: E foi difícil quando a senhora chegou aqui para a senhora obter o primeiro emprego?

Prof^a. Zélia Diniz: Não foi difícil porque eu era professora no Estado do Paraná e quando eu vim pra cá, eu vim com uma disponibilidade natural. Como ele veio pra trabalhar no INCRA, eu vim pra trabalhar no Colégio. Foi... Enfrentei assim uma questão de remoção, mas foi nesse meio tempo que aqui extinguiu a Fundação e ele como já tinha vindo, ele passou pro Colégio, professor, ele assumiu a direção do Colégio e eu... o Colégio no momento era Ginásio e ele logo tratou de criar o científico, aí eu vim trabalhar, dar aula naturalmente.

Dymilla F. F. Menezes: Eu queria que a senhora fizesse pra mim um relato sobre a vida profissional da senhora até os dias atuais. Como a senhora vê a carreira profissional da senhora durante esses anos?

Prof^a. Zélia Diniz: Eu já ti falei como foi minha vida de criança, depois de professora eu formei e fui trabalhar. Fui professora efetiva no Estado do Paraná, de lá eu vim prá cá numa transferência que não se concretizou como transferência, mas eu passei num concurso público aqui, aí pedi a exoneração de lá e peguei meu tempo de serviço prá averbar e trabalhei até me aposentar.

Dymilla F. F. Menezes: A senhora teve algo que poderia destacar como alguma dificuldade, algo que incomodou muito a senhora, algo que poderia destacar na carreira profissional?

Prof^a. Zélia Diniz: Não, parece que a minha vida como professora foi tranqüila. Eu não me lembro nunca de ter mandado um aluno pra fora da sala de aula, de ter punido. Eu sempre fui... depois eu fui diretora de Colégio, secretária, coordenadora. E eu ainda como professora tinha (...), aqui é muito curioso, a Dona Zélia salva e o Dr. Rubens adota.

Dymilla F. F. Menezes: Agora vamos falar sobre a vida pessoal da senhora. Sobre o casamento. Podemos? Qual é o ano que a senhora se casou?

Prof^a. Zélia Diniz: 59. Um casamento que não foi um casamento, foi um ajuntamento mesmo. Hoje é natural, vão ficando e tal, mas eu não tive um casamento como toda moça sonha.

Dymilla F. F. Menezes: Por quê? Qual motivo?

Prof^a. Zélia Diniz: Porque o marido era desquitado. Ele vinha de um outro casamento e não era possível casar.

Dymilla F. F. Menezes: Qual foi o local em que vocês decidiram morar juntos?

Prof^a. Zélia Diniz: Paraná.

Dymilla F. F. Menezes: A senhora namorou muito antes de casar?

Prof^a. Zélia Diniz: Não foi um namoro muito longo. Foram meses.

Dymilla F. F. Menezes: Na época era comum namorar muito tempo?

Prof^a. Zélia Diniz: Variava. Pode por na balança, tinha aquela história de conhecer bem, mas tinham os outros que vinha com a paixão violenta e era pra casamento logo.

Dymilla F. F. Menezes: E a família pressionava...

Profª. Zélia Diniz: Ah... casar logo... O programa da família era casar logo antes que acontecesse algum desastre.

Dymilla F. F. Menezes: O esposo da senhora ajudava nas atividades domésticas?

Profª. Zélia Diniz: Ele nem acendia fogo. Não conseguia nem acender o gás. Uma vez eu... Aliás, eu tive um bebê e tinha outro bebê de um ano, dois, três meses, quando eu voltei do hospital eu encontrei a mocinha de 1 ano e dois meses vestida nas meias dele. Um frio terrível no Paraná, ele vestiu as meias até na coxinha, até em cima porque ele não sabia escolher um macacãozinho pra por na nenê. Vestiu as meias de lã dele e um casaquinho.

Dymilla F. F. Menezes: Eu nem vou perguntar se ele ajudava cuidar dos filhos porque provavelmente...

Profª. Zélia Diniz: Minha filha, ele era tão agarrado com os filhos. Cuidar não. Mas, quando ele saía, gostava de pescar na beira de rio, dar uma varinhada, catar frutos no cerrado. Ele jogava tudo em cima do carro e arrastava tudo com ele e como não bastasse os quatro, ainda pegava os da vizinhança toda. Vivia com a caminhonete cheia de crianças andando por aí. Ía pro rio pescar, banhar...

Dymilla F. F. Menezes: E quando a senhora chegou aqui em Aragarças qual era a visão das pessoas sobre as mulheres que não eram casadas? As que permaneciam solteira?

Profª. Zélia Diniz: Era comum, talvez pela cultura do garimpo. Porque na cultura do garimpo, o garimpeiro chegava e não dava identidade a ninguém. Aqui não se perguntava quem era, nem de onde veio e o que deixou lá prá trás.

Dymilla F. F. Menezes: No Paraná era diferente?

Profª. Zélia Diniz: Ah... era diferente, terrivelmente diferente. Uma situação como a minha por exemplo, foi uma situação muito difícil de ser cumprida, de ser vivida porque a repulsa era natural.

Dymilla F. F. Menezes: Porque a senhora estava casado com um homem desquitado?

Prof^a. Zélia Diniz: Que já tinha sido casado, desquitado e eu não pude formalizar um casamento assim de véu e grinalda.

Dymilla F. F. Menezes: E as separadas?

Prof^a. Zélia Diniz: Não havia o divórcio, havia a expectativa, porque havia o desquite, mas não havia o divórcio. O divórcio daria o direito a um novo casamento, o desquite não. Então num tinha como a pessoa chegar e esconder uma situação, não tinha.

Dymilla F. F. Menezes: Mas, então as pessoas tinham preconceito com as desquitadas?

Prof^a. Zélia Diniz: Preconceito com os desquitados e preconceito com os ajuntados.

Dymilla F. F. Menezes: E com a mulher, a senhora acha que era mais forte ainda o preconceito ou não era igual pra homem e mulher?

Prof^a. Zélia Diniz: Não, não. O preconceito era só pra mulher.

Dymilla F. F. Menezes: Prá homem...

Prof^a. Zélia Diniz: Não, prá homem tava normal. Até havia um dizer popular que dizia: homem tirou a calça, sacudiu, veste de novo é igual. Tirou a calça, sacudiu, veste de novo e é tudo igual.

Dymilla F. F. Menezes: E as mulheres, tinham mulheres que sem se casarem tinham filhos, eram mães solteiras? Era comum? Era visto com preconceito?

Prof^a. Zélia Diniz: Era comum e visto com preconceito. E essas mulheres que tinham filhos sem um marido ou um companheiro acabavam com um destino certo, a zona de meretrício.

Dymilla F. F. Menezes: E tinha muito prostíbulo na cidade?

Prof^a. Zélia Diniz: Tinha. Esta rua da feira e as transversais ali. Daquela rua da loteria prá cima era chamada a Zona, a luz vermelha. Casa da luz vermelha. Tinha casa de família ali, aqui a vizinha tinha a luz vermelha na porta, era o bordel. Ali os homens entravam, era o maior movimento de garimpeiros né? A luz era pra identificar o prostíbulo, a casa onde os homens podiam entrar. Não tendo a luz vermelha, ninguém batia, ninguém entrava, batia, nada. O respeito era total a questão da luz vermelha.

Dymilla F. F. Menezes: E essas prostitutas conviviam na sociedade com os outros? Elas saíam? Iam ao supermercado, iam ao salão, iam comprar?

Prof^a. Zélia Diniz: Iam, iam... com muita restrição. Iam com muita restrição, de tal forma que em 72... No mandato de prefeito de 72, 76 resolveu mudar a zona desse pedaço onde é a feira, ali onde é a feira da lua e mudou pro setor Bela Vista. Tirou, afastou o pessoal pra lá, isolou da cidade.

Dymilla F. F. Menezes: As outras mulheres não queriam se relacionar com as prostitutas?

Prof^a. Zélia Diniz: Havia uma relação tímida, mas havia. Agora, muitos filhos, as mulheres pagavam senhoras mais humildes para cuidar dos filhos fora, criar fora do recinto de trabalho.

Dymilla F. F. Menezes: E não tinha um sentimento de pena ou de raiva com relação a essas prostitutas?

Profª. Zélia Diniz: Muitas saíam, encontravam homens que se encantavam. Saíam, eles tiravam as mulheres e inseriam na sociedade. Quase todo mundo sabia. Com certa restrição, mas se inseriam. Se inseriam na sociedade quando eram tiradas.

Dymilla F. F. Menezes: A senhora conheceu muitas mulheres desquitadas na região na época?

Profª. Zélia Diniz: Conheci muitas separadas, conheci muitas que chegaram desquitadas com outros maridos na mesma condição que eu cheguei também, como também tinha muita titia, muita vitalina, mulher que não logrou casamento. Era muito comum...

Dymilla F. F. Menezes: E quais eram os principais motivos de separação?

Profª. Zélia Diniz: Sabe minha filha, eu nunca, nunca parei pra pensar nisso, mas se veja por exemplo, comunhão de pensamento é uma coisa que era muito, que marcava muito. Homens namoradores, principalmente, homens namoradores.

Dymilla F. F. Menezes: Violência doméstica? A senhora acha que teria sido um dos motivos?

Profª. Zélia Diniz: Não.

Dymilla F. F. Menezes: Não tinha muitos casos de violência doméstica?

Profª. Zélia Diniz: Tinha, mas era tão natural. Não se fazia propaganda. O marido chegava em casa bêbado, dava um couro na mulher e bateu, bateu, passou, passou. Não tinha essa história toda de lei, de Maria da Penha, nada disso.

Dymilla F. F. Menezes: E as mulheres aceitavam?

Profª. Zélia Diniz: Aceitavam, aceitavam ou apanhavam a matulinha e iam embora pra casa do pai e da mãe. Depois acabavam tendo que voltar porque o emprego para as mulheres era pouco e as mulheres acabavam dependentes dos maridos. E

todas as mulheres com muitos filhos porque não tinha controle. Era muito filho pra criar, tinha que se submeter ao marido.

Dymilla F. F. Menezes: e não tinha uma forma de denunciar, uma delegacia?

Prof^a. Zélia Diniz: Não. Não.

Dymilla F. F. Menezes: Elas se envergonham será dessa situação de violência?

Prof^a. Zélia Diniz: Acabavam acostumando. Sabe que o marido é violento, todo mundo sabe, é natural. Há sempre as que falam: larga esse traste! Mas, se eu largar, vou fazer o que, tem filhos, tem isso.

Dymilla F. F. Menezes: Amparo dos pais e dos irmãos devia ser pouco nesse caso?

Prof^a. Zélia Diniz: Principalmente pela questão das proles numerosas. O peso de criar filhos. Filhos...

Dymilla F. F. Menezes: Quando que a senhora viu que mudou esse cenário de violência, da mulher não aceitar mais essa violência masculina?

Prof^a. Zélia Diniz: Quando as mulheres começaram a ter mais cultura, estudos melhores, empregos, foram ficando independentes através da cultura, através do estudo e chegando ao emprego.

Dymilla F. F. Menezes: E isso a senhora poderia datar mais ou menos quando?

Prof^a. Zélia Diniz: De quando nós começamos a ter Colégios, Escolas Secundárias. Isso começou em Aragarças em 68. 69 Aragarças teve o Curso Científico, mas a Barra do Garças logo teve Escola Técnica de Contabilidade que já era um segundo grau, aí entraram as... aí as mulheres foram tomando consciência do valor através do estudo.

Dymilla F. F. Menezes: E a senhora acha que a partir desse momento elas começaram a questionar mais, a não aceitar? E começou a existir uma forma de denúncia, a partir desse momento também ou a senhora acha que nunca teve...?

Prof^a. Zélia Diniz: Teve. Muito, muito. Vai lá na polícia, dá queixa. Bateu, machucou, registra queixa, a polícia vem prende, a mulher volta lá e pede pra soltar, retira queixa porque precisa do homem pra trabalhar, manutenção de família. Essa história de retirar queixa, foi muito comum, é muito comum até hoje. Mesmo com a Maria da Penha, ainda é comum, é comum.

Dymilla F. F. Menezes: E a senhora falou, vou entrar num tópico que eu não sei se a senhora vai querer falar sobre isso, mas se a senhora não se importar. A senhora falou que as mulheres tinham muitos filhos e não tinha um método de contracepção, de evitar tantos filhos, algo como raiz, algo assim? Na verdade, na década de 70 começa chegar as pílulas.

Prof^a. Zélia Diniz: Quando começaram chegar as pílulas, começou... as mulheres começaram a usar às vezes até com receita médica, mas houve uma reação muito grande dos homens. A reação dos homens com a suposição de que o uso da pílula esterilizava a mulher e transformava a mulher em homem, deixava as mulheres sem estímulos sexuais. A reação dos homens foi grande.

Dymilla F. F. Menezes: Não aceitavam que as mulheres usassem...

Prof^a. Zélia Diniz: Não. Não.

Dymilla F. F. Menezes: E a maioria devia tomar escondido, né?

Prof^a. Zélia Diniz: Tomava escondido... Tomava escondido e nossa... quando chegava o momento de fazer uma histerectomia o marido não aceitava de jeito nenhum. Uma amarração de trompas, essas coisas assim, os maridos não aceitavam de jeito nenhum. Até hoje, os homens ainda têm essa mentalidade, foi um escândalo quando o primeiro homem fez a esterilização aqui em Aragarças... Aragarças, Barra do Garças, na região.

Dymilla F. F. Menezes: A senhora lembra a década, o ano?

Prof^a. Zélia Diniz: Olha minha filha, foi por meados da década de 70.

Dymilla F. F. Menezes: Um homem fez esterilização na década de 70?

Prof^a. Zélia Diniz: Ele fez. A esposa teve um filho, sofreu muito no final da gravidez e ele fez e o médico foi o Dr. Cleide.

Dymilla F. F. Menezes: A senhora lembra quem foi esse senhor?

Prof^a. Zélia Diniz: Foi meu cumpadre Quinzote. Joaquim... ele era piloto.

Dymilla F. F. Menezes: Revolucionário ele?

Prof^a. Zélia Diniz: Ele foi.

Dymilla F. F. Menezes: Os métodos como a pílula na década de 70 teve uma proliferação muito grande no Brasil. Aqui em Aragarças, quando que as mulheres começaram a falar sobre a pílula?

Prof^a. Zélia Diniz: Na época que começou falar em pílula, as farmácias já trouxeram. Era muito cara. A pílula era cara.

Dymilla F. F. Menezes: Então não era para todas?

Prof^a. Zélia Diniz: Não. Era cara.

Dymilla F. F. Menezes: E a época? Década de 70?

Prof^a. Zélia Diniz: Era já por meados de 70. Era cara.

Dymilla F. F. Menezes: Mas, as mulheres buscavam usar?

Prof^a. Zélia Diniz: Buscavam e como não havia... não estava ao alcance de todas havia muito engravidamento e muito aborto.

Dymilla F. F. Menezes: Era comum o aborto na cidade?

Prof^a. Zélia Diniz: Muito comum, muita morte das próprias mulheres que provocavam o aborto por infecção. Pessoas curiosas faziam, provocavam o aborto com uso de instrumento clínico, uso de ervas.

Dymilla F. F. Menezes: Buscavam parteiras ou médicos?

Prof^a. Zélia Diniz: Médicos, muito difícil médico fazer aborto. Era parteira, enfermeira, raízero. Tinha muita erva.

Dymilla F. F. Menezes: Tinham muitas raízeras?

Prof^a. Zélia Diniz: Ainda tem.

Dymilla F. F. Menezes: Parteiras?

Prof^a. Zélia Diniz: Ainda tem parteiras, ainda hoje. Em Barra do Garças. Esqueço o nome, tem uma senhora parteira... Ela foi até alvo de reportagem, de jornal, de revista. Agora, ela já recebeu orientação médica, já usa remédio, mas ela ainda faz partos. Eu não me lembro o nome, mora em Campinas. E ainda vem gente da roça, interna na casa dela onde ela faz os partos. Ela tem a clínica dela em casa.

Dymilla F. F. Menezes: Na época tinha vergonha em estar grávida?

Prof^a. Zélia Diniz: O esconder a gravidez até um certo ponto era importante porque geralmente a vergonha estava com as solteiras né. Com as moçinhas porque o destino final de uma menina que engravidasse, de uma moçinha que engravidasse era a zona, era ir para o prostíbulo. Esse era o destino final. As famílias não

aceitavam filha em casa, mãe solteira em casa, então tinha que esconder pra tentar manter, pra se manter na casa.

Dymilla F. F. Menezes: Mas as casadas não tinham vergonha da gravidez?

Prof^a. Zélia Diniz: Não, mas as solteiras tinham. Acabavam sendo jogadas na zona. Com ou contra vontade. Com vontade própria era muito difícil, mas também muita moçinha ia embora atrás de ganhar um dinheiro fácil e andar bem arrumada, bem vestida. Pelo dinheiro que não tinham fora, não tinham emprego, não tinha trabalho fora.

Dymilla F. F. Menezes: A senhora disse que era difícil o trabalho para a mulher?

Prof^a. Zélia Diniz: Muitas iam por causa do dinheiro.

Dymilla F. F. Menezes: Uma mulher que tinha abortado acabava indo pra zona também? Ou não porque ela não teve filho?

Prof^a. Zélia Diniz: Ficava a coisa assim... na dúvida, ficava na dúvida.

Dymilla F. F. Menezes: E a impressão dos outros com relação? Era péssima?

Prof^a. Zélia Diniz: Era péssima. Era a conversa, a fofoca, era o fuxico. O preconceito com namorados, com futuros maridos. Já não era virgem, o tabu da virgindade ainda predominava.

Dymilla F. F. Menezes: Era muito forte.

Prof^a. Zélia Diniz: Era muito forte

Dymilla F. F. Menezes: Como a senhora vê as conquistas das mulheres ao longo desses anos?

Prof^a. Zélia Diniz: A primeira grande conquista foi um lugar ao sol na hora do trabalho, do trabalho, principalmente, embora o trabalho tenha provocado o desmantelamento de muitos lares. A competição entre marido e mulher. É muito difícil o marido, hoje não porque já se conhecem trabalhando, já se casam trabalhando, mas quando não o marido não aceitava essa conquista da mulher. A mulher tinha que ser no mínimo a dona da casa, a rainha do lar e não podia competir com o marido. A competição era um assunto muito sério... e a competição fazia com que acabasse muitos casamentos.

Dymilla F. F. Menezes: Então os homens se preocupavam quando as mulheres estavam trabalhando e ganhando mais?

Prof^a. Zélia Diniz: Principalmente, ganhando mais. Aí já vem o problema emocional, tá trabalhando, tá ganhando, tá saindo com o patrão. Tá... assim.

Dymilla F. F. Menezes: E a senhora vê muitas melhorias na vida das mulheres aqui de Aragarças da época que a senhora chegou pra hoje?

Prof^a. Zélia Diniz: Minha filha, as mulheres conquistaram o seu lugar ao sol, né... Conquistaram o emprego, a sobrevivência, conquistaram a possibilidade de viver sem depender do homem, mas em contrapartida a mulher precisa do homem, o companheiro, o amigo, o marido, o amante, seja o que for a relação homem-mulher e o trabalho sempre atrapalha.

Dymilla F. F. Menezes: Ontem nós conversando a senhora citou a professora Regina Célia uma das mulheres de Aragarças que tentou em algum sentido valorizar as mulheres da região. A senhora poderia falar um pouquinho sobre isso, sobre mulheres da região que a senhora acha que de alguma forma elas contribuíram pra melhoria na vida de outras mulheres, seja como a professora Regina que fez monções de aplauso valorizando a mulher aragarcense. A senhoria poderia falar um pouquinho disso pra gente.

Prof^a. Zélia Diniz: A valorização da mulher aragarcense. O caso da Regina, ela tem esse trabalho junto com a Geralda. Todos os anos elas fazem, selecionam as

mulheres que buscam essa valorização através da Igreja. Os grupos de Igreja não são especificamente grupos de mulheres, mas as mulheres estão mais a frente dos grupos da Igreja. Todas... católica, evangélica, as espíritas... a maior parte são mulheres que fazem parte desses grupos, tem homens em todas, mas a maior parte são mulheres, pela minha ótica. Talvez até porque as mulheres tenham mais flexibilidade no trabalho e os homens tem que cumprir seus empregos em horários diretos, sempre rígidos. Então, há esses grupos. Você faz um apanhado no magistério, a maior parte são professoras, a maior parte são mulheres que estão a frente do magistério. É curioso? É. Você vai à saúde, são homens os médicos, mas as enfermeiras são mulheres, é um ou outro enfermeiro que você encontra. Tanto os enfermeiros quanto os técnicos. Então essa conquista da mulher em alguns momentos deixa o homem meio de lado, não sei se por causa da persistência da mulher em sair, estudar, se formar e o homem mais, principalmente, o trabalho do todo dia.

Dymilla F. F. Menezes: A senhora em algum momento teve alguma preocupação na sua vida profissional ou pessoal em dedicar um trabalho exclusivamente para as mulheres? Seja pela educação, seja por meio de uma conscientização?

Prof^a. Zélia Diniz: Não, um trabalho organizado, com objetivo concreto não, mas tem o meu trabalho pessoal onde eu sempre procurei fazer um entrosamento, uma colocação, dar preferência pras mulheres, quando eu poderia optar entre uma mulher e um homem.

Dymilla F. F. Menezes: Dona Zélia, eram esses os questionamentos que eu tinha para fazer. Então, muito obrigada pela sua contribuição.